

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO BÁSICA
LINHA DE PESQUISA: GESTÃO E PLANEJAMENTO**

PAULO SÉRGIO GUERREIRO

**CONSERVADORISMO E NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO
BÁSICA BRASILEIRA: DISCURSOS, VÍNCULOS E PLANOS DE
GOVERNOS**

**JACAREZINHO
2022**

PAULO SÉRGIO GUERREIRO

**CONSERVADORISMO E NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA
BRASILEIRA: DISCURSOS, VÍNCULOS E PLANOS DE GOVERNOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Norte da Paraná como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Básica.

Orientadora: Profa. Dra. Marisa Noda.

JACAREZINHO
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Deverá ser impressa no verso da folha de rosto.

O aluno deverá, após a realização da defesa e a finalização dos ajustes sugeridos pela banca examinadora, providenciar a confecção da Ficha Catalográfica pelo link <http://atena.uenp.edu.br/fichacatalografica/>

A Ficha Catalográfica deverá ser inserida, na versão impressa, no verso da folha de rosto, ao final da página.

PAULO SÉRGIO GUERREIRO

**CONSERVADORISMO E NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA
BRASILEIRA: DISCURSOS, VÍNCULOS E PLANOS DE GOVERNOS**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marisa Noda – PPEd/UENP – Orientadora

Prof. Dr. Guilherme Müller Junior – UENP – Universidade
Estadual do Norte do Paraná

Prof. Dr. Luiz Antonio de Oliveira - PPEd/UENP

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha família, mãe, pai, irmão e namorada. Agradeço meus pais pelos ensinamentos práticos e políticos, por mostrarem que a política é muito mais que uma coluna curvada sobre uma cadeira de frente para uma tela. Sou grato por cada gota de suor de ambos, cada enxadada na terra, cada lágrima e cada palavra. Agradeço ao meu irmão, que foi companheiro nas aventuras políticas, intelectuais e existenciais desde a minha infância. Sou grato pela minha namorada, que, muito mais que apoio, me mostrou um universo que potencializa minhas ações.

Agradeço profundamente minha orientadora, Profa. Dra. Marisa Noda, pela compreensão, disposição e atenção com que tratou nossa pesquisa, por todas as contribuições, a amizade e os aprendizados tão profundos.

Agradeço ao Prof. Dr. Guilherme Müller Junior. É um amigo que a filosofia me proporcionou e cujas provocações ascenderam chamas insaciáveis em meu espírito. É um imenso prazer encontrá-lo novamente!

Agradeço ao Prof. Dr. Luiz Antonio de Oliveira pelas provocações que me acompanham desde a arguição ao ingressar no Programa até este trabalho. Me recordarei de suas aulas cativantes e de todos os bons encontros.

Agradeço aos colegas de pós-graduação e também aos colegas da graduação em filosofia. Agradeço a todos os professores do Colegiado de Filosofia da UENP pela receptividade e pelos ensinamentos.

Sou grato ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEd) – Mestrado Profissional em Educação Básica – UENP. Lamento que a tragédia que tomou o planeta caducou as chances de nos encontrarmos presencialmente. Apesar disso, o Programa me amadureceu enquanto pesquisador.

Agradeço aos homens e mulheres do futuro, cujos corpos existiram no passado ou existem no presente, mas cujas lutas ecoam pela eternidade. Reconheço e sou grato pela eternidade das lutas de esquerda.

Espero que esta dissertação contribua para as pesquisas em educação e que marque a oposição entre educação e as forças obscuras que controlam o país.

Esta dissertação tem por fim último expurgar o pensamento fascista que tenta surrupiar as liberdades na educação brasileira.

GUERREIRO, Paulo Sérgio. **Conservadorismo e Neoliberalismo na educação básica brasileira: discursos, vínculos e planos de governos.** 117p. Dissertação (Mestrado em Educação Básica) – Universidade Estadual do Norte do Paraná. Campus Jacarezinho. Orientadora: Marisa Noda. Jacarezinho, 2022.

RESUMO

Nossa pesquisa trata o discurso neoliberal e o discurso conservador na educação básica brasileira. Até certo ponto do período moderno ainda se poderia diferenciar conservadorismo e liberalismo, porém, na contemporaneidade, os dois tipos de discursos se envolveram profundamente. Nesse sentido, nosso trabalho tem como objetivo compreender o envolvimento entre o conservadorismo, o liberalismo e suas implicações na educação básica brasileira. Buscamos discutir os vínculos clássicos entre um e outro conceito para compreender se há uma relação necessária entre ambos ou se é um movimento político típico do nosso tempo. No decorrer do nosso trabalho, questionamos e apresentamos quais são as características do discurso conservador e do discurso liberal na educação. Por meio desse levantamento, comparamos esses elementos com os argumentos, projetos e subprojetos presentes nos planos de governos de alguns partidos que disputaram as eleições presidenciais em 2018. Portanto, temos dois objetos centrais: os discursos conservador e liberal e os projetos de educação presentes nos planos de governos de alguns presidentes das eleições de 2018 – PSL (Partido Social Liberal), NOVO, PODEMOS, PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Esta pesquisa se baseia em um caminho metodológico foucaultiano, assim, enfrenta a terra arrasada dos métodos científicos essencialistas. Esse caminho é compreendido mais pelo processo do que pelo fim, portanto, não pode ser tratada como uma teoria, mas como teorização. A partir dessa abordagem possibilitou-se uma pesquisa aberta às descobertas. Assim, construímos um conjunto de elementos que caracterizam o discurso conservador e o discurso liberal, fora e dentro da educação. A partir dessa lógica, desenvolvemos nosso produto educacional, que consiste em um breve manual para o ensino médio, cuja finalidade é auxiliar os discentes e docentes na compreensão do discurso neoliberal e conservador na educação básica brasileira. Com uma problematização envolvente e ilustrada, o produto permite que os leitores e debatedores consigam identificar os discursos, compreender seus vínculos e impactos na educação. Por fim, consideramos que entre conservadorismo e liberalismo não há uma relação de necessidade essencial, porém, desde suas origens ambos compartilham dos mesmos espectros políticos, ora parcialmente, ora integralmente. Embora tenham particularidades, os projetos de educação dos planos de governos dos partidos analisados reproduzem simultaneamente argumentos do discurso conservador e do discurso neoliberal. Na educação, especialmente na contemporaneidade e especificamente no Brasil, os dois discursos constituem um bloco de argumentos que – embora se apresentem de diferentes formas – congregam um mesmo corpo.

Palavras-chave: Educação. Educação Básica. Gestão e Planejamento. Conservadorismo. Neoliberalismo. Discurso.

GUERREIRO, Paulo Sérgio. **Conservatism and Neoliberalism in Brazilian Basic Education: discourses, bonds and government plans.** 117p. Dissertation (Masters in Basic Education) – Universidade Estadual do Norte do Paraná. Campus Jacarezinho. Advisor: Marisa Noda. Jacarezinho, 2022.

ABSTRACT

Our research deals with the neoliberal discourse and the conservative discourse in the Brazilian basic education. Up to a point in the modernity, one could still differentiate between conservatism and liberalism, however, in the contemporaneity, both types of discourses became deeply involved. In this sense, our work aims to understand the involvement between conservatism, liberalism and its implications in Brazilian basic education. We seek to discuss the classic links between one and another concept to understand if there is a necessary relationship between them or if it is a typical political movement of our time. In the course of our work, we question and present what are the characteristics of the conservative discourse and the liberal discourse in education. Through this survey, we compare these elements with the arguments, projects and subprojects present in the government plans of some political parties that contested the presidential elections of 2018. Therefore, we have two central objects: the conservative and liberal discourses and the education projects present in the 2018 presidential elections. Government plans of some presidential candidates in the 2018 elections – PSL (Partido Social Liberal), NOVO, PODEMOS, PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) and MDB (Movimento Democrático Brasileiro). This research is based on a foucauldian methodological approach, thus facing the scorched earth of essentialist scientific methods. This approach is understood more by the process than by the end, therefore, it cannot be treated as a theory, but as a theorization. From this, a research open to discoveries was made possible. Thus, we built a set of elements that characterize the conservative discourse and the liberal discourse, outside and inside education. Based on this logic, we developed our educational product, which consists of a brief manual for secondary education, whose purpose is to assist students and teachers in understanding the neoliberal and conservative discourse in Brazilian basic education. With an engaging and illustrated problematization, the product allows readers and debaters to identify discourses and understand their links and impacts on education. Finally, we consider that between conservatism and liberalism there is no relationship of essential necessity, however, since their origins both share the same political spectrum, sometimes partially, sometimes fully. Although they have particularities, the education projects of the government plans of the analyzed political parties simultaneously reproduce arguments of the conservative discourse and the neoliberal discourse. In education, especially in contemporary times and specifically in Brazil, the two discourses constitute a block of arguments that – although they are presented in different ways – they bring together the same motif.

Keywords: Education; Basic education; Management and Planning; Conservatism; Neoliberalism; Speech

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Elementos do discurso conservador na educação básica brasileira.....	111
Quadro 02 – Elementos do discurso liberal na educação básica brasileira	112

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – <i>Print</i> do plano de governo do PSL – Tópico “Educamos como os piores”	20
Figura 02 – <i>Print</i> do plano de governo do PSL – Tópico “O governo vai confiar nos indivíduos”	22
Figura 03 – <i>Print</i> do plano de governo do PSL – Tópico “GESTÃO É IMPORTANTE, PORÉM, conteúdo, forma e estratégia precisam mudar”	25
Figura 04 – <i>Print</i> do plano de governo do PSL – Tópico “A nossa bandeira é verde-amarela”	25
Figura 05 – <i>Print</i> do plano de governo do PSL – Tópico “Desafios urgentes”	26
Figura 06 – <i>Print</i> do plano de governo do PSL – Tópico “DEFESA NACIONAL – Garantia da Lei e da Ordem”	27
Figura 07 – <i>Print</i> do plano de governo do PSL – Slogan de campanha	28
Figura 08 – <i>Print</i> do plano de governo do PSL – Tópico “O FRUTO DA VIDA É SAGRADO”	28
Figura 09 – <i>Print</i> do plano de governo do PSL – Tópico “2019 SERÁ O ANO DA MUDANÇA NOSSA VITÓRIA SERÁ CONTRA A SERVIDÃO!”	29
Figura 10 – <i>Print</i> do plano de governo do PSL – Tópico “LINHAS DE AÇÃO”	30
Figura 11 – <i>Print</i> do plano de governo do PSL – Tópico “EDUCAÇÃO”	30
Figura 12 – <i>Print</i> do plano de governo do PSL – Tópico “O FRUTO DA VIDA É SAGRADO!”	31
Figura 13 – <i>Print</i> do plano de governo do PODEMOS – Tópico “OBJETIVO”	34
Figura 14 – <i>Print</i> do plano de governo do PODEMOS – Tópico “Principais DIRETRIZES do Plano de 19 Metas”	35
Figura 15 – Relação de correspondência aos argumentos conservadores e neoliberais dos candidatos e partidos com base nos Quadros 1 e 2	114
Figura 16 – Relação ilustrada da margem de correspondência aos argumentos conservadores e neoliberais dos candidatos e partidos com base nos Quadros 1 e 2	114

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 OS DISCURSOS EDUCACIONAIS PRESENTES NOS PLANOS DE GOVERNOS DE PRESIDENCIÁVEIS DAS ELEIÇÕES DE 2018.....	19
2.1 PSL (Partido Social Liberal).....	19
2.2 PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).....	31
2.3 PODEMOS.....	33
2.4 MDB (Movimento Democrático Brasileiro).....	36
2.5 NOVO.....	38
3 LIBERALISMO E CONSERVADORISMO.....	43
3.1 Do Liberalismo ao Neoliberalismo: a biopolítica e os momentos filosóficos do pensamento liberal.....	43
3.2 Conservadorismo: entre ações e discursos.....	74
4 CONSERVADORISMO E LIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA.....	86
4.1 O discurso conservador na educação básica brasileira.....	86
4.2 O discurso liberal na educação básica brasileira.....	98
4.3 Os argumentos do discurso conservador e do discurso neoliberal na educação básica brasileira.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	118

1 INTRODUÇÃO

As eleições brasileiras de 2018 foram marcadas pela vitória de um projeto que vem sendo definido como “*onda conservadora*” (ALMEIDA, 2019, p. 207, itálico do autor). Porém, este processo é mais complexo do que a simples reprodução do conservadorismo tal como conhecemos na tradição política. Há um atenuante que o coloca sob novas condições: os seus vínculos com o neoliberalismo. As eleições de 2018 elegeram para o executivo brasileiro um subprojeto que é – salvo suas particularidades – conservador e neoliberal. Assim, cabe discutir os pontos de interseção entre conservadorismo e neoliberalismo. Esse problema é o núcleo de todas as subáreas impactadas pelos vínculos entre conservadorismo e neoliberalismo: a política, a economia, a direito e, também, a educação.

Posto isso, nosso trabalho tem como problema central os vínculos entre o discurso conservador e o discurso neoliberal na educação básica brasileira. Nossa pesquisa apresenta dois níveis de objetos: os primeiros são os discursos educacionais presentes em alguns planos de governo; os segundos, os discursos do conservadorismo e do neoliberalismo. Para essa segunda finalidade, selecionamos os partidos que disputaram as eleições brasileiras pela presidência da República em 2018 e que se identificam – oficialmente ou pelo próprio discurso – como liberais ou conservadores. São eles: PSL (Partido Social Liberal), NOVO, PODEMOS, PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O objetivo é compreender quais são os vínculos que unem conservadorismo e neoliberalismo no discurso acerca da educação básica brasileira, suas características, divergências e impactos.

Convém destacar, a princípio, que o liberalismo nasce com a modernidade e se desenvolve sob múltiplas perspectivas em prol da liberdade e do individualismo. Com o iluminismo e a vitória “da luz” moderna sobre “as trevas” do período medieval, o pensamento moderno apresenta uma robusta noção de indivíduo. Num sentido teórico, o liberalismo surge da necessidade de proporcionar os melhores aposentos para este indivíduo, isolá-lo das condições que o enfraquece e expandir as condições que o fortalece; um discurso centrado na plena liberdade de ação individual.

Dessa premissa nasce o liberalismo político, baseado na promoção das liberdades individuais por meio da lógica do Estado mínimo, cuja principal figura é o filósofo John Locke. Para esse pensador, somente é possível ser livre à medida que o homem cede à sua natureza. Posteriormente, esse discurso incorre no liberalismo econômico, que tem Adam Smith como principal propulsor. Na lógica desse tipo de liberalismo, a economia deve ser livre tanto quanto o indivíduo e pela mesma lógica, ou seja, deve ceder à natureza, desse modo, as liberdades individuais só seriam possíveis por meio de uma economia livre. Essas duas tipificações do liberalismo, assim como todas as outras, são provenientes de uma lógica típica do período moderno: o apequenamento das figuras universais e o engrandecimento das partículas. No pensamento liberal, essa lógica consiste no apequenamento do Estado e no engrandecimento do indivíduo e do mercado. A mudança de posicionamento sobre o Estado origina uma mudança na maneira pela qual se governa, há uma mudança “na arte de governar” (FOUCAULT, 2008, p. 14), portanto, há uma mudança de governamentalidade. Até à modernidade, o Estado era ferramenta de vigilância e de punição, e sua função principal era a automanutenção. Com a visão moderna, os governos passam a priorizar a gestão da vida da população, de modo que há – dentro da sociedade disciplinar – uma transição do modelo da soberania para a biopolítica.

Essa nova lógica do Estado chega à educação reproduzindo o emaranhado ideológico do discurso liberal, principalmente pela visão econômica. A função social da escola e seus compromissos pedagógicos dão lugar a uma função mercadológica e compromissada com o lucro. O discurso social é substituído pelo discurso empreendedor, a justiça social dá lugar ao mérito, a coletividade cede espaço ao individualismo, em resumo, a escola dá lugar à empresa. O mesmo ocorre com outras instituições, como a própria prisão. Assim, há na modernidade a supressão de todas as instituições em prol da empresa, é nela que toda instituição – inclusive as escolas – passa a se basear. Desse modo, por meio dos argumentos que fomentam o discurso da crise educacional – e também de vários outros elementos que buscaremos dissertar – constitui-se um discurso neoliberal na educação básica que é específico do Brasil.

Nas mudanças radicais da modernidade há uma disputa de poder que dá origem ao conservadorismo. O discurso conservador também é heterogêneo, além disso, é menos estruturado na tradição, possibilitando diferentes interpretações e

valores conectados fortemente ao contexto de uma região. Inicialmente, nesse discurso havia um caráter reativo e que buscava conservar as relações de poder dos monarcas franceses contra a revolução burguesa. No entanto, o discurso conservador mostra-se mais sofisticado que a simples postura defensiva contra alguma novidade, pois ele é, também, construtor de novas relações políticas.

No Brasil, o conservadorismo enxerga a educação básica com pessimismo. Para o discurso conservador, a educação é ineficiente na função de educar e até mesmo nociva aos seus valores. O parâmetro de educação desse discurso normalmente está atrelado aos valores religiosos. As instituições escolares, assim como a instituição familiar, devem ter como compromisso promulgar os valores cristãos. Ao deparar-se com o discurso da laicidade, os conservadores tomam uma postura defensiva. Além da religiosidade, o culto ao militarismo, o desprezo pela ciência, entre outros elementos, caracterizam o discurso conservador na educação brasileira. Esse discurso constitui-se num projeto: mais do que se defender contra as supostas ameaças das instituições baseadas na religião, seria preciso construir uma sociedade pautada em tais valores.

Além do objetivo central apresentado – discutir os vínculos entre conservadorismo e liberalismo na educação básica brasileira – nosso trabalho também tem o objetivo de compreender a origem desses vínculos e suas implicações educacionais. Como esse vínculo se estrutura no Brasil? Como ele impacta a educação básica? O pensamento neoliberal brasileiro é uma mescla entre o liberalismo clássico e o conservadorismo? Analisamos tais questões buscando identificar os elementos que caracterizam esse discurso liberal-conservador por meio dos planos de governos. Contudo, temos também como objetivo auxiliar pesquisadores, secundaristas e a comunidade a identificar o discurso conservador e o discurso liberal na educação, diferenciá-los e compreender suas aproximações e distanciamentos. Nosso trabalho questiona a condição dessa relação entre liberalismo e conservadorismo, se é um vínculo necessário e inerente à história de ambos, ou se é uma união interessada, que tem como finalidade a manutenção de certas relações de poder.

Esta dissertação discute um dos temas mais urgentes e amplamente discutidos nas pesquisas em educação no Brasil: o impacto do liberalismo na educação básica. Também apresenta uma questão emergente, que são os vínculos entre discurso liberal e discurso conservador e suas implicações na educação

básica. O discurso liberal, assim como o discurso conservador, atua em todos os níveis da sociedade, de forma que discuti-los na educação consiste ao mesmo tempo em compreendê-los a partir do cenário político-social. Por esse motivo, a escolha de nosso objeto – os planos de governos de alguns presidentiáveis das eleições brasileiras de 2018 – trazem vigor e atualidade à discussão, afinal, esses são projetos oficiais que ditam as regras do jogo liberal e do jogo conservador. A escolha do discurso também como objeto amplifica a potência da pesquisa, pois traz a discussão teórica para o centro do debate, permitindo que nosso trabalho transite entre discussões conceituais e discursos de personalidades políticas. Compreender o discurso permite entender os possíveis caminhos que um projeto pode tomar, e analisar esses projetos permite compreender os caminhos que já estão sendo tomados. Portanto, pesquisar sobre discurso e sobre os projetos que vinculam liberalismo e conservadorismo na educação permite nossa compreensão de maneira mais ampla sobre o cenário brasileiro. A interseção entre esses dois discursos na educação é a configuração política e social que urge mais recentemente.

Este trabalho é um radical exercício de investigação: não traz os pressupostos essencialistas da modernidade, busca investigar, mas não necessariamente afirmar uma tese preformulada. Tem como princípio investigar – e construir enquanto investiga – os vínculos entre conservadorismo e neoliberalismo na educação básica brasileira. Nossa dissertação caminha a partir de uma teorização foucaultiana que pode ser chamada de arqueogenealogia. É recorrente entre críticos do pensamento de Foucault – com destaque para pensadores do materialismo histórico – a denúncia de um pensador supostamente antimetodológico. De fato, Foucault não cria uma teoria sobre o método, ainda assim, é possível compreender um certo caminho metodológico a partir de sua filosofia, ao passo que o francês é mais crítico as questões acerca da essência do que propriamente as questões voltadas ao método. Trata-se de uma crítica ao essencialismo da ciência moderna, na qual havia uma tendência em acreditar em um método dos métodos e em uma teoria unificadora. É essa tradição que Foucault critica (VEIGA-NETO, 2009, p. 88). Ao invés do essencialismo, o filósofo francês propõe uma postura móvel para as pesquisas, sendo pavimentada enquanto se caminha, trata-se da substituição da teoria pelo processo de teorização. É por isso que Veiga-Neto (2009) compreende a possível metodologia a partir de Foucault como uma metodologia das (im)possibilidades, pois o pensador apresenta uma

gama de restrições negativas para evitar que se caia nas armadilhas do essencialismo moderno (VEIGA-NETO, 2009, p. 88). Essas restrições não caracterizam teoria e nem método, mas funcionam como uma sequência de alertas para que se possa pesquisar sem as correntes da ciência moderna. Isso não fragiliza nosso trabalho, nem o condiciona a uma ausência de estrutura, apenas compreendemos que a estrutura é resultado da pesquisa e não sua limitadora.

Em coerência a essa metodologia, trazemos o próprio discurso como objeto. Ao tratar a teorização em detrimento da teoria, consideramos que o processo constitui o resultado. Assim, além do objeto estudado há um discurso sobre o objeto, que deve ser considerado também como objeto. Desse modo, discutir liberalismo e conservadorismo na educação exige uma análise a partir do discurso. Ao estudar o discurso sobre nossos objetos, ou seja, estudar o discurso liberal e conservador na educação básica e o discurso nos planos de governos de alguns presidentes das eleições brasileiras de 2018, estamos no exercício de pesquisa, construindo nosso próprio discurso. Esse discurso poderá tornar-se objeto de outras pesquisas, bem como outras pesquisas – discursos – tornam-se objetos em nosso trabalho. Portanto, há uma atividade discursiva em todas as pesquisas – e esse movimento constitui-se também como objeto.

Nosso produto educacional consiste em um manual para o ensino médio. O material tem como foco as disciplinas de sociologia e filosofia, mas suas discussões podem compor conteúdos de diferentes disciplinas a depender da abordagem docente e dos conteúdos estruturantes. Com linguagem adequada e ilustrada, o manual é breve, prático, traz questões enriquecedoras e profundas. No manual, há uma pergunta-chave definidora: “Como identificar o discurso neoliberal e o discurso conservador na educação básica?”. Essa questão indaga discentes e docentes a discutirem os elementos característicos desses dois discursos, assim, os alunos podem aprender a identificar a presença desses discursos na educação básica. Outra questão-chave aparece no final do manual para abrir ainda mais essa discussão: “Qual o impacto desses discursos na educação e na sociedade?”. Entre essas duas perguntas fundamentais, o manual permite adentrar cada um dos elementos característicos do liberalismo e do conservadorismo na educação, possibilitando discussões mais específicas e profundas.

O método arqueogenealógico foucaultiano também se apresenta no manual, uma vez que os alunos são incentivados a participarem da construção da discussão

com atividades escritas e orais nas quais devem formular uma questão a partir da temática abordada. O produto é organizado para potencializar o posicionamento dos alunos, e todas as questões indagam sobre a posição do discente, porém, mais do que consultar uma opinião, trazem argumentos e pontos que ajudam a construir posicionamentos críticos.

2 OS DISCURSOS EDUCACIONAIS PRESENTES NOS PLANOS DE GOVERNOS DE PRESIDENCIÁVEIS DAS ELEIÇÕES DE 2018

Analisar planos de governos e utilizá-los como referências para compreender um projeto político-pedagógico é uma tarefa complexa. Por vezes, este documento é negligenciado pelos partidos políticos e governos, tornando-se um simples registro burocrático, afinal, não é a partir dos planos de governos que um governante é cobrado. Além disso, tal documento pouco diz sobre os caminhos que um projeto político vigente tomará. Por vezes, os planos de governos pouco se parecem com planos: não são sólidos e soam mais como uma cartilha ideológica, ou uma lista de tópicos de interesses para serem aprofundados em um eventual governo. No balcão de negociações dos políticos, os planos de governos são inexpressivos. Ao tratar desses projetos no recorte das eleições brasileiras de 2018, nosso trabalho torna-se ainda mais dificultoso, pois entre os documentos analisados alguns são demasiadamente rasos, panfletários, contraditórios e até enganosos.

Além de o plano de governo não ser tão estimado por políticos, oficialmente, não é um documento governamental, mas de campanha, por isso, costuma-se parecer mais com um material de campanha e menos com um projeto concreto. Nesse aspecto, o plano de governo se distingue do Plano Plurianual¹. Essa distinção justifica a escolha do nosso objeto documental, porque um documento que centraliza os argumentos de uma campanha é um potente catalizador dos argumentos que sustentam seus discursos.

Contudo, os planos de governos não estão entre os documentos mais relevantes para a prática política, não oferecendo grandes recursos para se pensar de maneira completa um governo. É comum que um governo ignore seu plano em prol da governamentalidade, ou que o subscreva pensando a partir dela, ou ainda que ignore completamente a importância do documento e o trate como uma burocracia desprovida de relevância. No Brasil, nenhum presidente da República é fortemente cobrado por seu plano de governo. Ainda assim, estes documentos oferecem recursos que podemos compreender como rastros ideológicos e pegadas

¹ O Plano Plurianual é um documento assegurado pelo Artigo 165 da Constituição Federal, cujo objetivo é estabelecer metas e diretrizes para mandatos executivos.

políticas, permitindo que compreendamos o “que se pensa” e o “com quem se pensa” – se negocia – um potencial governo. Desse modo, mesmo que suas práticas se desprendam totalmente do documento, é possível compreender por onde um governo pretende caminhar, com quais setores deseja negociar e quais negociações se propõem a fazer.

O movimento ao qual recorreremos neste trabalho – o de analisar os documentos e neles examinar e subscrever sobre teorias e práticas políticas – só se enrijece sob a análise dos discursos também como objeto.

Assim, na primeira seção deste trabalho, nosso objetivo será compreender os discursos educacionais dos planos de governo de presidenciáveis liberais ou conservadores – a partir de nosso recorte temporal e de nosso objeto conceitual.

2.1 PSL (Partido Social Liberal)

Há um conjunto de discursos educacionais recorrente entre as forças políticas que governam o Brasil desde o golpe de 2016². Este conjunto é composto por uma mescla entre discursos conservadores e discursos liberais. Esses fragmentos, no entanto, pouco se assemelham às suas origens clássicas: se conservadorismo e liberalismo foram conceitos opostos na modernidade – ao menos teoricamente –, não é o caso do discurso brasileiro.

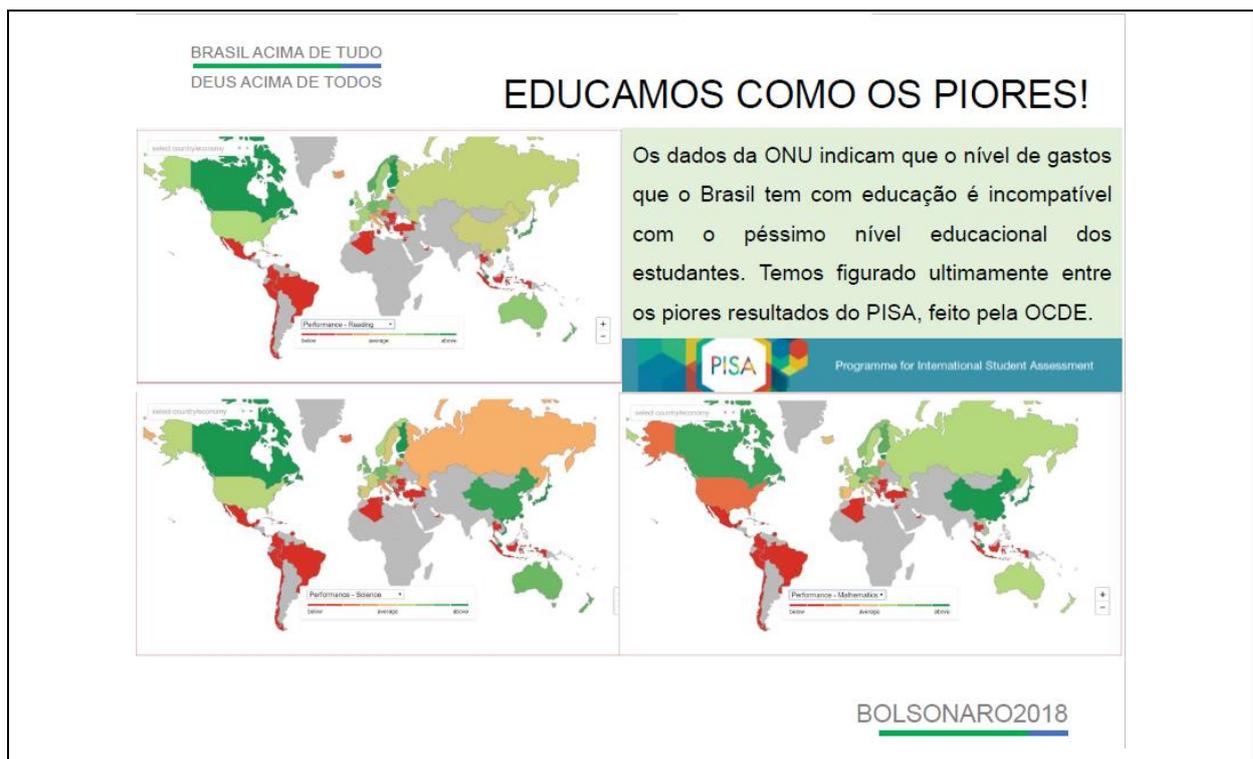
O neoliberalismo brasileiro é pouco culto, pois não cultua suas bases modernas. O mesmo ocorre com o neoconservadorismo, que, embora seja mais vazio de teorias, pouco do que se produziu acerca da teoria é perceptível na prática brasileira. Assim, nosso trabalho de compreender esses ideais, no que tange à educação, se dará pela ordem dos discursos. Para tanto, o primeiro objeto analisado é o plano de governo do PSL (Partido Social Liberal), vencedor das eleições presidenciais de 2018. Se pudesse ser apresentado de forma resumida – ainda mais do que é originalmente –, o plano de governo do PSL, intitulado “O Caminho da Prosperidade”, poderia ser analisado integralmente a partir do fragmento abaixo, pois resume seu arcabouço de ideias acerca da educação.

² Em 2016 o Brasil passou por um golpe constitucional que afastou a então presidenta da República Dilma Rousseff por meio de um processo de *impeachment*.

Na Educação, assim como na Saúde, os números levam à conclusão que as crianças e os jovens brasileiros deveriam ter um desempenho escolar muito melhor, tendo em vista o montante de recursos gastos. [...] Os valores, tanto em termos relativos como em termos absolutos, são incompatíveis com nosso péssimo desempenho educacional. [...] A estratégia educacional do Japão, Taiwan e Coreia do Sul, países recentemente visitados por Jair Bolsonaro, teve papel chave [sic] no desenvolvimento econômico e social. Em uma geração, países pobres ficaram ricos. [...] Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOUTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio/técnico (PSL, 2018, p. 41).

Nesse recorte, o plano de governo remete a números que são apresentados a partir de um *print* na página posterior do documento. Embora não seja feita nenhuma referência, os dados são provenientes do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2018 da PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O *print* do documento em inglês apresenta o Brasil como um país que “gasta como os melhores” (PSL, 2018), já que entre 2012 e 2017, 5,9% do PIB – produto interno bruto – brasileiro foi direcionado à educação. Em seguida, o plano de governo defende que o Brasil “educa como os piores”. Para tanto, apresenta a seguinte figura:

Figura 1: *Print* do plano de governo do PSL – Tópico “Educamos como os piores”



Fonte: (PSL, 2018, p. 41).

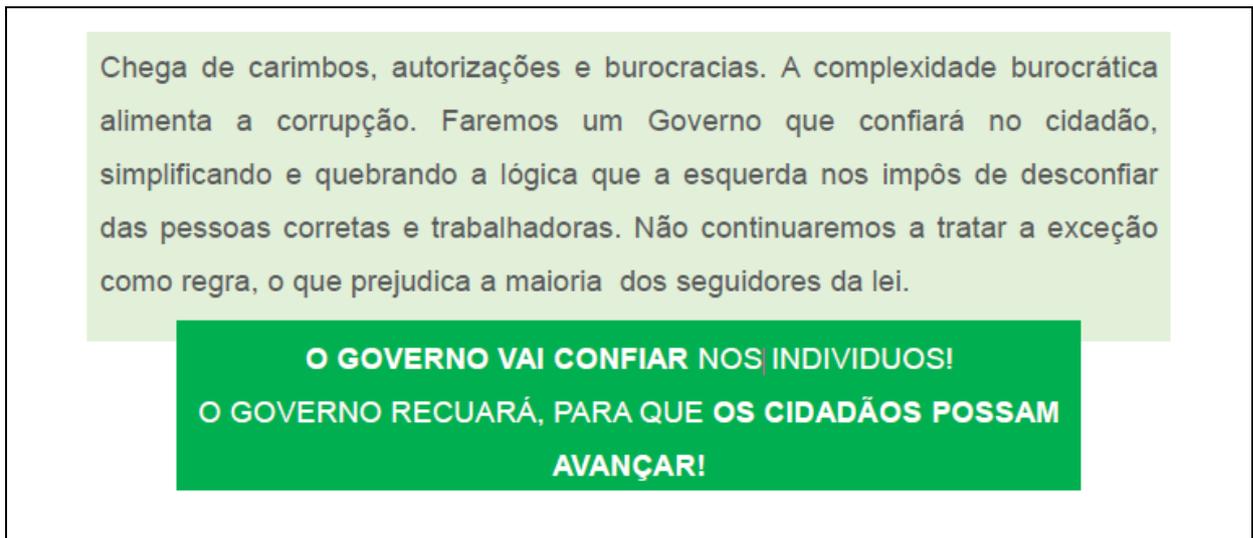
O exposto apresenta os dados do PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos – que categoriza como *below* (inferior) o desempenho do Brasil nos índices de leitura, ciência e matemática. Porém o plano de governo se satisfaz com a simples exposição da imagem, sem aprofundá-la. A imagem em vermelho com a definição “*below*” visa sustentar o argumento de que a educação brasileira é ineficaz. O plano de governo não adentra os “porquês” e não analisa o cenário que cerceia essa afirmação.

Assim, por meio da rasa apresentação dos números, o plano de governo do PSL argumenta que o montante investido em educação é incompatível com o desempenho no PISA, defende que as crianças e jovens deveriam ter um desempenho escolar muito melhor, embora não detalhe o que entende como “qualidade”. Essa exposição apresenta uma característica marcante tanto do discurso conversador como do discurso neoliberal: a crença em uma suposta crise educacional.

Os argumentos de crise educacional que compõem o discurso neoliberal são subdivididos por ao menos duas linhas principais: os argumentos de cunho ético e os argumentos de eficiência. Os argumentos de crise que compõem o discurso conservador se limitam a um discurso moral.

Barros (1971b) defende que a massificação – ascendida com a industrialização – é uma ameaça aos valores individuais. Essa é uma preocupação do neoliberalismo que está presente no discurso educacional do PSL em forma de “defesa” do individualismo e da liberdade:

Figura 2: *Print* do plano de governo do PSL – Tópico “O governo vai confiar nos indivíduos”



Fonte: (PSL, 2018, p. 20).

É como reação a essa suposta crise ética que o plano do PSL afirma que “o governo vai confiar nos indivíduos [sic]” e propõe que o governo recue para que esses indivíduos avancem. Esse fragmento também defende que o problema da corrupção pode ser solucionado com a diminuição do Estado, apresentando-o como uma figura depreciada.

A afirmação “Gastar como os melhores e educar como os piores” revela uma postura crítica ao papel do Estado em relação à educação. O ensino público é apresentado como antiquado e ultrapassado: “Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo.” (PSL, 2018, p. 46).

Essa questão penetra todos os níveis de ensino – da educação básica até o ensino superior:

O modelo atual de pesquisa e desenvolvimento no Brasil está totalmente esgotado. Não há mais espaço para basear esta importante área da economia moderna em uma estratégia centralizada, comandada de Brasília e dependente exclusivamente de recursos públicos (PSL, 2018, p. 48).

O discurso de falência do Estado em seu papel educador sustenta a defesa de parcerias público-privada:

As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada (PSL, 2018, p. 46).

Contudo, essa postura crítica do neoliberalismo brasileiro em relação ao ensino público não tem como finalidade estabelecer uma relação de parceria entre instituições públicas e privadas. O real objetivo é sustentar uma relação de mão única, em que o Estado – supostamente ineficiente – começa a trabalhar em prol dos interesses privados – supostamente mais eficientes – para que, assim, supostamente, trabalhe em prol dos interesses de toda a sociedade. O plano defende que as universidades – públicas – atuem na criação de produtos para que gerem riquezas para a população, porém, não especifica a natureza de tais produtos. Esse discurso pode tanto defender que universidades comercializem suas produções, como vacinas, medicamentos, insumos para agricultura e afins, como também permitir que instituições públicas auxiliem instituições privadas na criação de produtos segundo os seus interesses, financiados ou não pela iniciativa privada. Assim, universidades públicas podem receber recursos privados para desenvolver pesquisas para empresas, ou o Estado pode financiar tais pesquisas a fim de promover a suposta “elevação da produtividade, da riqueza e do bem-estar da população” (PSL, 2018, p. 46). O plano de governo insiste:

Estados Unidos, Israel, Taiwan, Coréia do Sul e Japão incentivam estratégias descentralizadas. Criam-se “hubs” tecnológicos onde jovens pesquisadores e cientistas das universidades locais são estimulados a buscar parcerias com empresas privadas para transformar ideias em produtos. Isso gera riqueza, bem-estar e desenvolvimento para todos. Jair Bolsonaro pôde constatar isso pessoalmente (PSL, 2018, p. 48).

Nesse sentido, os cientistas atuam sob a égide dos interesses privados, conforme o documento aponta: “A pesquisa mais aprofundada segue um caminho natural. Os melhores pesquisadores seguem suas pesquisas em mestrados e doutorados, sempre próximos das empresas.” (PSL, 2018, p. 47).

Assim, a aproximação entre público e privado revela que a suposta crise da ineficiência pública encontra solução no discurso empreendedor.

Nossa intenção é criar um ambiente favorável ao empreendedorismo no Brasil. Assim, valorizaremos talentos nacionais e atrainemos outros do exterior para gerar novas tecnologias, emprego e renda aqui. [...] As universidades, em todos os cursos, devem estimular e ensinar o empreendedorismo. O jovem precisa sair da faculdade pensando em como transformar o conhecimento obtido em enfermagem, engenharia, nutrição, odontologia, agronomia, etc, [sic] em produtos, negócios, riqueza e

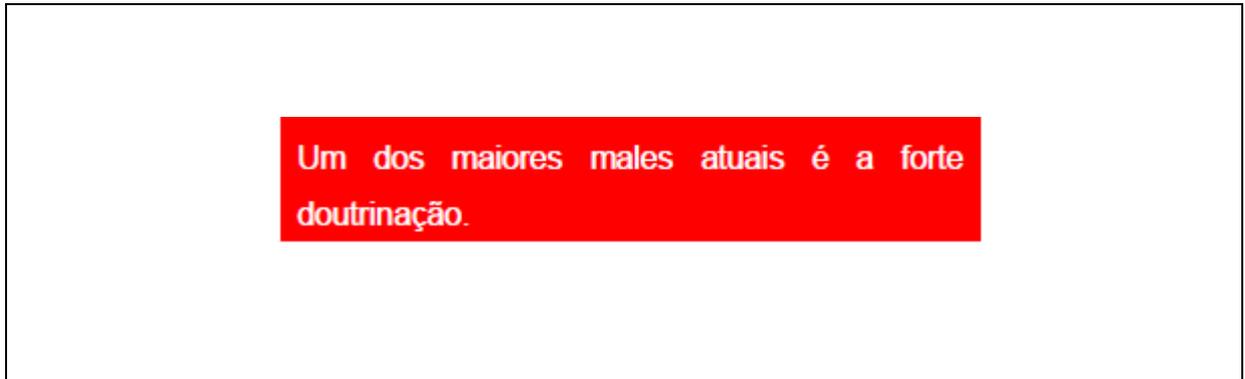
oportunidades. Deixar de ter uma visão passiva sobre seu futuro (PSL, 2018, p. 49).

O discurso empreendedor sobrevive a partir do argumento de crise, pois parte de uma ótica na qual professores, estudantes e instituições de ensino – de todos os níveis – não têm capacidade de se autossustentar, tão pouco de proporcionar avanços econômicos práticos para o país. Assim, supostamente, faz mais sentido que o Estado abra mão de sua função regulatória da educação para permitir que a iniciativa privada exerça uma função gestora. Desse modo, professores, pedagogos e pesquisadores entram em declínio e ascende a imagem dos gestores. O Estado regulador é substituído pela iniciativa privada gestora.

Portanto, o objetivo do plano de governo do então candidato Jair Bolsonaro em 2018 não é estabelecer parcerias público-privado, mas colocar o Estado a serviço dos interesses privados. Transformar universidades em incubadoras para *start ups*, transformar educadores e cientistas em empreendedores.

Além da suposta crise ética e da crise de eficiência, o plano de governo também apresenta uma educação supostamente prejudicada por uma crise moral. A causa desse problema seria a ideologia de esquerda, o comunismo e o socialismo. Conforme o próprio plano de governo afirma, é necessário combater a “doutrinação e a sexualização precoce” (PSL, 2018, p. 41). A tese é a de que profissionais de educação seriam dotados de grande poder de persuasão e utilizariam este poder para doutrinar seus alunos com pensamentos de esquerda e levá-los à sexualização precoce. Nessa argumentação, há o interesse em confundir educação sexual para adolescentes com sexualização precoce de crianças, além disso, tais argumentos apresentam os pensamentos de esquerdo como nocivos para o tecido social. Jair Bolsonaro, através de seu plano de governo apresenta este como um dos problemas centrais da educação brasileira:

Figura 3: *Print* do plano de governo do PSL – Tópico “GESTÃO É IMPORTANTE, PORÉM, conteúdo, forma e estratégia precisam mudar”



Fonte: (PSL, 2018, p. 46).

Esse suposto mal maior é nomeado pelo partido em vários momentos de seu plano de governo, como mostra a figura abaixo:

Figura 4: *Print* do plano de governo do PSL – Tópico “A nossa bandeira é verde-amarela”



Fonte: (PSL, 2018, p. 8).

Portanto, o Brasil passaria por uma crise que afetaria as famílias cristãs por meio do marxismo, gramscismo e de pensamentos de esquerda similares. Assim, para defender as famílias contra a suposta doutrinação da esquerda, o plano de governo recorre a alguns recursos, abaixo os apontaremos. Enfatiza Jair Bolsonaro em seu plano de governo:

Figura 5: *Print* do plano de governo do PSL – Tópico “Desafios urgentes”

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS

DESAFIOS URGENTES

CONTRA a criminalidade, corrupção e aparelhamento do Estado para estancar os estragos e iniciar o processo de recuperação do país, da economia e da Democracia.

- Mais de 62 mil homicídios por ano.
- Mais de UM MILHÃO de brasileiros foram assassinados desde a 1ª reunião do Foro de São Paulo.
- Epidemia de crack, introduzido no Brasil pelas filiais das FARC.
- Corrupção generalizada e ameaças às instituições que a estão combatendo.

- Infraestrutura insuficiente e deteriorada.
- Educação e saúde à beira do colapso.
- 13 milhões de desempregados, oficialmente.
- Desrespeito às leis, à vida, à propriedade privada e à Constituição Brasileira!

UM BRASIL EM ROTA FISCAL EXPLOSIVA!

Fonte: (PSL, 2018, p.12).

Na figura exposta acima, o documento vincula problemas latentes do país, como a violência e as drogas, a ideologias de esquerda. A epidemia de crack se conecta com as FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – e o problema da violência urbana é atrelada ao Foro de São Paulo³. Porém, tais argumentos não se sustentam em dados, não são apresentados números ou informações que conectem diretamente esses fragmentos. É nesse solo pouco sólido que o programa de governo manifesta um dos recursos utilizados para superar a suposta crise moral: o discurso de ódio aos intelectuais de esquerda. Aponta o PSL:

Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas. Hoje, não raro, professores são agredidos, física ou moralmente, por alunos ou pais dentro das escolas (PSL, 2018, p. 46).

O plano de governo não faz menção ao que considera problemático no pensamento de Freire, apenas o coloca entre os problemas morais supracitados. Ao não evidenciar os possíveis problemas educacionais do pensamento freireano e, conseqüentemente, não projetar como resolvê-los, o programa acaba por fazer um ataque violento e vazio. É grave tratar uma ideologia como problema do Estado sem

³ Foro de São Paulo é uma organização política instituída em 1990 por Lula e Fidel Castro a fim de articular as lutas políticas de esquerda na América Latina.

que ela seja amplamente discutida ou sem que seus malefícios sejam evidentes. Não há nenhuma evidência de que o pensar freireano tenha trazido alguma perda educacional para o Brasil. Portanto, um eventual governo de Jair Bolsonaro pretende “expurgar” o pensamento de Paulo Freire da educação, tal como uma “sujeira” ou um “demônio”. A intenção não é combater alguma prática política freireana, é pura e simplesmente combater suas ideias. Esse desejo não é outra coisa senão um desejo autoritário e antidemocrático.

Outra solução para a suposta crise moral na educação seria a militarização das escolas. Segundo o plano de governo do PSL, as forças armadas estão ameaçadas pelos pensamentos de esquerda:

Figura 6: *Print* do plano de governo do PSL – Tópico “DEFESA NACIONAL – Garantia da Lei e da Ordem”

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS

DEFESA NACIONAL Garantia da Lei e da Ordem

Dentre instituições, grupos, pessoas ou atividades, que tiveram sua imagem atacada pela doutrinação ideológica de esquerda, certamente as Forças Armadas do Brasil estão entre as que mais sofreram. Houve clara intenção de desconstruir a imagem desta espinha dorsal da Nação, afinal, elas são o último obstáculo para o socialismo.

Saliente-se que as Forças Armadas do Brasil tem uma História que nos orgulha. Por exemplo, heróis brasileiros lutaram contra o Nacional Socialismo na Segunda Guerra Mundial. Fomos o único país da América Latina a lutar contra os Nazistas. Posteriormente, outros heróis impediram a tomada do poder por forças de esquerda que planejavam um golpe comunista no Brasil em 1964, conforme o editorial: Julgamento da Revolução – O GLOBO, 7 de outubro de 1984.

Atualmente, a Nação olha para as Forças Armadas como garantia contra a barbárie.

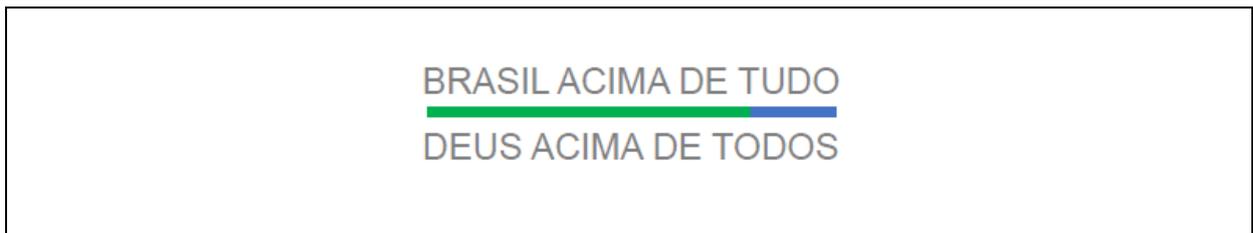
Fonte: (PSL, 2018, p. 33).

A afirmação acima apresenta um cenário caótico no qual forças de esquerda estariam tentando implantar um regime socialista no país, e as forças armadas seriam o poder de contenção contra essa ação. O plano de governo também enaltece o golpe militar de 1964, como se essa fosse uma ação necessária para conter as forças comunistas. A tentativa é a de denunciar que a doutrinação da esquerda ameaça o Brasil, tal como supostamente ameaçava em 1964, assim, abrindo lacunas para discursos golpistas. Nesse sentido, a educação aparece como

objeto de apoio ao poder militar. O plano de governo defende: “Teremos em dois anos um colégio militar em todas as capitais de Estado.” (PSL, 2018, p. 34). Assim, fica evidente que a intenção não é fazer com que as forças armadas sirvam à educação, mas que a educação sirva aos interesses das forças armadas, em um ato de “amor pela nação”. Ficam evidentes as vísceras antidemocráticas desse projeto.

Por fim, há também um forte traço religioso e necessariamente anti-intelectual nos projetos em educação do PSL. O posicionamento é coerente com o documento, afinal, a palavra “Deus” aparece cento e sessenta e duas vezes no documento, enquanto a palavra “educação” aparece somente vinte e cinco vezes. Esse dado ilustra o pensamento educacional do partido. É simbólico, pois, que o slogan do plano de governo e da campanha de Jair Messias incluía o apelo religioso:

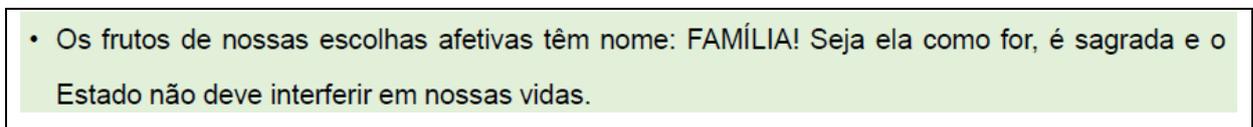
Figura 7: *Print* do plano de governo do PSL – Slogan de campanha



Fonte: (PSL, 2018, p. 1).

Devido ao deserto de ideais do plano de governo, não há nenhuma proposta educacional direta que conecte a religiosidade à educação, ainda assim, é possível encontrar essa intersecção em vários fragmentos. Bolsonaro parte dos argumentos liberais para justificar os argumentos conservadores:

Figura 8: *Print* do plano de governo do PSL – Tópico “O FRUTO DA VIDA É SAGRADO”



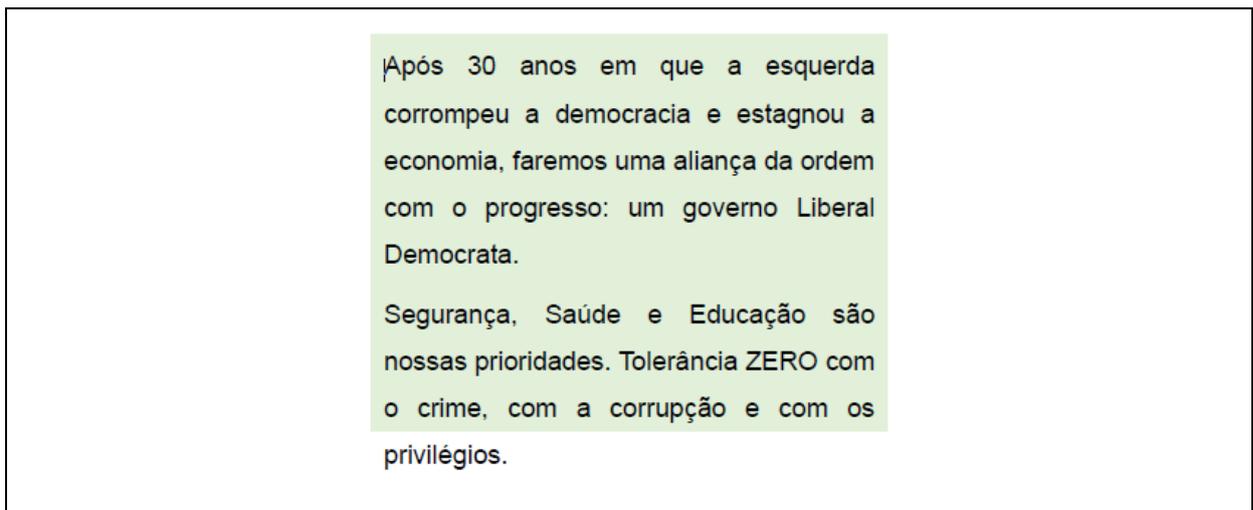
Fonte: (PSL, 2018, p. 4)

O fragmento acima apresenta dois principais motores que influenciam todos os projetos políticos do PSL, inclusive na educação: a instituição familiar e a instituição religiosa, conectadas profundamente. Nesse caso, ambos estão regidos pelo argumento da liberdade liberal, partindo do pressuposto de que o Estado não deve interferir nesses assuntos. Portanto, marca-se um limite para a educação: a

instituição escolar deve ir até onde a instituição familiar religiosa permitir. São argumentos de uma suposta neutralidade que colocam os interesses religiosos acima dos interesses pedagógicos, portanto, são essencialmente avessos à laicidade do Estado. Nessa lógica, o respeito ao culto somente é tolerado se tal culto estiver dentro dos moldes do cristianismo.

Contudo, o diagnóstico da educação “à beira do colapso” (PSL, 2018, p. 12) anunciado pelo plano de governo de Bolsonaro está conceitualmente distante do diagnóstico liberal clássico. Porém a contradição com o clássico não exclui o projeto dos vínculos com o liberalismo, apenas acentua a existência de características particulares no neoliberalismo brasileiro, que não pode ser observado sem suas conexões com o conservadorismo. Aponta o PSL:

Figura 9: *Print* do plano de governo do PSL – Tópico “2019 SERÁ O ANO DA MUDANÇA NOSSA VITÓRIA SERÁ CONTRA A SERVIDÃO!”



Fonte: (PSL, 2018, p. 10).

Com o diagnóstico alarmante⁴ de uma educação moralmente decadente, economicamente inviável e potencialmente corrupta, o projeto que se autodefine como liberal e democrata apresenta suas soluções de mão dupla: seria preciso combater as ameaças ao liberalismo e ao conservadorismo, simultaneamente. Propõe:

⁴ O plano de governo tem um design amador e maldiagramado, nota-se o descuido com a estética.

Figura 10: *Print* do plano de governo do PSL – Tópico “LINHAS DE AÇÃO”

SAÚDE E EDUCAÇÃO: eficiência, gestão e respeito com a vida das pessoas. Melhorar a saúde e dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar.

Fonte: (PSL, 2018, p. 22).

A figura acima demonstra que seria necessária uma educação tecnicista com foco na educação básica para atender os interesses do mercado; ao mesmo tempo, com ênfase na educação infantil para evitar a suposta doutrinação e, assim, atender aos interesses religiosos. Continua o plano de governo:

Figura 11: *Print* do plano de governo do PSL – Tópico “EDUCAÇÃO”

Precisamos inverter a pirâmide: o maior esforço tem que ocorrer cedo, com a educação infantil, fundamental e média. Quanto antes nossas crianças aprenderem a gostar de estudar, maior será seu sucesso.

Fonte: (PSL, 2018, p. 45).

Assim, é por meio de uma educação empreendedora, religiosa e militar que se pretende solucionar os supostos problemas identificados pelo plano de governo. A intenção é colocar a técnica acima da crítica, submeter as ciências exatas aos interesses do mercado, desmerecer e desarticular as ciências humanas.

A indissolúvel solução mercado-religiosa aparece várias vezes no texto do plano de governo. Como apresentado, entre os principais elementos estão a defesa do alinhamento entre universidades e mercado, o utilitarismo das pesquisas com o intuito de auxiliar na criação de produtos, a visão de que o ensino médio precisa ser técnico e atuar para preparar para o mercado de trabalho ao invés de formar cidadãos críticos e a perspectiva de que o ensino infantil precisaria “exorcizar” pensamentos de pedagogos como Paulo Freire. Todas essas soluções misturam liberalismo e conservadorismo e instituem uma espécie de neoconservadorismo

neoliberal brasileiro. Abaixo, evidencia-se a recorrente articulação entre os discursos mais clássicos em sua tipagem conservadora:

Figura 12: *Print* do plano de governo do PSL – Tópico “O FRUTO DA VIDA É SAGRADO!”

- Os frutos materiais dessas escolhas, quando gerados de forma honesta em uma economia de livre iniciativa, têm nome: PROPRIEDADE PRIVADA! Seu celular, seu relógio, sua poupança, sua casa, sua moto, seu carro, sua terra são os frutos de seu trabalho e de suas escolhas! São sagrados e não podem ser roubados, invadidos ou expropriados!
- Os frutos de nossas escolhas afetivas têm nome: FAMÍLIA! Seja ela como for, é sagrada e o Estado não deve interferir em nossas vidas.

Fonte: (PSL, 2018, p. 4).

A figura acima demonstra que na visão dessa espécie de neoconservadorismo neoliberal brasileiro as propriedades são tão sacras como a família. Embora a sacralidade da propriedade e da instituição familiar apareça já em Smith, a novidade do discurso brasileiro se dá na sacralidade cristã, criando um elo religioso entre economia e costumes.

Contudo, enquanto a crise neoliberal substitui o professor pelo gestor, o conservadorismo acusa o professor de “doutrinar” alunos. Nesse aspecto, ambos os diagnósticos recaem na desvalorização profissional da figura do educador e na hipervalorização do empreendedor. A estranha união entre esses dois polos institui um discurso educacional específico do Brasil, uma espécie de neoconservadorismo neoliberal.

2.2 PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira)

O plano de governo do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira – é o mais enxuto entre os documentos analisados em nossa pesquisa. O documento, que visava eleger Geraldo Alckmin ao cargo de chefe do executivo brasileiro, resume-se a um conjunto de tópicos sem nenhum aprofundamento. Assim, faz apenas seis menções à palavra “educação”:

O Brasil precisa se livrar dos males da corrupção e do Estado ineficiente, que sorve dinheiro do povo por meio de impostos elevados e oferece serviços públicos de baixa qualidade. [...] O Brasil precisa se tornar um país mais justo, onde a igualdade de oportunidades seja assegurada pela educação pública de qualidade e por programas sociais que assegurem uma vida digna aos mais vulneráveis. [...] O Brasil precisa voltar a crescer, para que os brasileiros possam empreender, trabalhar, inovar, prosperar e criar suas famílias e negócios com segurança (PSDB, 2018, p. 3).

O documento explora pouco o tema da educação, faz defesa do ensino público como promotor da “igualdade de oportunidade”, defende que os esforços do governo devem se concentrar na educação infantil (PSDB, 2018, p. 10), afirma que realizará sérios investimentos na formação dos professores (PSDB, 2018, p. 10) e possibilitará que a profissão esteja entre as mais prestigiadas.

O argumento da igualdade de oportunidades é um fragmento conectado ao discurso meritocrático e ao discurso empreendedor. Igualar as oportunidades consiste em criar – ou acreditar – em um Estado base no qual todos os indivíduos possuem as mesmas estruturas, assim, em decorrência do mérito de cada um é que se alcança melhores ou piores condições de subsistência e de *status* social.

Considerando o vazio educacional no plano de governo, recorreremos a outros elementos do documento para compreender os argumentos que impactam a educação. O documento se baseia no argumento de crise educacional, cuja origem seria o estado corrupto e ineficiente. Esse diagnóstico de crise do espectro neoliberal leva o plano a entrar em contradição. Ao invés da defesa do ensino público, o PSDB defende: “Privatizar empresas estatais, de maneira criteriosa, para liberar recursos para fins socialmente mais úteis e aumentar a eficiência da economia” (PSDB, 2018, p. 7). Nesse sentido, o partido define sua visão de Estado em alguns tópicos, entre eles, o “Brasil da solidariedade” (PSDB, 2018, p. 8). Porém essa também é uma espécie de depreciação do papel social do Estado: ao invés de colocar-se como promotor das políticas públicas, se apresenta como solidário às demandas sociais, como se não fossem suas as responsabilidades. Essa posição assistencialista, somada ao discurso privatizante, coloca as escolas públicas sob a ameaça do ensino privado. A posição dúbia e omissa mas solidária caracteriza um Estado que se pretende pequeno para promover, mas comprometido em assistir. Aponta o documento:

Vamos estimular as parcerias entre universidades, empresas e empreendedores para transformar a pesquisa, a ciência a tecnologia [sic] e o conhecimento aplicado, em vetores do aumento de produtividade e da competitividade do Brasil (PSDB, 2018, p. 14).

As parcerias público-privadas escancaram um caráter de educação utilitária e subserviente ao mercado. Toda a solução tucana passa pelo argumento da privatização e da produção daquilo que é útil para as empresas. Assim, defende-se: “Fortaleceremos o ensino técnico e tecnologico [sic], qualificando os jovens para atua [sic] na nova economia.” (PSDB, 2018, p. 14). Nesse trecho, uma inadequação gramatical é percebida: usa-se “atua” ao invés de “atuar”. Porém, isso não impede a percepção de uma educação técnica voltada a produzir de acordo com as demandas do mercado.

Portanto, o diagnóstico de crise educacional apresentado pelo partido está conectado com a falência do Estado e tem como solução o empreendedorismo, o tecnicismo, a visão de mercado e as privatizações.

2.3 PODEMOS

Assim como no PSDB, o plano de governo do PODEMOS⁵ em 2018, apresentando Álvaro Dias como candidato, é pequeno e compartilha do mesmo diagnóstico de uma suposta crise de eficiência do Estado brasileiro. Aponta:

O país iniciará um processo de busca contínua de eficiência tanto no setor público como no privado através da adoção das melhores práticas mundiais, abertura comercial gradativa, recuperação e aumento do estoque de infraestrutura, importação e desenvolvimento interno de novas tecnologias (PODEMOS, 2018, p. 3).

Propor a melhoria da eficiência do setor público em conjunto com o setor privado é o prenúncio do diagnóstico de crise anunciado pelo documento na página seguinte. Aponta o projeto:

⁵ O PODEMOS é o nome dado desde 2017 ao antigo PTN (Partido Trabalhista Brasileiro), fundado em 1995.

Figura 13: *Print* do plano de governo do PODEMOS – Tópico “OBJETIVO”



Fonte: (PODEMOS, 2018, p. 4).

Sem aprofundar, o plano de governo defende que a educação brasileira é – ou está – desqualificada e que o Estado é antiquado. O caminho para solucionar este suposto problema consiste na boa gestão dos recursos públicos, das parcerias com o setor privado, do combate à corrupção e da recuperação do passado glorioso, tal como no período de gestão de Juscelino Kubitschek.

O PODEMOS tem como perspectiva uma educação em que o objetivo central é a geração de empregos. Assim, com o Estado supostamente falhando, restaria ao setor privado essa incumbência, como defende: “O estímulo ao empreendedorismo, ao desenvolvimento tecnológico e à educação são considerados essenciais para aumentar o nível de emprego.” (PODEMOS, 2018, p. 8).

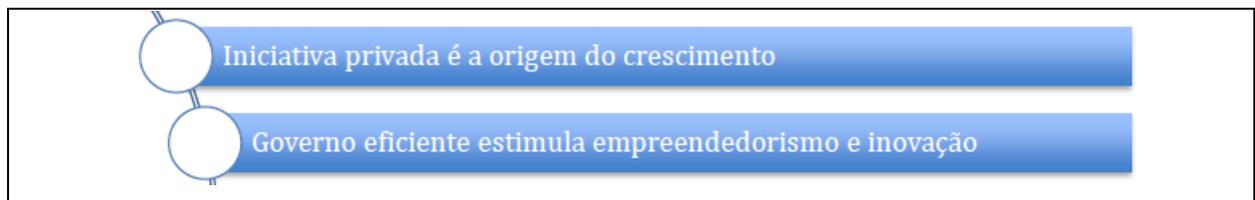
Outro ponto de destaque do plano de governo são as instituições familiares. Dessa maneira, propõe-se: “Na esfera da Sociedade [sic] foram estabelecidas sete Metas: Emprego para Todos, Violência com Tolerância Zero, Pronto Atendimento na Saúde, Ciência, Cultura e Turismo, Educação do Futuro, Família Unida e Verde Água.” (PODEMOS, 2018, p. 5). Não há nenhum aprofundamento dessa afirmação ao longo do documento, ainda assim, é possível inferir que a “Educação do Futuro” seja a possível solução para o problema do Estado ineficaz e antiquado. Além disso, a união familiar torna-se preocupação de governo no documento, apresentando um viés conservador.

O documento defende o retorno a um momento do passado em que supostamente a situação geral do Estado era melhor. Aponta:

Da mesma forma que ao tempo de JK, o desenvolvimento nacional será buscado com o máximo empenho do governo e intensa participação da população. Especial atenção precisa ser dada, desta vez, a uma completa redefinição do que se espera do papel do Estado na sociedade, bem como da revisão do texto constitucional como premissa das mudanças requeridas para o país voltar a crescer e a harmonia social de novo prevalecer (PODEMOS, 2018, p. 5).

Para prover essa melhoria tal como defende que ocorreu com a gestão de Kubitschek, o PODEMOS compreende que a “harmonia social” e a eficácia do Estado se dá por meio do empreendedorismo, que engloba o incentivo à iniciativa privada. Conforme aponta:

Figura 14: *Print* do plano de governo do PODEMOS – Tópico “Principais DIRETRIZES do Plano de 19 Metas”



Fonte: (PODEMOS, 2018, p. 10).

Portanto, para fomentar o crescimento do país seriam necessários incentivos à iniciativa privada. O impacto desse discurso na educação pública é arrasador, porque parte do pressuposto de que a crise do Estado deve ser solucionada com o fortalecimento dos interesses privados e não com a reforma da estrutura estatal. Assim, esse discurso é explicitamente privatizante e não tem compromisso com as políticas públicas.

Por fim, Álvaro Dias defende que a educação tenha como foco principal o ensino infantil. Essa questão aparece entre as metas do plano de governo: “Tornar o FUNDEB permanente e priorizar a educação infantil e o ensino fundamental” (PODEMOS, 2018, p. 15). Normalmente, essa defesa é um ponto em comum entre os conservadores e os liberais. Focar no ensino infantil pode tanto significar uma reação moral contra os valores de esquerda como também a construção de valores liberais desde a infância. A conexão entre esses dois pontos é tamanha que se tornou difícil mensurar essa distinção nos planos de governo analisados. Além desses aspectos, o discurso neoliberal defende o foco na educação básica partindo de um utilitarismo, em que é mais conveniente aos interesses do mercado produzir

mão de obra do que cidadãos críticos, assim, usam a educação de nível básico para reproduzir esses valores.

Contudo, devido ao seu baixo nível de profundidade, não há como captar mais do que alguns argumentos do discurso neoliberal a partir do plano de governo do PODEMOS.

2.4 MDB (Movimento Democrático Brasileiro)

Diferente dos documentos apresentados anteriormente, o plano de governo do MDB em 2018, que teve como presidenciável Henrique Meirelles, é mais articulado. Inicia diagnosticando um possível obstáculo para a igualdade de oportunidades:

Como esperar que uma criança pobre possa competir em igualdade de condições com uma criança rica quando o destino delas foi selado no momento do nascimento?

A criação de oportunidades iguais para todos passa por uma educação de qualidade desde os primeiros anos escolares. O desenvolvimento de nossas crianças no período de 0 a 5 anos de idade é determinante para a sociedade que teremos no futuro, dado o impacto que essa fase tem na capacidade de aprendizagem e na formação da inteligência.

O Brasil gasta 6% do PIB em educação, mas a realidade é que nossas crianças que vão à escola pouco aprendem (MDB, 2018, p. 10).

Assim, o documento apresenta a desigualdade como questão central da educação e entende que não há condições necessárias para estabelecer uma relação de igualdade de oportunidades. Para solucionar o problema, pretende-se fortalecer a educação de primeira infância e estabelecer relações de igualdade. Porém, é necessário compreender a dubiedade desse diagnóstico: embora reconheça a desigualdade, a preocupação é superá-la para estabelecer a igualdade de oportunidades,⁶ portanto, é uma preocupação articulada ao discurso meritocrático.

Ao apresentar o problema que se levanta contra a igualdade de oportunidades e propor breves possibilidades para superá-las, o MDB entende que a

⁶ A preocupação liberal com as condições para se estabelecer a igualdade de oportunidades aparece também no discurso da ex-presidente Dilma Rousseff como apresentamos na página 101.

educação básica passa por uma crise moral, ética e de eficiência. Portanto, realiza um diagnóstico de crise pautado no conservadorismo e no pensamento neoliberal, como fica explícito abaixo:

Mesmo investindo na área de educação um percentual maior do que a média dos países da OCDE (6,0% do PIB contra 5,5% do PIB, respectivamente), o Brasil fica muito aquém de seu potencial nos índices internacionais de avaliação de ensino, como o Pisa. O quadro sugere que há uma má alocação dos recursos.

O resultado de uma educação de baixa qualidade é a perpetuação das desigualdades e a limitação dos ganhos de produtividade. Dessa forma, não há crescimento nem geração de emprego e renda de forma sustentável.

O resultado disso são índices decepcionantes de aprendizagem, professores mal remunerados, infraestrutura deficitária. A consequência é que estamos formando alunos sem saber o mínimo necessário para o ingresso no mercado de trabalho.

É preciso dar condições materiais às famílias, treinamento e condições de trabalho aos professores e afastar qualquer possibilidade de ideologização do ensino (MDB, 2018, p. 10-11).

No fragmento acima, Meirelles, por meio de seu plano de governo, entende que há uma crise na educação brasileira, passando pela ineficiência do Estado e chegando ao discurso da suposta doutrinação de esquerda que professores exerceriam sobre seus alunos.

A ineficiência do Estado impediria que a educação cumprisse com seu objetivo de educar para auxiliar o ingresso no mercado de trabalho. Portanto, um Estado eficiente nessa lógica está atrelado a uma educação tecnicista, cujo objetivo central é educar para servir aos interesses privados. Essa posição revela a ótica mercadológica em detrimento da visão pedagógica. Assim, a educação deixa de ser analisada pelos fins educacionais e passa pelo crivo do mercado. O benefício para o estudante não é o fortalecimento de sua visão crítica, mas a possibilidade de atuar no mercado de trabalho por meio das habilidades adquiridas a partir das demandas do mercado.

Sob a ineficiência do Estado em atender as demandas mercadológicas na educação, o plano de governo entende que o ideal é fazer políticas de incentivo ao ensino infantil privado. O projeto prevê o financiamento da educação infantil para que famílias de baixa renda possam matricular seus filhos em creches da rede privada.

Portanto, com um discurso neoliberal e conservador, o MDB entende que o caminho para solucionar a suposta crise educacional é a superação das desigualdades, que ocorreria com o fortalecimento do setor privado.

2.5 NOVO

O partido NOVO em seu plano de governo liderado pelo presidenciável João Amoêdo tem como *slogan* a frase “mais oportunidades, menos privilégios” (NOVO, 2018, p. 1). É necessário compreendermos as raízes que sustentam essa afirmação e quais são os sujeitos que devem se beneficiar com as oportunidades ou sofrer com a perda dos privilégios.

Todas as raízes que sustentam o *slogan* supracitado são provenientes do argumento liberal da falência do Estado. Na educação, essa lógica acredita na existência de uma profunda crise tal como apresentamos nos planos de governos analisados anteriormente. Nesse documento há uma simplificação da complexa situação do país transferindo aos políticos a responsabilidade pelos problemas, ignorando que estes são subservientes a outro grupo: o mercado.

Desse modo, em vez de discutir as questões urgentes do país sob a ótica dos interesses que os políticos defendem a partir de seus financiadores, o NOVO limita-se a discutir as ações práticas desses políticos, portanto, trata-se da simplificação dos problemas nacionais para proteger as elites financeiras. Assim, o principal sujeito supostamente privilegiado são os políticos: “O Congresso brasileiro é, proporcionalmente, o mais caro do mundo. A quantidade de privilégios dos nossos políticos é inaceitável, assim como a corrupção e a impunidade. É preciso uma ampla e urgente reforma política.” (NOVO, 2018, p. 16). Junto aos políticos estariam os “funcionários públicos de alto escalão e empresários com subsídios e benefícios;” (NOVO, 2018, p. 6). Portanto, estes seriam os sujeitos que se aproveitariam do Estado. Há uma especificidade ao tratar dos empresários: os privilegiados desse grupo seriam apenas aqueles com subsídios e benefícios. O NOVO não explica o que seriam “subsídios” e “benefícios”, abrindo margens para interpretações. Porém, em suma, o partido apresenta como problemático todos os vínculos com a política,

desde o funcionalismo até o alto escalão de governos, passando por empresários vinculados a esses políticos.

Dessa forma, por meio de um discurso antipolítico abre-se espaço para os chamados *outsiders*, aqueles que vêm “de fora” desse “universo corrompido” para livrar os civis das amarras do Estado supostamente falido e ineficiente. O uso do dinheiro público é demonizado, como se o dinheiro gerado pela iniciativa privada fosse mais digno, fortalecendo a imagem negativa do Estado em detrimento à imagem das empresas.

Ainda em seu diagnóstico de falência do Estado, o documento apresenta o Brasil como um país “disfuncional” (NOVO, 2018, p. 4), onde “as escolas não ensinam” (NOVO, 2018, p. 4), porém, a retórica não especifica quais tipos de ensinamento as escolas deixariam de oferecer, mas a linha de educação proposta pelo partido ajuda a compreendermos esse aspecto. Outro elemento dessa disfunção seriam as tributações e os auxílios aos mais necessitados. O NOVO entende que o Brasil é “um Estado que dá auxílios para quem menos precisa, benefícios para quem menos merece e tributa quem mais trabalha.” Nessa análise, a falha está conectada ao mérito, pois, para receber determinados proventos do Estado, seria necessário merecimento, mas o plano não especifica que tipo de merecimento. O partido acerta em dizer que o país tributa quem mais trabalha, mas omite que estes são os mais pobres em regimes de CLT, proprietários de micro empresas, pessoas em condições de subemprego ou oficialmente desempregadas. O discurso não toca em pontos fundamentais, como taxaçoão de herança, de grandes fortunas ou de modelos progressivos para fomentar microempresas. O objetivo da omissão é fazer com que os mais pobres sintam-se vítimas dos mesmos problemas sofridos pelos mais ricos. Portanto, trata-se de um cinismo.

Em decorrência do Estado falido, a educação, segundo o projeto, estaria em uma profunda crise:

A nossa educação apresenta, sob inúmeros ângulos, indicadores muito ruins: 93% dos alunos terminam o ensino médio sem noções básicas de matemática, 27% dos brasileiros entre 15 e 64 são analfabetos funcionais. Gastamos 3 vezes mais com o aluno do nível superior (US\$ 12 mil), do que com o aluno do ensino básico (US\$ 3,8 mil). Apesar do aumento das verbas para educação, entre 2012 e 2016, o Brasil caiu 7 posições no ranking do PISA. O ensino infantil é a base da formação cognitiva e somente 30% das crianças estão nas creches. A educação é a base de qualquer sociedade (NOVO, 2018, p. 10).

Assim, o NOVO apresenta que a Educação Básica precisaria passar por reformulações que possibilitem um melhor desempenho com foco no acesso à educação.

No plano de governo do NOVO, a figura do *outsider* é representada pelo multimilionário João Amoêdo, o típico gestor que surge para transformar o Estado ineficiente em uma empresa eficiente, os cidadãos em empreendedores e a educação em um produto mercadológico. Em definitivo, o método de comunicação do plano de governo de Amoêdo é a dubiedade: trata-se de uma comunicação sempre aberta às interpretações do cidadão médio, para que se sinta vítima do mesmo problema da elite, porém, as propostas que surgem são totalmente conectadas aos interesses do setor privado e contrárias aos interesses sociais do Estado. O objetivo central do plano de governo é permitir que as pessoas “cheguem lá” (NOVO, 2018, p. 6), mas também não há nenhuma especificação de qual seria esse ponto de chegada. Contudo, ainda que com várias questões em aberto, mas pensando em solucionar o suposto problema do inchaço do Estado, o NOVO apresenta suas propostas para a educação:

A simplificação e redução dos impostos e burocracias para dinamizar a economia, facilitar o empreendedorismo e propiciar a criação de empregos; [...] A redução da máquina pública e a responsabilidade fiscal, para que o governo faça um uso eficiente do dinheiro dos brasileiros e jamais gaste mais do que arrecada; A saída dos brasileiros da pobreza por meio da educação, geração de renda, empregos e oportunidades (NOVO, 2018, p. 7).

O documento faz referência a uma educação cujo objetivo central é gerar oportunidades de emprego, para tanto, seria necessário reduzir a máquina pública, o que implica no fortalecimento da iniciativa privada. O NOVO é claro em seu objetivo de enfraquecer o ensino público e fortalecer as escolas privadas: “Programa de bolsas em escolas particulares para alunos do ensino público.” (NOVO, 2018, p. 11). Portanto, para solucionar o problema de acesso dos alunos ao ensino infantil, Amoêdo busca fomentar as creches privadas. Assim, novamente, a função pedagógica e social que uma creche exerce perde espaço para a funcionalidade da iniciativa privada de gerar lucros.

Outras propostas para solucionar o diagnóstico de crise educacional é o esvaziamento teórico da educação. Em outras palavras, trata-se de um ataque às teorias para a construção de um ensino raso e tecnicista, conforme propõe:

Base curricular da formação dos professores direcionada à metodologia e à prática do ensino, não a fundamentos teóricos;
Ampliar o ensino médio-técnico para atrair e melhor formar os jovens para o mercado de trabalho;
Aproximar o ensino profissionalizante das demandas reais do mercado de trabalho (NOVO, 2018, p. 10).

Esse esvaziamento da educação básica está atrelado à sobreposição dos interesses de mercado em detrimento aos interesses sociais. O mesmo acontece com o ensino superior. Entre as propostas, o NOVO defende: “Universidades: melhor gestão, menos burocracia, novas fontes de recursos não-estatais [sic] e parcerias com o setor privado voltadas à pesquisa.” (NOVO, 2018, p. 11). Assim, as pesquisas desenvolvidas pelas universidades também deveriam estar conectadas aos interesses dos setores privados.

Por fim, todos esses elementos convergem no discurso neoliberal clássico do livre mercado. Em diversos momentos do plano de governo, a palavra “liberdade” aparece como simulacro do conceito moderno. O NOVO defende um Estado “seguro, simples e livre” (NOVO, 2018, p. 2). A segurança para o partido se resume na possibilidade de assegurar a liberdade de viver e a liberdade de se apropriar: “O Estado precisa proteger a nossa vida, a nossa propriedade, a nossa liberdade e assegurar que as leis sejam cumpridas.” (NOVO, 2018, p. 7). Nesse sentido, não é papel do Estado assegurar a igualdade, nem mesmo a igualdade de condições, portanto, trata-se de uma crença irrestrita no poder da meritocracia e da iniciativa privada. Além da segurança, a simplicidade trata do desmonte do Estado:

Uma sociedade baseada em princípios e valores, com foco no essencial. Leis e burocracia em excesso servem apenas para criar mecanismos de poder para as instâncias públicas e devem ser revistas e, sempre que cabível, revogadas (NOVO, 2018, p. 8).

Desse modo, ao reduzir a incômoda burocracia, o discurso do NOVO faz-se novamente dúbio para tratar não dos problemas que brasileiros sofrem no dia a dia com registros e documentações, mas com a desregulamentação do Estado no setor

privado, possibilitando que menos impostos sejam pagos e mais lucros sejam gerados para os grupos de empresários.

Por último, o partido defende a clássica liberdade liberal: “Onde o cidadão tenha liberdade e responsabilidade para ser o protagonista de sua vida, sem a tutela do Estado.” (NOVO, 2018, p. 8). Nesse conceito de liberdade, o indivíduo empreende uma função ativa sobre sua própria vida, de modo que saúde, educação e segurança – que extrapole o limite da propriedade – sejam atribuições individuais. A questão da exploração também é uma questão puramente individual. Por meio desse caminho seria possível “chegar lá”, em uma educação de livre mercado e empreendedora, a partir da mão invisível do mercado se combateria a pobreza. Porém, essa “mão invisível” não tem nenhum interesse social, resumindo-se apenas a geração de lucros.

Assim, o projeto do NOVO consiste em reduzir ao máximo a atribuição do Estado e suas funções sociais para que as empresas assumam esses papéis. O interesse do partido e de seu presidenciável é reduzir as funções sociais do Estado para possibilitar o aumento dos lucros das empresas. O objetivo é fazer com que os papéis sociais tornem-se produtos lucrativos. A educação seria apenas um desses produtos.

3 LIBERALISMO E CONSERVADORISMO

Esta exposição inicial tem como objetivo captar elementos que definam o liberalismo. Traremos para a discussão autores liberais e autores críticos ao liberalismo. Discutiremos os diferentes momentos do liberalismo e analisaremos as convergências desses períodos. Em seguida, analisaremos e discorreremos sobre o discurso conservador. Esse duplo levantamento – acerca do liberalismo e conservadorismo – nos auxiliará para a sequência do trabalho, em que analisaremos como esse discurso ecoa na educação brasileira e sua presença nos planos de governo dos presidencialistas liberais das eleições de 2018 – PSL, PMDB, PSDB, PODEMOS e NOVO.

3.1 Do Liberalismo ao Neoliberalismo: a biopolítica e os momentos filosóficos do pensamento liberal

O pensamento liberal não é homogêneo, portanto, os projetos liberais de educação também não o são⁷. Assim, o conceito de liberalismo não pode ser tratado como objeto fechado, pelo contrário, esse conceito funciona como um consumidor de valores, teorias e práticas de caracteres éticos, econômicos e políticos. É por isso que Veiga-Neto (2013) destaca que alguns autores tratam o conceito no plural ao invés do singular⁸. Explica:

[...] na medida em que as formas de vida se manifestam dos modos mais diversos, que essas maneiras de ser de estar no mundo variam de lugar para lugar e ao longo da história, também aqui [...] muitos preferem falar em liberalismos e neoliberalismos, no plural (VEIGA-NETO, 2013, p. 24).

⁷ Sobre estes, trataremos mais adiante na quarta seção.

⁸Em nossa leitura, entendemos que utilizar “liberalismos” no plural seria o tratamento mais rigoroso e adequado a ser praticado. Ainda assim, neste trabalho utilizaremos predominantemente o conceito no singular, simplesmente por entendermos que sua aplicação no plural pode dificultar o processo de escrita. Embora façamos uso do “liberalismo” no singular, não ignoramos seu caráter múltiplo e desejado.

Portanto, o liberalismo é múltiplo. Embora não possa ser definido como um conjunto sólido, há elementos convergentes entre as diferenças do liberalismo⁹. São esses elementos que buscaremos captar nessa etapa do trabalho para construir, não uma definição essencial e fechada, mas um corpo de características do liberalismo. Orso (2003) caminha ao encontro de Veiga-Neto e compreende que o pensamento liberal não pode ser definido como um bloco único de ideias:

O liberalismo não se compõe de uma concepção homogênea, nem seus arautos e defensores constituem um bloco compacto. Em geral, resguardados alguns poucos princípios comuns, há tantas interpretações do que seja o liberalismo quantas pessoas se ocupam dele (ORSO, 2003, p. 21).

Assim, do ponto de vista histórico, esses fragmentos¹⁰ de liberalismo podem ser analisados por meio das particularidades de cada momento – período e contexto. Do ponto de vista filosófico, podem ser analisados pelas suas cargas conceituais. Portanto, uma postura aparentemente mais abrangente da ótica liberal é a de Roque Spencer Maciel de Barros¹¹, que a compreende como uma estrutura dividida em diferentes etapas. É assim – dividindo em etapas – que o autor constrói sua lógica em *Introdução à Filosofia Liberal* (1971). Orso comenta sobre Barros:

Ao traçar sua história, o faz com uma metodologia própria. Realiza “um exame histórico-filosófico” e, a partir de sucessivas concepções de homem e mundo, tenta captar as características essenciais de cada “momento” da filosofia liberal (ORSO, 2003, p. 21).

O movimento de Barros que Orso¹² apresenta se aproxima do percurso que buscaremos realizar nesta seção: identificar os elementos convergentes do

⁹ Sendo rigoroso conceitualmente, tais diferenças não devem ser definidas como “correntes”, por isso adotamos no texto simplesmente o termo “diferenças” para lidar com o que alguns autores chamam de correntes, momentos ou eixos do liberalismo.

¹⁰ O termo “fragmentos” supõe uma ruptura, por isso não o consideramos um termo rigoroso, mas o utilizaremos por não surgir uma terminologia melhor por hora.

¹¹ Orso refere-se à Roque Spencer Maciel de Barros como Roque Spencer, porém, por uma questão formal, escolhemos referi-lo como Barros.

¹² Embora Orso destoe do referencial teórico de nosso trabalho, o utilizaremos por consideramos relevantes suas contribuições críticas ao trabalho de Barros. Ainda que caminhemos por visões

liberalismo. Porém, diferente de Barros, nosso objetivo não será desvelar as supostas estruturas imponentes, essenciais e duradouras do liberalismo, mas investigar seus fragmentos. Para Barros, a filosofia liberal é composta por diferentes momentos e os categoriza como: antigo, clássico, romântico, cientificista e o neoliberal – que seria como um pós-momento, distante dos outros do pensamento liberal.

Esses períodos são como vetores que apontam para diferentes posições, mas ainda assim funcionam dentro de alguns princípios. Nesse sentido, os fundamentos liberais, podem ser definidos teoricamente por duas linhas principais, a liberdade e a individualidade. Todo o discurso político e discussão ética no liberalismo passam pelo crivo desses dois grandes temas. Porém, no Brasil das últimas décadas – e possivelmente na maior parte de sua história – há uma dificuldade para identificar esses dois elementos centrais do liberalismo. Isso acontece devido a articulação entre liberalismo e conservadorismo, somado à néscia dos que modulam a ética e governam a política do Estado brasileiro desde meados de 2016. Essa confusão se reproduz também na educação. Sobre isso, dissertaremos no terceiro capítulo.

Antes de comentar sobre os eixos do liberalismo proposto por Barros, comentaremos sobre o liberalismo de modo mais geral. Diferente do que se possa imaginar, o liberalismo não é puramente uma ideologia, tão pouco uma teoria econômica ou jurídica; é uma racionalidade política que envolve o direito, a economia e a ética.

Na sequência de cursos no *Collège de France* (1978-1979), mais especificamente nas aulas de 10 e 17 de janeiro de 1979, Michel Foucault comenta sobre a razão política do Estado:

[...] a razão de Estado é precisamente uma prática, ou antes, uma racionalização de uma prática que vai se situar entre um Estado apresentado como dado e um Estado apresentado como a construir e a edificar (FOUCAULT, 2008, p. 6).

Portanto, segundo Foucault, o liberalismo é marcado por uma mudança na forma de se pensar a arte de governar. Essa arte é o que o francês chama de

distintas de mundo, compartilhamos de um posicionamento crítico ao liberalismo, em especial ao liberalismo de Barros.

“governamentalidade”, que nada mais é do que o conjunto de elementos que institui o governo a si e aos outros. O filósofo propõe:

É a outra face de algo cuja face visível, visível para os governantes, é a própria ação destes. A própria ação destes tem uma camada subjacente, ou melhor, tem outra face, e essa outra face é a governamentalidade (FOUCAULT, 2008, p. 22).

Podem existir incontáveis manifestações de governamentalidade, do micro ao macro. Isso permite compreendermos o fenômeno do liberalismo para além de governos e Estados. Mas nosso interesse – assim como o de Foucault – é trazer luz ao seu caráter político e de governo do Estado, ao qual o filósofo define como razão de Estado. A governamentalidade não é um conjunto de ações de líderes políticos, é uma racionalidade que baseia tais ações – é aí que estão as noções de bem e mal, justo e injusto. As leis do Estado são baseadas nessas noções, sempre correspondendo aos anseios dessa razão.

Desse modo, essa racionalidade é o que essencializa o Estado, é o seu “dever-ser” (FOUCAULT, 2008, p. 6). É por essa razão que o Estado age e é essa razão que o institui. É a mudança de governamentalidade que gera o Estado liberal. Tratemos o caráter dessas mudanças:

Em que consiste essa transformação? Pois bem, numa palavra, ela consiste na instauração de um princípio de limitação da arte de governar que já não lhe seja extrínseco como era o direito no século XVII, [mas] que vai ser intrínseco a ela. Regulação interna da racionalidade governamental (FOUCAULT, 2008, p. 14).

O que Foucault apresenta nesse fragmento é a transição da razão de Estado policial para a razão de Estado moderno. Em suma, o Estado deixa de administrar a punição e a morte e passa a gerir a vida, se distancia da lógica do Estado para si em detrimento ao Estado para sua população, abandona o regime da soberania em detrimento ao regime disciplinar. Essa gestão da vida acrescenta um caráter biológico nas preocupações do Estado – entendida por Foucault como biopolítica. Ainda que exista a preocupação biológica, o interesse pela docilidade persiste, Defende Danner (2011, p. 59):

[...] em relação ao poder disciplinar, que se dirige ao indivíduo em particular, ao treinamento e à docilização do seu corpo. Em termos gerais, pode-se dizer que a disciplina age diretamente sobre o corpo dos indivíduos; ela é uma técnica de poder que organiza a multiplicidade por

individualização. [...] a disciplina estabelece procedimentos permanentes de poder e de vigilância, cujo objetivo é obter o adestramento, o controle e a submissão total dos indivíduos.

Desse modo, na razão disciplinar a intenção é criar corpos dóceis e úteis aos interesses do Estado. O indivíduo não é a figura central da política, é apenas um objeto do Estado; este, move-se em razão de si, com políticas que têm o objetivo único de fortalecê-lo, aumentá-lo e deixá-lo mais potente. A disciplina olha com indiferença para as partes e para os micros e organiza os indivíduos para servir ao Estado.

Contudo, o regime disciplinar é caracterizado também pelas questões biológicas. É por meio da noção de população, ou seja, de um conceito coletivo, que os indivíduos ganham protagonismo. A partir do século XVIII, o interesse do Estado passa a se concentrar nas condições biológicas da população. Destaca Danner (2011, p. 51-52):

[...] o primeiro centrou-se no corpo-máquina: é uma técnica de poder que torna possível o treinamento e o controle dos indivíduos (de seu corpo, de seus gestos, de seus comportamentos, etc.), no interior de instituições como a escola, o hospital, a fábrica, o quartel, etc. – esse poder é aquilo que Foucault definiu com disciplina (ou anátomo-política do corpo); o segundo pólo [sic] centrou-se no corpo-espécie, e opera no nível dos processos biológicos da população (saúde, natalidade, morbidade, expectativa de vida, etc.) – a biopolítica da espécie humana.

Desse modo, o poder disciplinar age segundo estes dois dispositivos, disciplinar e docilizar os corpos e zelar pela saúde da população, o objetivo final é gerir a vida da sociedade. Portanto, a razão de Estado moderna busca gerir a vida através da disciplina e da biopolítica.

A diferenciação da ótica sobre o corpo é também uma marca da maximização do interesse econômico sobre o interesse do Estado. Aliás, podemos demarcar dois pontos centrais de mudança na razão de Estado moderno: a visão sobre a economia e o interesse econômico sobre os corpos. Ambos determinam como deve se estabelecer a nova governamentalidade. Se antes o objetivo maior de um governante do Estado era garantir sua manutenção e expansão, na nova razão busca-se garantir o “melhor para a economia”, mas para um tipo específico, a nova economia de mercado, ou a economia do novo mercado.

Primeiro, a questão da economia. A razão moderna traz consigo uma nova perspectiva econômica. Nela, Estado e economia começam a se repelir. Os adeptos desse pensamento creem que ambos não podem coexistir em caráter de igualdade, colocam um – o Estado – a serviço de outro – a economia de mercado. Essa novidade econômica traz consigo a mudança da visão jurídica para a visão natural. Defende Foucault (2008, p. 42):

[...] O mercado, no sentido bastante geral da palavra, tal como funcionou na Idade Média, no século XVI, no século XVII, creio que poderíamos dizer, numa palavra que era essencialmente um lugar de justiça. [...] dotado de uma regulamentação ao extremamente prolífica e estrita: regulamentação quanto aos objetos a levar aos mercados, quanto ao tipo de fabricação desses objetos, quanto à origem desses produtos, quanto aos direitos a serem pagos, quanto aos próprios procedimentos de venda, quanto aos preços estabelecidos, claro. Logo, lugar dotado de regulação – isso era o mercado. Era também um lugar de justiça no sentido de que o preço de venda estabelecido no mercado era considerado, aliás, tanto pelos teóricos quanto pelos práticos, um preço justo, ou em todo caso um preço que deveria ser justo preço, isto é, um preço que devia manter certa relação com o trabalho feito.

Portanto, havia um sentido de justiça no mercado, o preço deveria ser praticado segundo algumas regulamentações com o objetivo de manter “o justo”. Ocorre que a nova economia de mercado se levanta contra esse modelo de economia jurídica e propõe uma economia essencialmente natural. O argumento é que quanto mais natural, mais livre; em contrapartida, quanto mais regulado, menos livre. Assim, para uma economia ser livre, ela precisa seguir leis que sejam as da natureza e não as de jurisdição do Estado. Portanto, a preocupação deixa de se concentrar na justiça para se concentrar na liberdade, estando essa liberdade conectada a uma essência natural. Consequentemente, o preço não precisa ser justo, apenas natural. Assim, substitui-se a ideia do “preço justo” pelo “bom preço”, como apresenta Danner (2011, p. 105):

[...] Essa liberdade de mercado, tal como ela aparecia no pensamento fisiocrata e de Adam Smith, funcionava (ou devia funcionar) de um modo tal que possibilitava estabelecer aquilo que eles chamavam de “preço natural” ou “bom preço”. Era esse jogo legítimo da concorrência natural que iria permitir que os efeitos benéficos da concorrência fossem repartidos de maneira justa entre o comprador e o vendedor.

Contudo, havia um fim de justiça no mercado, tanto no processo de compra e venda de produtos, como no processo de precificação. Mas a relação

entre o trabalho e o preço se enfraquece com a nova economia de mercado, dando lugar ao argumento da liberdade. Essa relação entre trabalho e preço passa por mudanças ainda mais radicais no neoliberalismo – trataremos sobre isso mais adiante. É daí que nasce o argumento da frugalidade, que, para Foucault, é o ponto-chave da governamentalidade e da ética liberal:

[...] entra-se nesse momento numa época que poderíamos chamar de época do governo frugal, o que não deixa, claro, de apresentar certo número de paradoxos, já que é durante esse período do governo frugal, inaugurado no século XVIII e de que sem dúvida ainda não saímos, que vemos desenvolver-se toda uma prática governamental, ao mesmo tempo extensiva e intensiva, com os efeitos negativos, com as resistências, as revoltas, etc. que se sabe, precisamente contra essas invasões de um governo que no entanto se diz e se pretende frugal. Digamos o seguinte: esse desenvolvimento extensivo e intensivo do governo que no entanto se pretende frugal não parou – e é por isso que se pode dizer que se está na era do governo frugal –, não parou de ser assediado de dentro e de fora pela questão do demais e do pouco demais (FOUCAULT, 2008, p. 40).

Dessa maneira, na nova razão, a frugalidade exerce uma pressão de fora para dentro e de dentro para fora do Estado, isso significa que a pressão é operada tanto por adeptos do pensamento liberal quanto pelos próprios governantes. Desde a modernidade, esse grupo é representado pelo mercado, e esse é outro ponto radicalizado no liberalismo mais recente. Da segunda metade do século XX até aqui, esse grupo passa a ser representado especialmente por magnatas, multimilionários, bilionários e especuladores. Assim, o chamado “mercado” é encabeçado mais por grupos beneficiados pela política econômica e menos por indivíduos comuns simpáticos à liberdade econômica.

A questão-chave da frugalidade é o que Foucault apresenta como a política do “não se deve tocar no que está quieto” (FOUCAULT, 2008, p. 3). A frase resume a lógica de desinteresse do Estado em relação ao indivíduo e em relação a tudo aquilo que não compete à liberdade de mercado. Não importa o que alguém faz em sua casa, com a família e amigos, não é preocupação do Estado sua fidelidade ao relacionamento, suas preferências ou predisposições do micro. Além disso, também não é do interesse do Estado regular a economia, mas garantir o suposto movimento natural da economia de mercado. Portanto, o Estado se apequena para garantir os interesses do mercado. É conveniente, assim, tratar essa nova razão de Estado como razão de Estado mínimo. Como

propõe Danner (2011), adotaremos esse termo a partir daqui, pois a lógica se traduz em apequenamento do Estado. Danner (2011, p. 101) expõe:

[...] O novo regime de governo, que se exerce fundamentalmente por meio de um princípio de governo mínimo, enquanto princípio de limitação da racionalidade governamental – regime de governo esse também conhecido como “razão de Estado mínimo” –, representaria, ao contrário, uma espécie de princípio para sua (da razão de Estado) manutenção, para seu desenvolvimento e para seu aperfeiçoamento completo. Esse novo regime de governo, portanto, não é um princípio externo à razão de Estado, que teria como objetivo negá-la e até mesmo combatê-la.

Desse modo, a lógica do Estado frugal, ainda que seja uma razão de Estado – ao passo que é seu *modus operandi* –, age como um opositor de si; é uma vontade de autossupressão. O liberalismo apresenta Estado e o mercado como entes conflitantes senão opostos. Essa contradição torna-se um profundo problema para um liberalismo que deseja governar, afinal, quais ações um governo liberal pode tomar sem cair em contradição? Nesse sentido, a ação mais coerente seria diminuir-se, portanto, o governante liberal busca pela supressão de seu próprio Estado. Ao reduzir seus campos de atuação e permitir que os interesses privados hajam, o líder do Estado estaria permitindo que as leis naturais se exerçam. Assim, estaria garantindo a liberdade econômica. Portanto, o Estado liberal é, necessariamente, suicida: quanto mais se aproxima de causar a própria morte, mais próximo da suposta natureza e, conseqüentemente, mais livre e menos danoso ao mercado.

O segundo ponto central de mudança na razão de Estado mínimo é o interesse econômico sobre os corpos. O corpo-máquina deveria ser produtivo por meio da vigilância e da punição. Os que não seguiam as regras eram condenados a punições rudes, e em alguns casos à morte. Mas com os interesses da modernidade, em especial aos interesses econômicos do liberalismo, surge a demanda pelo corpo-espécie. Afinal, o que é menos rentável que um defunto? Um corpo não saudável produz menos, um corpo morto produz zero, uma criança morta é uma mão de obra que não emergiu, a família enlutada é um conjunto de corpos menos produtivos. Portanto, é mais rentável controlar a saúde da população do que vigiar e punir ações individuais. O liberalismo é o catalizador dessa lógica que ascende na modernidade.

Retornemos a questão do liberalismo para Barros. O autor apresenta breves articulações de um liberalismo anterior à modernidade. Em seguida, aponta para uma compreensão teleológica do liberalismo:

[...] O liberalismo não nos aparece dado como um bloco compacto, mas como um movimento, como uma filosofia que vai constituindo paulatinamente, cumprindo uma série de etapas. Deixando de lado autores e idéias de menor importância e atendo-nos ao que nos parece essencial (BARROS, 1971a, p. 19).

Considerando a origem moderna do liberalismo, o aceno que Barros faz a um pensamento liberal na antiguidade é frágil. Nesse período nem sequer havia se consolidado o conceito de indivíduo, um dos princípios do liberalismo. Além disso, o próprio Barros se contradiz e assume a origem do liberalismo na modernidade, como expõe Orso (2003, p. 25):

[...] ao afirmar que o protestantismo, com sua defesa da liberdade de consciência, constitui-se no primeiro momento da filosofia liberal, Roque Spencer nega a concepção de que o liberalismo já existia na antiguidade e reconhece que é produto da modernidade, quando desenvolvem-se as garantias constitucionais da liberdade, quanto afirma-se a supremacia do povo sobre o rei e o império da lei, a qual todos devem obediência.

Embora o discurso seja contraditório, a defesa de uma filosofia liberal na antiguidade está, segundo Orso, alinhada a dois objetivos centrais: desvinculá-la da economia capitalista e mostrá-la como um pensamento duradouro e consistente na história. Aponta Orso (2003, p. 23):

A preocupação de afirmar a existência do liberalismo já na antiguidade é uma forma de Roque Spencer afirmar que, se o liberalismo atravessa a história, então ele constitui na melhor concepção de vida, de homem e de sociedade. Por outro lado, trata-se de uma tentativa de desvinculá-lo do capitalismo.

Esses dois objetivos alimentam a perspectiva de que o liberalismo não pode ser definido pela economia e transita entre diferentes sistemas econômicos. Com isso, isenta-o dos males gerados pelo capitalismo. Nesse sentido, Spencer apresenta a base do liberalismo clássico do início do século XV e XVI, em que o pensamento liberal inicia e atinge seu ápice teórico. Barros subdivide o período em quatro eixos centrais: religioso, político, econômico e ético. Portanto, a

economia seria apenas um gênero e não o limite do pensamento liberal desse período.

O liberalismo religioso inicia-se com o protestantismo e envolve o conceito de liberdade e indivíduo em Deus. Nesse pensamento, ser livre não é agir segundo sua própria vontade, nem mesmo agir segundo uma expressão individual que ao mesmo tempo é divina ou natural, como defenderia Espinosa.¹³ É agir segundo o próprio arbítrio, mas visando sempre a conexão com a vontade divina. Desse modo, segundo Orso (2003, p. 25): “Os protestantes atacam o velho princípio da hierarquia e afirmam a relação direta da consciência de Deus, única autoridade a quem devem obediência, mesmo assim, de acordo com sua própria consciência.”

Desse modo, o liberalismo moderno que nasce com a reforma protestante apresenta um conceito de liberdade ainda imaturo e preso a uma consciência transcendente. O livre arbítrio é um conceito deturpado de liberdade, cuja ação humana, por mais que seja independente de Deus, ainda sofre seu julgamento e as sanções da moral cristã.

O segundo eixo é o liberalismo político. Nessa categoria estão alguns nomes tradicionais do pensamento liberal – que ecoam no liberalismo contemporâneo –, como Locke e Montesquieu. Nesse recorte, os conceitos de indivíduo e liberdade são menos essencialistas. Barros compreende Locke como o primeiro pensador a compreender o liberalismo de modo sistemático:

[...] é a Locke, entretanto, que cabe o papel de primeiro teórico sistemático do liberalismo político, na medida que a sua obra, justificando as conquistas da Revolução inglesa de 1688, é, ao mesmo tempo, uma resposta cabal e consciente à doutrina do absolutismo que encontrara sua máxima expressão no *Leviatan* de Hobbes (BARROS, 1971a, p. 28).

Para Locke, a liberdade pode ser resumida como uma potência individual de agir, sem intervenções que não sejam do interesse do próprio indivíduo. Comenta Barros:

Diante da questão do livre-arbítrio, da pergunta sobre se é ou não livre a vontade humana, Locke apresenta uma resposta original. Vontade e

¹³ (Def. 7) ESPINOSA, Baruch. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

liberdade são, igualmente, *potências* do sujeito. Ora, sendo potências do sujeito, não tem o menor sentido perguntar se uma pode pertencer à outra: uma potência não pode nunca pertencer a outra potência, mas apenas a um agente. Afirmar que a vontade é livre é o mesmo que asseverar que podemos não querer aquilo que nós efetivamente queremos – o que seria uma proposição destituída de sentido. Ser livre não significa, pois, poder não querer aquilo que se quer, mas tão-somente poder *fazer ou não o que se quer* (BARROS, 1971a, p. 29).

Assim, para Barros, a diferença do liberalismo político de Locke para o liberalismo religioso é a compreensão de que uma potência não pode ser propriedade de outra, ou seja, não faz sentido que uma potência seja subordinada à outra. Portanto, não pode a liberdade ser inibida pela vontade, como prega o pensamento cristão. A vontade é uma potência de poder querer, e a liberdade é uma potência de poder fazer o que se quer. Contudo, mediar o poder querer em prol de um poder fazer bíblico é ainda a sobreposição de uma potência sobre outra. Mas essas potências podem ser intensificadas por meio da política, desde que seja respeitada sua essência natural. É assim que a liberdade, que é condição individual, pode ser fomentada pela liberdade política. Defende Locke:

[...] “a liberdade natural do homem é ser livre de qualquer poder superior na terra, e de não depender do desejo ou da autoridade legislativa do homem, mas ter apenas a lei da natureza para regulamentá-lo”, enquanto sob governo um homem é livre quando tem “um regulamento determinado para guiá-lo, comum a todos daquela sociedade, e criado pelo poder legislativo nela erigido”. A essência da liberdade política, na verdade, é que um homem não deverá estar “sujeito à vontade inconstante, incerta, desconhecida e arbitrária de outro homem” (LOCKE, 2001, p. 18).

Portanto, a liberdade política potencializa a liberdade individual na medida em que cede à natureza. Por conseguinte, a liberdade política pode ser compreendida como a potência de agir naturalmente. São as leis que possibilitam a expansão dessa liberdade política, assim, as leis jurídicas são mais livres na medida em que são mais naturais. O filósofo acredita que o contrato social tem o objetivo de preservar os direitos naturais. A lei não é incompatível com a liberdade; ao contrário, é indispensável a ela, pois o “objetivo de uma lei não é abolir ou restringir, mas preservar e ampliar a liberdade” (LOCKE, 2001, p. 18).

Contudo, o direito civil não impõe um rompimento ao direito natural. Ao invés disso, tem a função de intensificá-lo. Essa lógica decai na razão de Estado mínimo, afinal, as leis do Estado são aplicáveis ao coletivo, mas devem ter como

fim a liberdade individual. Um Estado que visa a própria manutenção e crescimento não cumpre com esse objetivo. Mello¹⁴ também entende que Locke defende o Estado como protetor e potencializador da liberdade:

Em Locke, o contrato social é um *pacto de consentimento* em que os homens concordam livremente em formar a sociedade civil para preservar e consolidar ainda mais os direitos que possuíam originalmente no estado de natureza. No estado civil os direitos naturais inalienáveis do ser humano à vida, à liberdade e aos bens estão melhor protegidos sob o amparo da lei, do árbitro e da força comum de um corpo político unitário (MELLO, 2011, p. 86).

Todavia, o que viabiliza a instituição do estado civil é a compreensão de que ele pode garantir mais efetivamente os direitos já existentes na natureza. Assim, a liberdade política deve reproduzir a liberdade natural, as leis jurídicas devem amplificar as leis naturais. Nesse sentido, é lógico que se discuta o caráter dessas leis naturais. Para Locke, no estado natural há uma lei que garante a harmonia entre os homens. Apresenta:

O estado de natureza tem uma lei da natureza para governá-lo, a que todos estão sujeitos; e a razão, que é aquela lei, ensina a todo o gênero humano... que, sendo todos iguais e independentes, ninguém deve prejudicar o outro em sua vida, saúde, liberdade ou posses (LOCKE, 2001, p. 16).

Essa lei da razão garante, portanto, a vida no estado de natureza livre de conflitos. O estado civil surge para potencializar esse direito natural. Essa razão também sustenta a lógica do Estado mínimo, pois, se na natureza existem leis que visam garantir a manutenção da liberdade e da pacificação, basta que o Estado potencialize tais leis e não que legisle sobre elas. Essa perspectiva contrasta com outros contratualistas, como Hobbes.

No pensamento hobbesiano, o objetivo das leis de Estado não é garantir o melhor caminhar das leis naturais, mas criar barreiras para elas. Isso é consequência de suas distintas visões sobre a natureza. Se, para Locke, as leis naturais têm por fim a harmonia, para Hobbes é quase o oposto. Para ele, o contrato social tem a função de alienar a truculência dos homens do estado de

¹⁴ Mello é outro autor que destoa do nosso referencial. Porém, insistimos em seu uso, não por compartilhar de seu universo filosófico, mas por considerar relevante sua leitura sobre o liberalismo e de suas críticas acerca do liberalismo na educação.

natureza, em prol de um estado menos violento, o civil. Ou seja, Hobbes acredita que as ações naturais prejudicam a vida social, sendo necessária a criação de um corpo político que determine novas ações – menos prejudiciais à sociedade. Desse modo, separam-se as ações em dois gêneros opostos: as do estado natural e as do estado civil. Sobre isso, propõe Mello (2011, p. 86):

Em Hobbes, os homens firmam entre si um *pacto de submissão* pelo qual, visando a preservação de suas vidas, transferem a um terceiro (homem ou assembléia) a força coercitiva da comunidade, trocando voluntariamente sua liberdade pela segurança do Estado-Leviatã.

Assim, por comum acordo, as partes aceitam a condição de serem subjugadas pelo Estado, enquanto que no estado civil de Locke as partes não aceitam o subjugamento, pelo contrário, reivindicam a manutenção de seus direitos naturais por meio do estado civil. A diferença é marcante: ao defender o estado civil como administrador da alienação natural, atribui-se ao Leviatã – um monarca – a função de julgar e garantir o bem coletivo. Ao defender o estado civil como garantidor do direito natural, atribui-se à República a função de instituir um bem comum já existente.

Em certo nível, há um progressismo no liberalismo político de Locke, pois zela pelo republicanismo enquanto Hobbes propunha o absolutismo. Mais que zelo, o pensamento de Locke se opõe radicalmente a qualquer tipo e nível de absolutismo. Portanto, no liberalismo político não cabe qualquer tipo de pensamento absolutista. Mas não podemos usar a regra do liberalismo político para todos os outros liberalismos. O pensamento liberal – principalmente depois de seu eixo econômico – não tem o Estado mínimo como principal elemento do discurso. Inclusive no Brasil, embora o atual presidente Jair Bolsonaro tenha o liberalismo econômico como um pilar de seu discurso, também apresenta apreço pelo autoritarismo: em seu plano de governo, defende o militarismo no Estado e faz apologia à ditadura militar (1964-1985), como evidenciamos na primeira etapa deste trabalho. Essa relação entre o discurso do Estado mínimo e os argumentos autoritários deixa a discussão sobre Estado, política e econômica mais complexa, pois, ao passo que se apequena para algumas funções, se engrandece para outras. Bolsonaro, por exemplo, em seu plano de governo, mostra-se preocupado com a sexualidade dos indivíduos, mas não assume grandes propostas para a

área econômica. Prefere governar a sexualidade e agir como um omissor gestor da economia.

Há um distanciamento entre o governador e o gestor. O primeiro é a figura clássica do líder de Estado, aquele que age para encaminhar os interesses do governo e da população, intervém nas estruturas; o segundo é a figura emergente do Estado mínimo: ao invés de agir nas estruturas, prefere funcionar como um organizador das complexidades econômicas e políticas. E pior: na maioria das vezes, age como um distribuidor dos recursos do Estado ao capital privado.

Contudo, a compreensão de estado civil e estado de natureza em Locke envolve os conceitos de individualidade, liberdade e propriedade. Locke entende a propriedade como objeto originário da relação homem-natureza. Na modernidade, com a nova ciência e a ascensão do empirismo, o homem é percebido como sujeito ativo na relação com a natureza. Se antes aceitava as condições naturais, agora passa a alterá-las para atender as suas necessidades. O liberal Kuntz defende que:

O sujeito, por assim dizer, se projeta sobre as coisas que o seu esforço modifica. “Seja o que for que ele remova do estado em que a natureza o proveu e deixou, mistura-lhe seu trabalho, acrescenta-lhe algo que lhe é próprio e assim o converte em sua propriedade.” (KUNTZ, 1998, p. 22).

Porém, essa compreensão de propriedade não comporta uma ótica universal, pois está mais conectado ao indivíduo e suas particularidades. A perspectiva torna-se uma das bases teóricas mais sólidas do liberalismo. Isso porque o conceito de propriedade concentra trabalho, indivíduo e liberdade – ideais amplamente propagadas no Brasil do século XXI. Apresenta Locke:

Ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho adiciona-lhe algo que excluiu o direito comum dos outros homens. Sendo este trabalho uma propriedade inquestionável do trabalhador, nenhum homem, exceto ele, pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou, pelo menos quando o que resta é suficiente (LOCKE, 2001, p. 98).

Na citação acima, Locke apresenta o caráter individual do conceito de propriedade. Ela não é direito natural da humanidade, tampouco direito jurídico garantido pelo estado civil. Na realidade, é a apropriação individual de algo que foi

produzido, teoricamente, pelo próprio indivíduo. Dessa forma, o trabalho executado por um indivíduo que exerce alterações na natureza produz um objeto que é apropriado por ele, por ter sido gerado pelo esforço próprio e por ser singular, não existindo tal objeto de qualquer outra maneira que não a criada pelo indivíduo. Propõe Locke:

Aquele que se alimentou com bolotas que colheu sob um carvalho, ou das maçãs que retirou das árvores na floresta, certamente se apropriou deles para si. Ninguém pode negar que a alimentação é sua [...] E é evidente que se o primeiro ato de apanhar não os tornasse sua propriedade, nada mais poderia fazê-lo. Aquele trabalho estabeleceu uma distinção entre eles e o bem comum; ele lhes acrescentou algo além do que a natureza, a mãe de tudo, havia feito, e assim eles se tornaram seu direito privado (LOCKE, 2001, p. 98).

Portanto, a propriedade é produto do trabalho. A individualidade é a condição do trabalho que produz a propriedade.

Assim, para Locke, o trabalho é um exercício livre e individual. A propriedade, que é produto do trabalho deve ser tratada a nível igualmente individual. Não importa se na natureza todos gozem do direito natural aos frutos. O trabalho de coleta que algum indivíduo exerce elege-o proprietário dos frutos coletados, pois, teoricamente, exerceu sobre os frutos uma força que o diferenciou de seu estado anterior. Ou seja, as frutas na árvore e as frutas coletadas em um cesto estão em condições diferentes, e essa diferenciação só foi possível pelo trabalho exercido por um indivíduo. Por isso, as frutas nas árvores pertencem a todos, já as frutas no cesto pertencem àquele que a colocou nessa condição. O mesmo acontece com as terras, as frutas mesmo na árvore podem ser propriedades de um indivíduo, se este as tiver plantado, ou seja, trabalhado para que elas estivessem ali. Aponta Locke:

[...] a terra em si, na medida em que ela inclui e comporta todo o resto, parece-me claro que esta propriedade, também ela, será adquirida como a precedente. A superfície da terra que um homem trabalha, planta, melhora, cultiva e da qual pode utilizar os produtos, pode ser considerada sua propriedade. Por meio do seu trabalho, ele a limita e a separa do bem comum (LOCKE, 2001, p. 101).

Portanto, com as terras permanece a lógica do trabalho livre e individual, porque nela se produz. Não há motivos para prestar contas à humanidade ou

algum ente coletivo sobre o trabalho que se exerce sobre uma terra, como defende Locke:

Não bastará, para provar a nulidade de seu direito, dizer que todos os outros podem fazer valer um título igual, e que, em consequência disso, ele não pode se apropriar de nada, nada cercar, sem o consentimento do conjunto de seus co-proprietários, ou seja, de toda a humanidade. Quando Deus deu o mundo em comum a toda a humanidade, também ordenou que o homem trabalhasse, e a penúria de sua condição exigia isso dele. Deus e sua razão ordenaram-lhe que submetesse a terra, isto é, que a melhorasse para beneficiar sua vida, e, assim fazendo, ele estava investindo uma coisa que lhe pertencia: seu trabalho. Aquele que, em obediência a este comando divino, se tornava senhor de uma parcela de terra, a cultivava e a semeava, acrescentava-lhe algo que era sua propriedade, que ninguém podia reivindicar nem tomar dele sem injustiça (LOCKE, 2001, p. 101).

Nesse sentido, o trabalho é um exercício individual de liberdade, que produz a propriedade. Essa compreensão de trabalho deixa lacunas já em seu tempo, mas no século XXI tais lacunas tornam-se crateras injustificáveis. Pois, se para Locke, o trabalho individual – que necessariamente é livre – atribui ao homem o direito a apropriar-se de uma terra, não deveria o trabalhador ser proprietário das terras onde produz? Seria contraditório, portanto, que alguém se apropriasse das terras cujo trabalho é exercido por outra pessoa. Porém, é o que Locke propõe ao defender o trabalho escravo. Não seria contraditório se o pensador desconsiderasse a humanidade dos escravizados, se os considerasse como sub-homens, compreendendo-os como objetos ou recursos que executam o trabalho do senhor. Assim, mesmo que um indivíduo utilizasse mão de obra escrava, seria ele o trabalhador que trabalharia por meio de seus recursos – escravos. E assim deveria naturalmente deter as terras e não os escravizados. Porém, não é o que Locke propõe. O pensador entende senhor e escravo, ambos como humanos. Argumenta:

A liberdade natural do homem deve estar livre de qualquer poder superior na terra e não depender da vontade ou da autoridade legislativa do homem, desconhecendo outra regra além da lei da natureza. A liberdade do homem na sociedade não deve estar edificada sob qualquer poder legislativo exceto aquele estabelecido por consentimento na comunidade civil (LOCKE, 2001, p. 96).

Este é mais um dos pilares do liberalismo político: a inviolabilidade da liberdade natural, que se expressa na individualidade do trabalho e que produz a

propriedade. Portanto, um direito pleno e inviolável à liberdade é necessariamente um direito individual ao trabalho e a propriedade.

Desse modo, se o objetivo do estado civil é potencializar a lei natural, ele não deve criar leis jurídicas que não tenham essa finalidade. Para Locke, intervir no direito natural é inconcebível, por mais que ele faça públicas defesas da escravidão. O direito à propriedade e ao trabalho é inviolável, mesmo que a propriedade seja proveniente do trabalho escravo.

Se há vontade de escravizar no estado de natureza, a suposta lei da razão que propunha que “ninguém deve prejudicar o outro em sua vida, saúde, liberdade ou posses” (LOCKE, 2001, p. 16) não funcionaria, pois a escravidão é, evidentemente, prejudicial à vida, à saúde, à liberdade e às posses dos escravizados. Por outro lado, se a lei da razão que promove a pacificação não existe, não há motivos para sustentar a defesa irreduzível da vontade natural em detrimento à jurídica, pois as leis jurídicas poderiam promover a pacificação inexistente nas leis da natureza. Ainda que os liberais argumentem que ao corrigir anomalias como a escravidão – proibindo-a ou exercendo sanções – o estado civil estaria potencializando a lei natural, a premissa reforça que a lei natural não é a da pacificação, no mínimo, não completamente. Por último, se ao regulamentar e legalizar a escravidão, o estado civil estiver potencializando a lei natural, ficaria igualmente evidente que seu fim não é a pacificação, mas sim a escravização.

Por isso, proibindo ou legalizando a escravidão, o estado civil apresenta a fraqueza do argumento de Locke, da suposta lei natural pacificadora. Locke faz uma defesa da escravidão, no corpo natural e no corpo jurídico:

[...] escravidão, que nada mais é que o estado de guerra continuado entre um conquistador legítimo e seu prisioneiro. Desde que façam um pacto entre eles, se concordam que um deles exercerá um poder limitado, que o outro obedecerá, o estado de guerra e a escravidão deixam de existir enquanto este pacto durar. Pois, como foi dito, ninguém pode concordar em conceder a outro um poder que não tem sobre si mesmo, ou seja, o poder de dispor de sua própria vida (LOCKE, 2001, p. 96).

Portanto, a fim de tentar manter uma suposta coerência, o pensador fragiliza sua estrutura filosófica defendendo a escravidão como natural e não prejudicial quando exercida sob algumas condições. Se assim é, novamente, não faz sentido dizer que há uma lei natural de pacificação visto que a natureza da

escravidão não é livre. E se não há lei natural de pacificação, o estado civil deve legislar para pacificar.

Contudo, é problemática a defesa do estado civil como potencializador dos direitos naturais. Ainda assim, é preciso cuidado para não cair na defesa do estado civil como gestor absoluto das leis. O caminho mais seguro entre o estado civil absolutista e o estado garantidor do direito natural parece ser o estado civil legislador, que se abre para discutir novas leis civis.

Pela lógica que o texto impõe, devemos retirar ou ressignificar o cogitado “progressismo” de Locke. Afinal, a preção de que se luta contra o absolutismo? Realizando apologia à escravidão? Locke defende ainda:

[...] Mas quando ele considera que a pena imposta pela escravidão ultrapassa o valor de sua vida, tem o direito de resistir à vontade de seu senhor e provocar para si a morte que ele deseja (LOCKE, 2001, p. 96).

Portanto, contanto que não fira o direito natural à vida, o senhor que escraviza não atenta contra a liberdade de outrem.

Locke considera a individualidade do escravizado ao afirmar que ele deve acordar suas condições de subalternidade. Portanto, é de fato contraditória a defesa do trabalho individual como legitimador da propriedade, pois não é por um indivíduo, mas por um conjunto que o senhor de escravo detém e mantém suas terras. Assim, no liberalismo de Locke a propriedade não é produto do trabalho individual e livre. O discurso é apenas uma tentativa de justificar a apropriação de terras e o exercício de trabalhos forçados. O próprio Locke foi acionista do grupo escravocrata “Royal African Company” (SÉVE, 2013).

Ainda que o filósofo negue, como expomos anteriormente, que o senhor seja proprietário do escravizado e defenda que se trata de um acordo entre partes. Ainda assim, a história deixa evidente que entre senhor e escravizado não há outra relação que não a de proprietário e propriedade. Não é por comum acordo que um homem se submete ao poder de outro, nem para obter algum benefício, como a paz no Estado-Leviatã. Submete-se unicamente pelo medo da violência que atenta contra sua vida e liberdade. Não é necessário que explanemos sobre a violência da escravização, sobre as senzalas, os chicotes, os troncos e tantas outras ferramentas de tortura, vigilância e punição.

Assim, a propriedade proveniente da escravidão não é fruto do trabalho individual e livre, portanto, é uma apropriação indevida. Isso demonstra que o conceito de propriedade não envolve necessariamente o trabalho e a liberdade. Diferente do que propõe o liberalismo de Locke, é possível que uma propriedade seja gerada pela violência.

Portanto, o liberalismo político em Locke legitima a escravidão e mostra um conceito de liberdade sólido, mas incoerente. É estranho que liberais do século XXI, esgotados pelas crises do neoliberalismo, queiram retomar o pensamento liberal clássico político, com se este já não nascesse igualmente corrompido.

Se não fosse a defesa teórica da escravidão, até faria sentido apontar Locke como um pensador coerente na teoria, mas corrompido pela prática. Porém seu longo e bem estruturado discurso de liberdade contrasta com a rasa defesa da escravidão. Assim, é incoerente também em sua teoria.

Ainda sobre o liberalismo político delimitado por Barros, outro nome que se destaca é Montesquieu. Diferente de Locke, para o francês, o estado civil não busca potencializar uma liberdade preexistente no estado de natureza, mas sim mediá-la. Assim, a liberdade consiste no agir consonante às leis civis, não havendo possibilidade de se pensar a plena liberdade fora do estado civil. Sobre isso, apresenta Silva:

Entre o querer e o fazer interpõe-se o dever, ou seja a lei. A liberdade política só existe em sociedades regidas por leis [...] para Montesquieu, a liberdade filosófica assemelha-se à independência do estado de natureza na medida em que ambas pressupõem a inexistência de quaisquer peias à vontade humana (SILVA, 1969, p. 415).

Desse modo, ser livre não é agir como se bem entende, mas querer agir conforme o bem estabelecido pelo estado civil. A preocupação montesquiana concentra-se, portanto, nos dispositivos legais que devem mediar a liberdade, como propõe Orso:

Como a liberdade é constantemente ameaçada pelos abusos do poder, é preciso que o próprio poder imponha limites ao poder, que o poder detenha o poder; é preciso dividi-lo, dispersá-lo e impedir que se volte contra nós e nos roube a liberdade (ORSO, 2003, p. 27).

É nesse movimento que se capta as diferenças entre Montesquieu e Locke. Enquanto Locke afirma a necessidade do estado civil potencializar a liberdade em sua forma natural e intervir menos, Montesquieu entende a liberdade como consequência do poder no estado civil. Portanto, deve ser mediado e dividido – e assim nasce a teoria dos três poderes. Desse modo, a marca do liberalismo político do período clássico é o contraste entre um estado civil que potencializa absolutamente a liberdade e um estado civil que a media, organiza e divide a fim de garantir seu exercício pleno. No primeiro caso, o estado legisla para garantir a liberdade do homem e deve se precaver para que a legislação não seja desfavorável à liberdade. No segundo caso, o estado legisla para o bem comum e organiza a liberdade a partir das leis. Embora em níveis e funções distintas, o fundamento liberal que une os dois é o do estado como ferramenta de liberdade natural. A maneira de pensar o Estado em Locke decai necessariamente na razão de Estado mínimo, já em Montesquieu isso não chega a ser uma necessidade lógica. É com o liberalismo econômico que essa razão se torna mais robusta, é sobre isso que discutiremos a seguir.

No terceiro eixo do liberalismo clássico proposto por Barros está o econômico. Representado principalmente por Adam Smith, é uma das correntes mais reproduzidas e fielmente defendidas no Brasil do século XXI. Nesse discurso, a defesa da não intervenção do Estado é radicalizada.

Se em Locke o estado civil deve fortalecer as leis naturais, para Smith, o estado civil não deve intervir, nem funcionar como impulsionador ou mediador da liberdade natural; deve cuidar especificamente da liberdade econômica. Há uma ramificação do discurso da liberdade, que passa a ser aplicada à economia. Apresenta Orso:

Para Smith, deixando que a economia funcione livremente, sem intervir, de acordo com as leis naturais, ela estabelece, naturalmente, a harmonia entre o interesse individual e o coletivo. Assim, a concorrência e a competição reguladas pela oferta e procura, assegurariam o melhor para o indivíduo e, em consequência, para toda a comunidade (ORSO, 2003, p. 29).

É nesse contexto que surge o conceito de “mão invisível”. A ideia é que a economia se autorregula, de forma alheia às regras do estado civil. A precificação, a relação de compra e venda, o trabalho e todas as tantas conexões

da economia deixam de receber a regulamentação para ceder ao natural. A preocupação deixa de ser com os excessos do Estado e passa a ser com todo e qualquer tipo de intervenção econômica que ele realize. Assim, fortalece-se o discurso do Estado mínimo. O argumento político de Locke é incorporado pelo argumento econômico com Smith. Embora o britânico admita certos níveis de intervenção em algumas áreas, a economia é sacra e não deve sofrer mediações.

Nesse sentido, o problema da escravidão, por exemplo, não passaria pela necessidade de intervenção do Estado, o próprio mercado se autorregularia pelo bem comum. De fato, o mercado se interessa pelo fim do *modus operandi* da escravidão, afinal, como exposto anteriormente, na modernidade muda-se o interesse econômico sobre o corpo. O próprio mercado percebe que torturar e assassinar sua mão de obra não é a opção mais lucrativa. Ou seja, o incômodo do liberalismo econômico com a escravidão não se dá pela violência exercida sobre os corpos escravizados, o incômodo é perceber que quanto mais sofrimento, menos produtivos serão os corpos. Ainda assim, segue o problema do custo, afinal, quão mais custoso é um corpo saudável? E quem deve arcar com esse custo? Essa questão nos põe a imaginar que sem a intervenção do Estado a escravização violenta tardaria ainda mais para chegar a seu fim, pois nenhum magnata arriscaria sua fortuna para custear a saúde da mão de obra.

A questão-chave é que o mercado jamais assumiria os custos pela saúde da população, e é por isso que na razão de Estado mínimo é o próprio Estado que deve gerir a saúde e a Educação. Assim, criam-se corpos saudáveis e educados para a ideologia liberal, garantindo o baixo custo da mão de obra. Portanto, para os liberais, é o Estado que deve arcar com os custos da passagem da população escravizada à população livre. É nisso que consiste garantir a liberdade econômica.

Contudo, liberdade econômica não é como se possa imaginar, ingenuamente, uma verdadeira não intervenção do Estado. Trata-se, na verdade, de uma intervenção em prol do mercado. Enquanto o Estado assume os custos do bem-estar da população pensando no bem da economia, o mercado só assume os custos da saúde e da educação quando tais custos podem gerar lucros ainda maiores. E é exatamente por esse motivo que a partir do meio do século XX crescem os números de escolas e hospitais privados, porque além de

garantir a saúde e a educação da população, conforme interessa ao mercado, percebe-se que é possível gerar lucro com isso.

O interesse econômico é o cerne de todo liberalismo econômico. O discurso da liberdade é sustentado pela radicalização do discurso individualista com o egoísmo. Orso (2003, p. 29) aponta essa lógica:

A teoria de Smith foi influenciada pelo médico holandês Bernard Mandeville, que acreditava que a busca da realização dos interesses individuais resultava em benefícios para toda a sociedade e que, em certo sentido “as virtudes podem ser ‘inúteis’ e os vícios utilíssimos”.

Se com Locke, ou Montesquieu, o indivíduo deve ser pensado a partir do coletivo, com Smith sucede o contrário. Barros chega a sugerir, a partir do médico Mandeville, que na tentativa de manter os próprios benefícios, os ricos beneficiam os mais pobres com empregos. O autor defende:

[...] Efetivamente, a vaidade, o gosto pelo luxo, a ostentação dos ricos acaba dando trabalho aos pobres – o que sua moderação e virtude não conseguiria fazer. Não que Mandeville fosse um apologista do egoísmo e do vício; muito pelo contrário, moralista rígido, não vê com qualquer simpatia a civilização que se apoia em tais alicerces. O que não o impede, todavia, de afirmar que as paixões egoístas são os motores do comércio e da indústria (BARROS, 1971a, p. 29).

O projeto liberal, por ser tão bem-sucedido, é encarado como algo comum e inerente às sociedades contemporâneas. Mas é um pensamento miserável e extremista – miserável no sentido em que é uma radical apologia ao acúmulo de lucro à custa da miséria da população. Nesse aspecto, a miséria é o objetivo-fim de todo o liberalismo, pois é o que garante o acúmulo, por isso é um pensamento tão bem adaptado ao capitalismo. Não há em Smith preocupação alguma com a promoção de justiça social, distribuição de renda ou qualquer política de igualdade por meio do Estado. Tudo fica sob responsabilidade da suposta “mão invisível”. A ideia é permitir que a natureza percorra seu curso sem intervenções humanas, pois seria ela perfeita, e as ações dos homens, imperfeitas. Portanto, a economia se ajustaria no elo de interesses entre as partes e isso aconteceria por ordem natural.

Porém, nesse vínculo entre economia e natureza, Smith negligencia o desejo de supressão de uma força à outra; ignora que a escravidão é a égide da

economia de muitos Estados. Portanto, é inconcebível afirmar algum nível de justiça pela economia, pois os interesses do mercado não são os mesmos dos valores coletivos. Na realidade, como apresentado anteriormente, a razão de Estado mínimo traz consigo a substituição do justo pelo natural. Com isso, retornamos ao problema ético da natureza humana, já presente em Locke.

O quarto eixo do liberalismo clássico de Barros é o ético, que se caracteriza pelo envolvimento entre razão e liberdade, e tem Kant como principal referência. Por meio dele, o discurso individualista e o conceito de liberdade ganham um caráter idealista e metafísico. Apresenta Barros:

[...] o que singulariza o liberalismo ético, no sistema do liberalismo clássico, no qual, de resto, êle se insere, mas extravasando-o e redefinindo-o, é a concepção moral do homem como intuição fundamental. Não que o liberalismo anterior – religioso, político e econômico – não desenvolvesse também uma teoria moral; acontece apenas que a intuição ética não era o eu ponto de partida e a sua base, acontece tão-sòmente que sua *imago mundi* não dependia do reconhecimento da consciência e da vontade humanas como fulcro de toda realidade e de toda ação (BARROS, 1971a, p. 57).

Para Orso (2003), Barros entende que a filosofia kantiana move o homem da passividade material até a atividade de criação. Ou seja, se até então compreendia-se o homem como um animal estático em meio à natureza, com a racionalização da realidade, o homem torna-se o fundamento, ao passo que a interpreta, a interroga e a projeta. Assim, transcende-se a natureza mesmo que ainda a componha, e tal atividade é o que baseia a liberdade para Kant. Segundo Barros, a melhor definição da liberdade no liberalismo ético é a máxima “Podes, logo debes”:

[...] esse princípio ético kantiano, pressupõe precisamente a liberdade, a possibilidade de uma ação que não é comandada pelas leis da “naturalidade”, mas pelo imperativo categórico da moralidade. Não há dúvida de que o homem faz parte da natureza e, nesse sentido, está inteiramente submetido às suas leis [...] mas não há dúvida, também, de que êle a transcende, que êle ultrapassa o plano indicativo do *ser* pelo plano imperativo do *dever*, que de forma alguma pode decorrer do primeiro (BARROS, 1971a, p. 62).

Nesse sentido, todo homem seria dotado da capacidade de interpretar a natureza e criar realidades desprendidas do mundo concreto; e a liberdade consistiria nesse exercício. O dever moral do homem é exercer sua liberdade.

Para Barros, essa ótica separa conceitualmente o homem rudimentar da era medieval e o homem moderno. O homem passivo transforma-se em ativo engenheiro de sua própria existência. O individualismo aparece e acentua seu caráter idealista. Sobre esse ponto, discute Orso:

Se o homem é metafisicamente livre, não pode perder nem renunciar sua liberdade, sob pena de degradar seu próprio ser ou abjurar da condição humana. Porém, se todo homem é livre, a liberdade civil não pode ser privilégio de ninguém, sob pena de deixar de ser livre; a liberdade deve ser um direito de todos. Nela e através dela estabelece-se a igualdade (ORSO, 2003, p. 32).

Barros abre os caminhos para o individualismo em Kant, afinal, se todos os homens são dotados do mesmo espírito criativo, aqueles que não “vencem”, os domesticados pelo trabalho operário, os que não enriquecem, seriam homens que não desempenharam seu espírito criativo, portanto, seriam homens rudimentares. Pois a vontade de liberdade é condição universal de todo homem, seu exercício ou não exercício é condição individual. O que marca o liberalismo ético para Barros é a centralidade do homem enquanto sujeito ativo da liberdade. O autor conclui:

[...] O liberalismo, agora não se contempla com a proclamação da liberdade, sem examinar quem, efetivamente gozará dela e quem dela poderá ser privado: ora que a liberdade seja um patrimônio comum dos homens, faz-se necessário que a igualdade seja com ela proclamada e reclamada. O liberalismo religioso, assim como o liberalismo político e econômico poderiam dispensar a democracia: o liberalismo ético, como Rousseau e Kant o concebem, a exige como corolário indispensável (BARROS, 1971a, p. 66).

Assim, diferente de Locke, que propunha uma lei natural e universal, para Kant não há liberdade senão no exercício de criação desta, que se realiza a partir das leis. O que é natural é a condição de criar leis, e não as próprias leis. Isso marca uma diferenciação ética, pois traz para a discussão toda a complexidade das leis, tal como são discutidas na contemporaneidade, no caráter das ações. Pois, se não há natureza que determine as leis, se a natureza consiste na própria criação de leis, se, portanto, compreendemos que é o homem quem pode e deve criá-las, cabe discutir a qualidade dessas leis para o bem comum, considerando as ações de cada indivíduo e as consequências dessas ações no convívio

coletivo. Esse aprofundamento, reforço, traz consigo a centralidade do indivíduo no Estado; ele é provedor e organizador da liberdade.

Até aqui, discutimos o liberalismo de modo mais generalista e, em seguida, sobrevoamos de modo crítico pela compreensão de Barros acerca do liberalismo clássico, passando por todos seus eixos: religioso, político, econômico e ético. Agora, tocaremos em mais dois pontos sensíveis para nosso trabalho: o liberalismo cientificista e, finalmente, o neoliberalismo.

Outro momento do liberalismo proposto por Spencer é o cientificista, que comporta dois pensadores basilares, Stuart Mill e Herbert Spencer. Em relação a isso, comenta Roque Spencer:

O que é característico do cientificismo, enquanto forma do totalismo, é a convicção de que essa realidade, esse ser, pode ser univocamente conhecido pela ciência ou pelas ciências que vão desvelando por partes. E que o conhecimento científico da realidade é o caminho para a determinação do que é efetivamente valioso (BARROS, 1971a, p. 190).

O cientificismo é intitulado por Barros como uma filosofia do totalismo – de fato é. No cientificismo a ciência funciona absolutamente como motor, descobridor e tutor da verdade. A verdade nesse sistema tem um caráter essencialista e científico, como se fosse possível descobrir em absoluto os fenômenos da realidade humana, como se a ciência fosse um dispositivo capaz de captar, desvelar e analisar a verdade do universo. Este eixo é, segundo o pensador, uma resposta liberal à massificação das ideias por meio do socialismo, aos ideais democráticos e coletivos:

[...] Esse novo liberalismo deve, em fase da nova visão do mundo, da nova filosofia, reformular as suas bases, rever os seus fundamentos, dar-lhes uma dimensão “científica” [...] Simultaneamente, há de enfrentar o problema da nova sociedade de massas, para o qual não poderia achar uma resposta plenamente satisfatória no arsenal de suas próprias tradições. Em face dos valores permanentes da fé liberal – a liberdade, a diversidade da vida, a originalidade pessoal – deve, agora, refletir sobre as ameaças representadas pela *massificação*, pelo poder crescente do Estado (BARROS, 1971a, p. 193).

Assim, o cientificismo se projeta para responder cientificamente às contradições que antes cabiam à religião, à política ou à economia. Mas visa escapar do coletivismo. Conforme apresenta:

Mill, é nesse sentido, um individualista. Não, obviamente, um defensor do egoísmo, mas um pensador que crê na propriedade do indivíduo na obra de construção da história. E que, portanto, não pode admitir, de forma alguma, que em nome da *maioria*, de seus interesses ou de sua inércia, se sacrifique o próprio “sal da vida”. Ora, o igualitarismo democrático, favorecendo a *massificação*, ameaça seriamente (ou ameaçará um dia – e esse dia, sabemos-lo hoje, há muito chegou –) os valores essenciais da individualidade (BARROS, 1971a, p. 193).

Assim, o cientificismo liberal busca se distanciar do universalismo e do essencialismo do coletivismo, mas não se preocupa com o universalismo da própria ciência. Mill escapa do universalismo político por meio da perspectiva de que, sendo a ciência o motor da verdade, e o indivíduo o motor da ciência, não há outra lógica senão o próprio indivíduo movendo a história e a verdade. Portanto, crer na ciência consiste em crer no indivíduo em detrimento ao coletivo. Ou seja, não é pelo Estado ou pela religião que a história se desenvolve, mas pela ciência – que é movida por indivíduos. Mill se opõe ao pensamento democrático e o considera nocivo aos valores individualistas. Para Mill, a democracia oprime os indivíduos ao propor o igualitarismo. Expõe Orso:

Mill é um defensor da individualidade. Crê na propriedade do indivíduo na obra de construção da história [...] Não admite sacrificar os valores individuais em favor do igualitarismo democrático, pois acredita que favoreceria a massificação (ORSO, 2003, p. 38).

Mill escolhe o indivíduo em detrimento ao coletivo, mas mais do que um discurso em prol dos valores individuais, este parece ser o primeiro aceno liberal sistemático contra a democracia. Se até então havia um contraste entre o individual e o coletivo, em Mill parece surgir a primeira oposição formal entre liberalismo e democracia. Em contrapartida, defende-se que o Estado só deve intervir para fortalecer aquilo que é conveniente para os indivíduos. O único grau de intervenção aceito por Mill é aquele que se refere à segurança do indivíduo. Nas palavras de Orso:

É preciso, portanto, reafirmar os valores individuais contra a massificação e fixar limites à tendência de a sociedade intervir para garantir a liberdade pessoal. Mas não aceita outro motivo para justificar a limitação a ação do indivíduo que não seja a autoproteção (ORSO, 2003, p. 38).

Desse modo, Mill prega uma relação de mão única entre indivíduo e Estado, onde o segundo deve servir ao primeiro. Essa lógica fortalece o viés de neutralidade da educação, pois entende que ela deve ser garantida pelo Estado, mas não mediada por ele. Assim, joga-se o papel fundamental da educação nas mãos do mercado, que tem por objetivo gerar lucro, assim, a escola ganha um caráter corporativo e estritamente conectada à geração de lucro. Como apresentamos anteriormente, isso é problemático porque quando o objetivo de uma escola é o mesmo de uma corporação, seu sucesso e insucesso serão avaliados não pela régua pedagógica, mas pela régua do lucro.

Se o objetivo é que o Estado promova o acesso à educação sem que necessariamente participe ativamente das políticas educacionais, esse papel é assumido pelo ensino privado. Dessa forma, as escolas passam a educar para gerar lucro para a instituição e mão de obra para as corporações.

Outro pensador apresentado por Barros como promotor do liberalismo cientificista é Herbert Spencer. O autor apresenta uma visão progressiva-biológica do indivíduo na sociedade. Argumenta Barros:

Spencer é, entre os pensadores liberais, o mais típico representante do cientificismo [...] Seu universo físico e moral está dominado pela idéia biológica da evolução, que êle desenvolve com independência de Darwin, mas que, como este, concebe em termos mecânicos (BARROS, 1971a, p. 221).

Assim, Herbert Spencer acredita que o indivíduo evolui como no darwinismo, e, como na teoria de Darwin, também haveria um processo de seleção. O que o pensador não compreende é que a seleção no capitalismo não é natural, tão pouco distingue melhores e piores, na realidade, apenas legitima as castas e beneficia os mais ricos. Não é pelo curso natural, mas pela exploração do trabalho e pelo acúmulo que se constitui um “homem evoluído”. Orso critica essa perspectiva:

[...] A seleção natural defendida por Herbert Spencer desemboca no darwinismo social e este no *laissez-faire*, isto é, na defesa de que nada deve tolher a liberdade do indivíduo. [...] Nesse contexto, ao Estado cabe garantir a liberdade dos indivíduos, assegurar que um não prejudique o outro e não prover a satisfação dos mesmos, pois impediria o ritmo natural da evolução (ORSO, 2003, p. 39).

Essa defesa contundente de um evolucionismo social supõe que exista um momento mais desenvolvido do indivíduo, porém este suposto desenvolvimento nada mais é do que o acúmulo de lucro. Pior, esse acúmulo não é proveniente do trabalho ou do esforço individual, mas sim da exploração do trabalho alheio, condição que dificilmente poderá ser desempenhada pelos mais pobres.

O problema presente tanto em Mill como em Herbert Spencer é o mesmo que decorre nos outros períodos da história do liberalismo. A “descoberta” do indivíduo no período moderno torna-se um culto ao indivíduo. Assim, os liberais ignoram ou cultuam a exploração do trabalho, minimizam a escravidão e acreditam piamente na lógica do mercado em detrimento da lógica do bem-estar social. Embora Barros pareça querer apresentar o liberalismo como um pensamento sólido em diferentes modelos econômicos, não há como ignorar seu pleno alinhamento ao capitalismo. O individualismo, a meritocracia, o desprezo pelo papel social do Estado e a deusificação do mercado são valores que se fundem com os valores do capitalismo e potencializam a lógica do acúmulo.

Contudo, é no liberalismo cientificista que navega a lógica do positivismo. A perspectiva de que há um movimento progressivo na história, e que tal movimento tem como motor a ciência, decai nas escolas, pois seria a educação – de modo geral – que deveria promover o caminhar científico. Portanto, deposita-se nas escolas as esperanças de que esse movimento permaneça em progressão. Este pensamento influenciou as políticas educacionais do Brasil a partir da segunda metade do século XX e seu discurso segue presente ainda no século XXI. Não é incomum que tecnicistas do mercado discurssem sobre as falhas da escola e sua situação precatória, mas precariedade para estes é tudo aquilo que não condiz com seus interesses financeiros. Para estes, a escola falha quando não ensina o aluno a trabalhar, falha quando não o ensina a competir e quando não o treina para ser adequado ao mercado.

Por último, trataremos o neoliberalismo. Antes de tudo, o neoliberalismo não é um “pós-momento” do liberalismo, é parte integrante dele tanto quanto qualquer outro fragmento exposto até aqui. É uma espécie de atualização discursiva e ideológica do liberalismo, mas, ainda assim, inteiramente conectado aos valores defendidos em cada um dos liberalismos apresentados nesta dissertação.

Barros intitula esse recorte como “liberalismo moderno”. Trata-se de uma posição equivocada, pois o liberalismo nasce com a modernidade, e sua literatura clássica está presa necessariamente a este período tanto quanto os autores citados pelo autor. O que Barros trata como liberalismo moderno é a “novidade” que vem com o pensamento liberal ao findar do período moderno, a partir do século XVIII:

Para cumprir o seu papel de guardião da sociedade livre, o liberalismo necessitava de uma renovação. De uma revisão do conceito do *laissez-faire*, de um reexame da função do Estado. Essa tarefa foi, precipuamente, à do néo-liberalismo; tanto a dos néo-liberais propriamente ditos – Lippmann, Ropke, Hayek, Von Mises e tantos outros – quanto a de Keynes e dos keynesianos (BARROS, 1971a, p. 230).

A novidade defendida por Barros é, principalmente, a mudança no *laissez-faire*, representada por Lippmann, Ropke, Hayek, Von Mises, Keynes e os keynesianos¹⁵. Discutiremos brevemente essa questão destacando alguns pontos de mudanças no *laissez-faire*. O primeiro ponto é a relação entre liberdade e totalidade. Em relação a esse aspecto, apresenta Barros:

[...] acompanhando vários pensadores liberais modernos, poderíamos dizer que, no núcleo da crítica se encontra a antinomia entre liberdade e totalidade, uma idéia excluindo a outra. E, da mesma forma que a idéia de liberdade repele a idéia de totalidade, o liberalismo, como concepção do homem, se opõe ao totalitarismo, fundando na idéia totalitarismo fundado na idéia totalista, e o repele (BARROS, 1971a, p. 240).

No fragmento acima perpassa a ideia de que totalismo e liberdade não convivem, ao contrário, se repelem. Politicamente, trata-se da consolidação da perspectiva que nasce desde Stuart Mill, de um liberalismo que repele a democracia. Embora nesse trecho Barros toque na questão do totalitarismo, não é especificamente contra esse pensamento que seus argumentos se enrijecem: a crítica é contra todo modo de pensamento totalizante, ou seja, qualquer ideal coletivo, como a própria democracia. Orso compreende essa perspectiva como um pensamento antidemocrático e anti-igualitário:

¹⁵ Não entraremos no mérito de cada autor por compreendermos que o nível de profundidade exigiria uma dissertação específica para cada autor e cada problema. Entendendo que este tema não é nosso objeto, mas sim a ferramenta com a qual tratamos nosso objeto, não é de nosso interesse discutir de maneira aprofundada e alongada cada um dos temas e autores.

Neste sentido, o liberalismo revela-se intrinsecamente anti-igualitário e até antidemocrático ou, se se quiser, para que a democracia e igualdade sejam compatíveis com o liberalismo, devem ser liberais; devem respeitar a individualidade, a originalidade, a criatividade e se opor ao nivelamento e à “tirania da maioria”; é preciso subordinar a igualdade e a democracia à “liberdade” (ORSO, 2003, p. 42).

Por isso, o neoliberalismo representa uma mudança ética: trata-se da radicalização do individualismo. Este é o segundo ponto de mudança no *laissez-faire* que destacaremos: a sacralidade do indivíduo. Essa é uma consequência direta do primeiro argumento, a defesa do individualismo não é novidade na história liberal; o que é novo é seu nível de radicalização a ponto de ser visto por Lippmann como sacro. Se o individualismo antidemocrático atinge seu apogeu com Stuart Mill, com o neoliberalismo alcança um caráter ontológico, a ponto de estar acima de qualquer outro valor. Como argumenta Orso, os keynesianos se destoam dessa ótica e entendem que o princípio da individualidade pode não ser suficiente para superar as crises da economia, ainda assim, argumenta-se em absoluto favor da economia de mercado em detrimento do Estado. Isso demonstra que o valor maior do neoliberalismo ainda é o indivíduo e seu exercício de individualidade. Não basta, pois, que se reconheça o indivíduo enquanto tal; é necessário considerá-lo pelas suas ações em prol do individual, nisso consiste a liberdade do liberalismo.

Com isso, destacamos o terceiro ponto: o condicionamento do individualismo à economia. Quando Orso apresenta que os keynesianos não enxergam no individualismo suficiência para superar todas as questões econômicas, fica evidente que em última instância a questão-chave não é o indivíduo, nem a liberdade, mas a economia. Para a maioria dos liberais é tolerável que o Estado intervenha para garantir a manutenção da economia – mas a economia de livre mercado. Assim, fica claro que a preocupação última não são as questões atreladas ao indivíduo, mas sim à economia. Desse modo, ao tratar da subordinação da igualdade e da democracia à liberdade, estamos tratando, necessariamente, de uma liberdade atrelada ao indivíduo que, por último, exerce sua liberdade econômica. Dessa maneira, toda a liberdade e toda a individualidade do liberalismo estão contidas pela questão econômica. No neoliberalismo, esse condicionamento tornar-se-á mais radical na medida em que

o Estado se apequena e o indivíduo se engrandece. Esse processo é ainda mais radical com Barros, pois ele é um dos poucos, senão o único até então a não tolerar nenhum tipo de intervenção estatal, nem mesmo para garantir o livre mercado. Portanto, para compreendermos mais profundamente a questão do individualismo, é inseparável a questão econômica. O individualismo se alimenta da economia e a economia se alimenta do individualismo. A liberdade é o exercício desse processo.

Contudo, os três pontos que expomos apontam para uma mudança no *laissez-faire*, que é, ao mesmo tempo, uma mudança na governamentalidade. Apresenta-se uma mudança na questão “Não se deve tocar no que está quieto”, que Foucault apresenta em *Nascimento da Biopolítica* e que engloba, conseqüentemente, a questão-chave da frugabilidade. Se o liberalismo mudou a lógica do Estado para o Estado em detrimento do Estado para a população, o neoliberalismo mudou a lógica do Estado para a população em detrimento do Estado para o indivíduo. A biopolítica da razão de Estado liberal transforma-se em micro política com a razão de Estado neoliberal. Gerir a vida continua sendo tarefa importante para o Estado, mas essa tarefa é acoplada ao interesse econômico dos indivíduos – os mais ricos, evidentemente –, o Estado deve trabalhar para que alguns indivíduos – aqueles que supostamente venceram a livre concorrência – sejam beneficiados com os lucros do bem à população, ou seja, o Estado gera a população para gerar lucro para os indivíduos.

Por último, entre muitas conseqüências práticas do neoliberalismo, o individualismo traz consigo a desvalorização do trabalho, a culpabilização do indivíduo pela sua própria condição de fracasso e a supervalorização do indivíduo que satisfaz o discurso meritocrático. Quanto menos a relação entre precificação e trabalho, menor a valorização do trabalhador.

Um fato ilustra essas questões. Recentemente, com um simples gesto, o futebolista português Cristiano Ronaldo fez com que a Coca-Cola perdesse aproximadamente US\$ 4 bilhões de valor de mercado (LANCE, 2021). A desvalorização bilionária não foi gerada por um erro no processo de fabricação ou por um trabalhador que se omitiu a fazer seu trabalho, tampouco pela descoberta de um escândalo envolvendo os ingredientes do refrigerante. O prejuízo foi gerado por um simples gesto do futebolista, que, em uma coletiva de imprensa,

afastou de sua mesa uma garrafa do refrigerante e a substituiu por uma garrafa de água. Esse fato demonstra que a conexão entre o valor do dinheiro e o valor do trabalho é cada vez menor, pois o dano não foi proveniente de um erro do trabalho, mas de um dano à imagem. No liberalismo – e mais radicalmente a partir do meio do século XX – o mercado do trabalho é substituído pelo mercado da especulação. Assim, a figura do trabalhador (aquele que produz a peça) dá espaço ao especulador (aquele que sustenta a imagem).

Seria estranho se no século XV ou XVI alguém ouvisse que um gesto cotidiano proferido por uma personalidade de outro continente poderia ser mais prejudicial para uma empresa do que um erro de fabricação. No liberalismo, o produto deixa de ser o objeto produzido no chão das fábricas e passa a ser a imagem. Essa é uma das mudanças na relação produto-preço da qual comentamos anteriormente, resultado da transição do mercado jurisdicional para o mercado natural.

Portanto, o neoliberalismo consiste em um processo de radicalização de questões tradicionalmente trazidas pelos liberalismos. A liberdade individual transforma-se em individualismo e egoísmo, o trabalho e a precificação transformam-se em especulação e o consumo para manutenção da vida torna-se consumo pelo consumo. O Estado, que na modernidade deixa de servir a si próprio e passa a servir a população, na medida em que legisla em favor do livre mercado, deixa de servir a população e passa a servir aos interesses de alguns indivíduos – os mais ricos. Desse modo, a biopolítica parece dar lugar à micropolítica.

Assim, o neoliberalismo conecta-se ao capitalismo e levanta-se contra modelos mais sociais do capitalismo, enquanto a razão de Estado é individualista e antidemocrático.

3.2 Conservadorismo: entre ações e discursos

Liberalismo e conservadorismo, até certo tempo, poderiam ser lidos como

excludentes. Mas o último liberalismo – o neoliberalismo – traz consigo algumas condições que permitem e se apoiam no discurso conservador.

Nosso interesse nesta etapa do trabalho é discorrer sobre o discurso conservador. Para tanto, inicialmente, discutiremos o conceito sem as prisões estruturais de um ou outro referencial, pois o conservadorismo não é uma grande escola filosófica com bases sólidas, é mais uma sequência de ações e pensamentos – geralmente acorrentados ao seu tempo – que se pretendem filosofia, mas nunca se afirmam solidamente como tal. Assim, buscaremos diferentes autores para discutir o conservadorismo. Posteriormente, realizaremos o tratamento conceitual dentro do nosso referencial, apresentando seu contexto na educação brasileira.

Se no liberalismo não há homogeneidade de pensamento, a mesma premissa se aplica ao conservadorismo, em uma proporção ainda maior. Pois ao mesmo tempo que tenta se constituir como pensamento teórico, este é prático e está inteiramente conectado aos interesses políticos e econômicos de cada período. Na primeira parte desta seção, expomos que o liberalismo pode ser ilustrado como um conjunto de vetores que aponta para direções distintas, mas dentro de algumas bases que convergem. O mesmo ocorre com o conservadorismo, cujo elemento convergente maior é a defesa do *status quo*, ou – em termos foucaultianos – a defesa da manutenção de determinadas relações de poder. Porém a simples defesa de determinadas relações não pode ser suficiente para caracterizar o conservadorismo. Dessa maneira, é necessário discutirmos o caráter do *status quo*, ou dos tipos de relação de poder que se busca sustentar em cada contexto, pois, se a função primeira do conservadorismo é conservar, nossa questão é compreender quais são e como são os objetos a serem conservados.

Como apresentamos acima, por seu caráter prático, seja no discurso ou em ações políticas, é difícil compreender o conservadorismo como um conceito amarrado e bem estruturado. Por vezes, discutir conservadorismo é cooptar fragmentos de ações e discursos e integrá-los num plano teórico. Sobre essa questão Sepulveda e Sepulveda (2016, p. 88) afirmam:

[...] conservadorismo é uma categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo e das relações de poder.

Conhecemos o conservadorismo a partir dos discursos e das práticas das pessoas. Este processo histórico gera certa regularidade de argumentos para situações análogas, o que nos permite observar o desenvolvimento de uma cultura conservadora. Dessa forma, não é possível se pensar em conservadorismo como uma categoria estática, tanto sociológica quanto antropologicamente. A história é marcada por disputas, em especial por aquilo que se vinculou chamar de “luta de classes”. O conservadorismo é um elemento ideológico que constrói senso comum.

Portanto, além de ser impossível definir substancialmente o conceito de conservadorismo, não há como se aproximar de alguma definição sem tocar em questões políticas e históricas. Nessa passagem, os Sepulvedas defendem que o conservadorismo é proveniente de processos sociais e das relações de poder. Nosso interesse é discutir – e nos aproximar de uma compreensão – sobre esses processos e relações. Temos de convergir que, se o exercício principal do conservadorismo é conservar, e se este exercício é proveniente das relações de poder, no que tange a essas relações, o que o conservadorismo busca é a manutenção de algumas dessas relações. Mas quais tipos de relação de poder? Ser conservador é simplesmente defender a manutenção de certas forças? Existe algum elemento contido nos fragmentos de ações que possa auxiliar na definição do que é conservadorismo? Ao buscar responder essas questões e entender os discursos e ações do conservadorismo para além de fragmentos deslocados, é preciso considerarmos ao menos dois pontos basilares: o discurso enquanto conceito e os contextos históricos. Por isso, antes de entrar no primeiro fragmento de conservadorismo, apresentaremos rapidamente o conceito de discurso em Foucault.

Para Foucault, o discurso é, antes de tudo, lugar de disputa e produção de verdade. Porém é precipitado afirmar que o pensador relativiza a verdade, e não é correto colocá-lo como defensor do que se convencionou chamar na contemporaneidade de pós-verdade. Em *A Ordem do Discurso* fica evidente que a tese foucaultiana de que um tipo de verdade se constrói no discurso é mais uma constatação a partir de sua análise do que propriamente uma defesa. Apresenta o filósofo francês:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos,

dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Nesse trecho, evidencia-se que o objeto apresentado por Foucault não é a verdade material, mas a verdade discursiva. Ou seja, esse argumento não supõe a existência de várias e relativas verdades materialmente. Assim, ocorre que o discurso tomado como verdade pode não corresponder à verdade material: um acontecimento histórico, por exemplo, pode ser – e normalmente é – apresentado de modo diferente do ocorrido materialmente. Embora verdade material e verdade do discurso possam corresponder a uma unidade, é mais comum que na disputa se produza vários discursos sobre um mesmo acontecimento, todos desejando serem tomados como verdade. Isso acaba se tornando um dilema, e Foucault nos coloca frente a problemas profundos, afinal, é possível que alguém enuncie uma verdade material? Ao ser enunciada, deixa de ser material para tornar-se discurso? O que define a verdade material senão a sua própria materialidade? Se ao tornar-se discurso, deixar de ser material, a materialidade da verdade nunca poderá ser conhecida, sendo assim, toda a verdade se resumirá ao discurso? Foucault não fecha essa discussão em *A Ordem do Discurso* e parece ainda não se preocupar em resolver esses problemas provenientes do dilema da correspondência entre aquilo que é material e aquilo que é discurso, e também não faz questão de defender uma verdade em detrimento da outra, permitindo que questionemos se em algum lugar, em algum tempo e em algum momento a verdade contada no discurso correspondeu à verdade material. Esses argumentos e sua indisposição em debater a substancialidade da verdade nessa aula servem de alimento para o discurso da pós-verdade. Acontece que Foucault desenvolve seus pensamentos a partir do terreno arrasado da verdade, no qual a universalidade e os demais entes essencialistas da modernidade não são mais suficientes para dar conta da realidade. Um dos pilares do pensamento moderno fora corroído e Foucault não busca reconstruir ou conservar algum desses entes.

Contudo, a questão-chave para Foucault é compreender como um discurso pode se validar e como funciona esse espaço de disputa para contar a verdade. Foucault localiza um primeiro momento nessa transição da verdade material para a verdade do discurso:

[...] nos poetas gregos do século VI, o discurso verdadeiro – no sentido forte e valorizado do termo – o discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido; era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia se passar, mas contribuía para a sua realização [...] chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência (FOUCAULT, 1996, p. 15-16).

O nome dado a esse sistema é a vontade de verdade. Se antes havia um tributo ao sujeito que enuncia, se antes era tomado como verdadeira a palavra do monarca, do líder, do religioso ou daquele de grande estima em uma sociedade, segundo Foucault, em meados do século VII isso muda. A verdade é atribuída mais ao enunciado do que ao sujeito que o enuncia. Isso significa que há um fortalecimento do discurso em detrimento da autoridade e da materialidade. Esse fortalecimento corresponde a uma transferência de poder, que deixa de ser exercido a partir da materialidade para ser exercido a partir do discurso.

Portanto, a vontade de verdade é uma vontade de poder contar e validar a verdade enquanto se conta, independente de sua materialidade. O que importa nesse desejo é que o enunciado seja tomado como verdade, pois no movimento de tomada da verdade pelo discurso exerce-se o poder. Portanto, estar mais poderoso consiste em contar a verdade, que significa dominar o discurso. O governante mais poderoso deixa de ser aquele que promove o medo e que determina o discurso vigente e passa a ser aquele que constrói a retórica mais palatável à sociedade.

Além da vontade de verdade, há outros dois sistemas de exclusão que perpassam pelo discurso, segundo Foucault: a interdição e a segregação da loucura. Nesses três sistemas se estabelece uma relação de exclusão, em que os argumentos que constituem o discurso são organizados para produzir uma verdade. O discurso é fatiado para impulsionar uma linha lógica de verdade, e esse exercício se dá, necessariamente, por meio da invalidação de determinados discursos, pois o discurso verdadeiro se impõe ao discurso mentiroso. Na verdade, trata-se da imposição do discurso vitorioso sobre o discurso perdedor.

Em *A Ordem do Discurso*, Foucault defende a existência de ao menos duas categorias de procedimentos que visam construir um discurso. O autor defende:

Existem, evidentemente, muitos outros procedimentos de controle e de delimitação do discurso. Aqueles de que falei até agora se exercem de certo modo do exterior; funcionam como sistemas de exclusão; concernem, sem dúvida, à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo. [...] Pode-se, creio eu, isolar outro grupo de procedimento. Procedimentos internos, visto que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso (FOUCAULT, 1996, p. 21).

Portanto, existem os procedimentos externos ao discurso e os internos do discurso. Os primeiros referem-se ao dispositivo cujo discurso é submetido, a maneira como é dividido, tratado, organizado, feito, fragmentado; é onde se faz a interdição, a segregação da loucura e a vontade de verdade. Os segundos constituem o discurso em sua internalidade, o discurso pelo discurso. Sobre estes, não é do nosso interesse explorar nesta pesquisa.

Em resumo, o discurso é espaço de disputa no qual uma força pode ser compreendida como verdadeira. Assim, o vitorioso exerce seu poder sobre a realidade sociopolítica e socioeconômica, de modo que exercitar o discurso consiste em exercitar o poder.

Adentrando os contextos históricos do conservadorismo, os Sepulvedas consideram uma categorização do conservadorismo e apresentam seu contexto originário:

[...] o Conservadorismo Político é inaugurado por Edmund Burke e sua crítica à Revolução Francesa. A questão mais preocupante para o autor era a modificação nas relações sociais, principalmente de novas classes sociais ao poder (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016, p. 81).

Netto¹⁶ caminha ao encontro dos Sepulvedas em relação à origem clássica do conservadorismo. O autor defende que este surge ao findar do feudalismo e

¹⁶ Leila Escorsim Netto, em seu livro *Conservadorismo clássico – Elementos de Caracterização e Crítica*, de 2011, tem como ferramenta de análise o método histórico-crítico. Ainda que tal método escape do referencial foucaultiano tal qual pretendemos, compartilhamos da contextualização e problematização da pensadora, sem entrar no mérito das implicações posteriores de sua análise.

ascensão da sociedade burguesa, mais especificamente com a Revolução Francesa:

[...] boa parte dos analistas do conservadorismo concorda com a localização do seu processo a partir da Revolução Francesa - isto é, consideram que o conservadorismo é uma resposta reativa a tudo o que a queda da Bastilha sinaliza (NETTO, 2014, p. 39).

Portanto, num primeiro momento, o conservadorismo urge contra as forças revolucionárias burguesas¹⁷ que pretendiam converter a estrutura da sociedade feudal em sociedade burguesa. Isso significa que a relação de poder – o *status quo* – defendida pelos conservadores nesse contexto é o absolutismo francês – o *Ancien Régime*¹⁸.

Em sua origem clássica, o objeto do conservadorismo é a reação contra as novidades modernas, entre elas, o próprio liberalismo. Portanto, nesse contexto, conservadorismo se opõe ao liberalismo. Se por um lado o liberalismo vislumbra uma nova governamentalidade, baseada em um Estado menor e republicano, o conservadorismo visa sustentar o Estado absolutista. Enquanto o liberalismo defende a liberdade individual, o conservadorismo defende a servidão da plebe aos nobres. Propõe Netto:

[...] o conservadorismo expressa os interesses dos privilegiados do *Ancien Régime*, a nobreza fundiária e o alto clero. O pensamento conservador exprime, assim, um projeto de restauração que em pouco tempo revela-se inviabilidade (NETTO, 2014, p. 45).

Assim, há uma diferença essencial entre conservadorismo e liberalismo. Essas categorias possuem origens, práticas e fundamentos diferentes. Mas frente ao iminente fracasso dos interesses conservadores em relação à ascensão do capitalismo moderno, a pauta conservadora começa a se posicionar, não mais como antiburguesa, mas como contrarrevolucionária; portanto, contra todas as manifestações possíveis de revolução. Esse passo para trás permite um

Assim, o objetivo nessa etapa do trabalho é trazer o conservadorismo para o cerne da discussão, ainda sem as amarrações metodológicas que serão mais exploradas adiante.

¹⁷ Embora burguesia seja um conceito tradicionalmente proveniente do marxismo, o conceito encontra tração em nosso referencial e está presente em diferentes linhas de pensamento em nossa época.

¹⁸ *Ancien Régime* refere-se ao regime absolutista francês do período medieval.

alinhamento de liberais e conservadores contra os novos revolucionários: os trabalhadores.

[...] É assim que ele tem substantivamente mudado a sua função social: de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado. Porém, a mudança da sua funcionalidade sociopolítica afetará, como veremos, a sua própria estrutura teórica (NETTO, 2014, p. 48).

Esse desejo contrarrevolucionário que o conservadorismo passa a comungar com o Estado burguês é resultado do sucesso da revolução burguesa, uma vez que a nova razão de Estado se exerce por meio dos macropoderes, necessariamente, esta sai do polo revolucionário e passa para o polo reativo. Ou seja, ao concluir com sucesso a revolução burguesa, estes já não são revolucionários, mas partícipes do *status quo*.

Portanto, a mudança de posicionamento do conservadorismo, que hora defendia o absolutismo e rapidamente passa a defender o estado burguês, consiste em uma mudança de discurso. Mais do que mudar o conteúdo e seus argumentos, uma mudança de discurso é necessariamente uma mudança de projeto de poder.

Burke, pensador fundamental para o conservadorismo, está localizado nesse contexto de crítica à Revolução Francesa. Mas há em sua posição conservadora uma dubiedade. Aponta Netto:

Burke quer a continuidade do desenvolvimento econômico capitalista sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas (o privilégio da família, as corporações, o protagonismo público-temporal da Igreja, a hierarquia social cristalizada etc.). E considera que a Revolução é a excrescência desnecessária que efetiva essa ruptura. Sinteticamente, poder-se-ia afirmar que Burke deseja o capitalismo sem a Modernidade (NETTO, 2014, p. 44).

Essa dubiedade mostra que o conservadorismo clássico se alinha ao pensamento econômico liberal, mas não à razão de Estado mínimo. Entre o conservadorismo e o liberalismo clássico há pontos de intersecção e pontos de disjunção. Nesse cenário, surgem pensadores como Durkheim, que pode ser compreendido como um pensador antiliberal.

O pensamento conservador de Durkheim [...] constrói-se para enfrentar a *questão social*. Antiliberal por excelência, Durkheim entende que há que se induzir uma *ação social* consciente e planejada para impedir que a sociedade (burguesa) se desintegre, o que fatalmente ocorrerá se o processo social for deixado às suas forças espontâneas (NETTO, 2014, p. 48).

Sua defesa das relações de poder da burguesia estabelece um caráter antinatural, pois para conservar o capitalismo burguês é necessário um esforço ativo e contínuo. Não basta apenas deixar as relações de poder se estabelecerem ou se autorregularem a partir de condições naturais como compreendem os liberais. É necessário agir para a manutenção dessa relação de poder. Além de contrapor os liberais, o conservadorismo de Durkheim demonstra que conservar é mais do que reagir, sendo necessário certo esforço contínuo de manutenção. Nesse exercício, a força conservadora se esforça para conservar tanto quanto – ou ainda mais – uma força revolucionária busca se transformar.

Sobre os discursos do conservadorismo, apontaremos para alguns tópicos. Primeiro, sobre o porquê de o discurso conservador não poder ser minimizado a uma força reativa. José e Denize Sepulveda comentam:

[...] tal carga emotiva justifica a polaridade de argumentos que vivenciamos na sociedade contemporânea. Essa polaridade se apresenta no uso comum do termo conservadorismo associado com outro termo também ambíguo que é, teoricamente o seu antônimo, “progressismo”. Esse termo, inicialmente, significa uma atitude otimista quanto às possibilidades de desenvolvimento humano. Assim, no senso comum, conservadorismo se apresenta como a negação de tais possibilidades. Essa forma de compreensão reduz as práticas conservadoras à existência de práticas progressistas [...]. A tese acima induz uma interpretação de que o conservadorismo é sempre reativo, e isso nos parece frágil. Não acreditamos ser possível entender o conservadorismo como uma simples reação (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016, p. 79-80).

A citação acima nos apresenta duas críticas à visão antagônica e dialética sobre o conservadorismo. Por um lado, se o conservadorismo é uma oposição ao progressismo, só poderia existir por meio dele, o que não corresponde à realidade; por outro lado, se o conservadorismo é uma reação ao progressismo, presume-se que há uma intensa movimentação dos chamados progressistas em prol de mudanças e que o conservadorismo é polo reativo nessa relação, como se

o conservadorismo fosse apenas uma sequência de reações que se levantam contra o progressismo, e nada criasse.

Isso decai em outra questão: a perspectiva de que o conservadorismo deseja simplesmente conservar alguma força. De fato, o conservadorismo preza por defender a manutenção de algumas forças, mas não só. Busca-se, ao mesmo tempo, promover sua verdade pelo discurso. Para isso, promove ideias, pedagogias, horizontes políticos e econômicos, utopias sociais e afins, portanto, o conservadorismo também precisa projetar a realidade para promover uma força. Com isso, podemos definir o conservadorismo como uma vontade de verdade que busca a manutenção de certas forças, mas não necessariamente essas forças precisam estar em seus estados atuais. Assim, pode ser que o conservadorismo exija – mesmo que dentro de si – um certo nível de ajustes para continuar se expressando.

Outro tópico importante ao tratar do discurso conservador são as supostas formas do conservadorismo, ou seja, a maneira pelas quais cada contexto, com suas particularidades e problemáticas, constrói seu discurso. Os Sepulvedas destacam:

Hirschmam (1992) passa a identificar três teses recorrentes da retórica conservadora: tese da perversidade, tese da futilidade e tese da ameaça. [...] Acreditamos que a análise do Hirschmam (1992) não contempla a complexidade polissêmica do termo ao reduzir a retórica conservadora a três teses. Entretanto, concordamos que essas teses são plausíveis (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016, p. 81).

Segundo os Sepulvedas, comentando Hirschmam, a perversidade supõe que a lida com um problema pode aumentá-lo, a futilidade defende que os esforços de mudança nunca serão suficientes para atingir sucesso e a ameaça apresenta os medos de se exercer uma mudança que, se realizada, será precedida de alto custo. Esses três pontos são de fácil assimilação e, portanto, altamente permeáveis no seio social, permitindo que seu objetivo de conservar seja exercido. Esse argumento também demonstra que o discurso conservador não é puramente reativo, pois independente dos acontecimentos que o cerceiam, esses três elementos se colocam de forma crítica a qualquer tipo de mudança vindoura. De fato, é pretencioso resumir a retórica conservadora em três teses,

mas essa tríade apresenta a preocupação dos conservadores com a tomada da verdade a partir do discurso.

Parece haver uma força maior que move a perversidade, a futilidade, a ameaça e qualquer outra categoria que possa servir de instrumento para compreensão do discurso conservador. Em todos esses métodos o objetivo é fazer o discurso conservador ser diluído no discurso da sociedade. Por isso, mesmo que possamos comentar sobre conteúdos e métodos de momentos do conservadorismo, isso não será suficiente para afirmar seu *modus operandi* para além de seus fragmentos. O que move o conservadorismo é o desejo de apresentar certas relações de poder como verdadeiras. Assim, o conservadorismo é uma espécie de vontade de unidade, de ser reconhecido como senso comum. Desse modo, importa menos se o conservadorismo até certa altura defendeu o *Ancien Régime* e depois passou a defender o Estado burguês, não que isso não seja relevante, mas essas imagens são expressões momentâneas do conservadorismo. Assim, não há amarração histórica que permita compreender o conservadorismo pelo conteúdo de seu discurso. Ironicamente, não há raízes tradicionais sobre um pensar conservador. O que há é uma vontade conservadora, assim, toda análise acerca do tema está condicionada ao contexto, não sendo possível analisar ou prever os movimentos conservadores sem seus respectivos contextos históricos, conforme descrevem os Sepulvedas:

[...] Portanto, não temos como saber previamente quais as ações políticas concretas que serão desenvolvidas pelos conservadores, ou quais serão as reações perante uma inovação social. Só podemos saber como se dará essa prática de forma aproximada, se soubermos bastante sobre o movimento conservador naquele período e no país em questão (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016, p. 86).

Assim, o que podemos afirmar sobre o conservadorismo que está além do conteúdo de seu discurso é a vontade de validar certas relações de poder já estabelecidas ou a fim de potencializar seu estabelecimento. Por esse motivo, na próxima seção, quando tratarmos do discurso conservador na educação brasileira, o faremos considerando os elementos históricos deste período.

Por último, é importante frisar que a disputa pela verdade por meio do discurso não é vontade única do conservadorismo:

[...] os dispositivos de verdade não são exclusivos do pensamento conservador. Muitos grupos sociais, movimentos sociais transformadores quando se radicalizam fazem uso de dispositivos de verdade, construindo fortes regimes de verdade, que atuam socialmente de forma excludente. O que torna a identificação do conservadorismo mais difícil (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016, p. 84).

Toda e qualquer força tem no discurso a vontade de verdade, mas o conservadorismo está sempre atrelado ao discurso da suposta tradição de sua época. Trata-se da defesa e da tentativa de legitimar certas relações de poder de uma sociedade.

Por fim, sobre a frágil estrutura do conservadorismo é possível concluir que não se trata de um simples estado de defesa, ao contrário, é ativo e projeta o caos. O conservadorismo não pode, especialmente em seu sentido contemporâneo, ser definido como uma teoria que busca conservar. Na realidade, é um projeto que encontra tração no discurso da defesa, mas não a tem como fim. É um paradigma, pois, enquanto projeta o caos sustenta-se seu projeto; mais do que sustentar, cria formas de relações de poder a partir de seus interesses. Não há, portanto, preocupação do conservadorismo pelo conservadorismo. Trata-se de um discurso que se estrutura a partir de práticas políticas, econômicas e sociais. É daí que o liberalismo encontra sustentação no conservadorismo. É por isso que o conservadorismo do século XVII e XVIII parece estar distante do conservadorismo do século XXI, especialmente no Brasil.

4 CONSERVADORISMO E LIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Nossa intenção nesta etapa do trabalho é apresentar as características do discurso conservador e do discurso liberal na educação brasileira. Essa discussão nos permite compreender os dados presentes na primeira etapa do nosso trabalho, na qual discutimos os pontos de aproximação e convergência entre liberalismo e conservadorismo nos discursos e projetos de educação dos planos de governo dos presidentiáveis. Nessa seção, propomo-nos a pensar conservadorismo e liberalismo de maneira fragmentada, realizando uma sequência de argumentos do discurso liberal e conservador. Não temos a pretensão de esgotar um ou outro conceito, nem de captar todos os fragmentos possíveis, mas buscaremos percorrer brevemente sobre os principais elementos que constituem esses discursos na educação brasileira. Por escolha metodológica, evitaremos o uso de variações do conceito de conservadorismo – como ultraconservadorismo ou neoconservadorismo – pois, apesar dessas fragmentações serem relevantes, não entendemos que trazer esse grau de profundidade auxiliaria em nosso trabalho, uma vez que isso estenderia a discussão conceitual de um trabalho que pretende analisar os conceitos e também os documentos dos planos de governo.

Desse modo, escolhemos realizar o caminhar metodológico do nosso referencial pautando-nos em comentadores da educação brasileira e do discurso conservador na educação que compartilham ou não do nosso universo metodológico, mas que aqui serão apresentados dentro deste universo.

4.1 O discurso conservador na educação básica brasileira

Na seção anterior, demonstramos que o conservadorismo não pode ser compreendido de maneira puramente teórica, estando condicionado aos interesses e conflitos de seu tempo. Por isso, discorrer sobre o discurso conservador na educação brasileira é discorrer sobre interesses e conflitos políticos no Brasil. Assim, não faz sentido olhar o discurso conservador pelos argumentos do contexto pró-monarquia francesa ou pró-republicanismo burguês – correspondentes ao período

medieval e moderno, respectivamente. Ainda assim, há implicações desses dois contextos no conservadorismo brasileiro, aos quais comentaremos antes de adentrar suas intempéries na educação.

A implicação do discurso medieval pró-monarquia no conservadorismo brasileiro pode ser resumida por um elemento da lógica que Foucault chama de história da soberania:

[...] a história, até tarde ainda em nossa sociedade, foi uma história da soberania, uma história que se desenvolve na dimensão e na função da soberania. É uma história "jupiteriana". Nesse sentido, a história, tal como a praticavam na Idade Média, estava ainda em continuidade direta com a história dos romanos, a história tal como a narravam os romanos [...] A continuidade entre a história tal como a praticavam na Idade Média e a história tal como a praticavam na sociedade romana era mais profunda ainda, na medida em que a narrativa história dos romanos, como aquela da Idade Média, tinha certa função política, que era precisamente a de ser um ritual de fortalecimento da soberania (FOUCAULT, 2005, p. 79-80).

A história da soberania é um fazer histórico, uma maneira – quase um método – pela qual os historiadores buscam justificar o poder. E isso acontece por meio da construção de uma história narrada. Nessa lógica, a história é contada a partir de acontecimentos referentes à vida dos líderes, mesmo que tais acontecimentos sejam desprovidos de importância política, econômica ou social. Há um empenho para gerar uma imagem de grandiosidade às ações e experiências dos líderes, um simples jantar, uma frase cotidiana, um costume corriqueiro, tudo é contado para parecer tratar-se de uma história grandiosa, em que a plebe seria incapaz de vivenciar. Dessa forma, legitima-se o poder soberano sob o argumento de que a família real exerceu historicamente grandes atos de bravura e benfeitoria que beneficiou o povo, de forma que exerce um justo poder através do Estado. Trata-se do engrandecimento exagerado do passado monarca, como se os feitos do líder absolutista fossem grandiosos a ponto de impactar em toda história, assim, seria justo que seu filho, neto ou qualquer membro da linha sucessória assumira o trono, pois estaria a ocupar um lugar conquistado pela sua família.

Segundo Foucault, esse fazer histórico não sofre grandes mutações da antiguidade até o findar da modernidade, por isso perpassa pelo período antigo e medieval sem sofrer grandes mudanças e começa a passar por um processo de crise na modernidade. Portanto, para Foucault, a história ocidental nesses períodos é uma história da soberania.

Contudo, é um discurso pelo qual se busca sustentar as relações de poder do Estado absolutista e, posteriormente, do Estado burguês. É um discurso conservador que faz alusão a um suposto passado glorioso.

[...] autor compara a orientação do conservadorismo brasileiro ao de outros locais na Europa (Alemanha, Polônia e Hungria) e afirma que suas diferenças fundamentais decorrem da consolidação ou da ausência de um bem-estar social. Nos três países europeus destacados, conservadores saudosistas fortalecem o sentimento de identidade nacional afirmando que o colapso da sociedade e a crise do Estado de Bem-Estar Social (elevados índices de desemprego, crise econômica, aumento da criminalidade e “relativização” de valores religiosos tradicionais, etc.) derivam de seu abandono. Nesse sentido, apenas “uma retomada do passado, a defesa de instituições tradicionais, e a exaltação do sentimento de grandiosidade nacional que se perdeu poderia fazer com que as coisas voltassem ao normal” (ALENCAR, 2018, p.103) (apud SILVA; REIS, 2020, p. 66).

Embora Foucault esteja tratando uma maneira de se fazer história, que muda das crises da modernidade até a contemporaneidade, o discurso conservador brasileiro também faz alusão a um suposto passado glorioso; não ao passado monarca, mas a um passado totalitário, como apresentaremos mais adiante e como apresentamos a partir do plano de governo do PSL.

A implicação moderna é a luta de classes, o ódio contra a ascensão do acesso ao consumo entre os mais pobres e da valorização de suas culturas. Comenta Silva e Reis:

Alencar (2018) alerta que o Brasil se configura de uma forma diferente em decorrência de uma trajetória marcada por um passado escravocrata, com profundas desigualdades sociais, com limites da efetivação da cidadania e com a carência de bem-estar social a ser saudado. Classes médias e, principalmente, aquelas que ascenderam à média após o fenômeno do lulismo⁶, articularam-se em torno de uma retórica conservadora e passaram a reagir “à pluralidade de valores e emergência de novas configurações culturais em crescimento” [...] Sobre essa ótica, Alencar (2018) propõe que os ativismos conservadores e de direita no Brasil estabelecem uma reconciliação seletiva com a modernidade, aceitando a “modernidade social” e recusando a “modernidade cultural” (SILVA; REIS, 2020, p. 66).

Portanto, há um interesse da elite brasileira em manter as relações de poder que o colocam sob vantagem. Mais que isso: há uma repulsa contra qualquer nível de valorização ou acesso das camadas mais populares.

Essas duas implicações, do passado supostamente glorioso e da luta de classes, são vínculos do conservadorismo brasileiro com as origens clássicas. Porém, a partir daqui, buscaremos apresentar fragmentos que caracterizam o

discurso conservador na educação brasileira, assim, conseguiremos identificar quais são os argumentos desse discurso. Além da identificação, esse levantamento nos permitirá pensar em quais relações de poder o conservadorismo brasileiro visa sustentar. Sobre esse aspecto, pretendemos fazer uma discussão na quarta seção, a partir dos projetos de educação de alguns planos de governo dos presidenciais de 2018.

Uma das bases mais sólidas do discurso conservador na educação brasileira é a tese da crise e da má qualidade. Os conservadores defendem que há uma crise profunda que assola a educação brasileira – e essa crise gera má qualidade. Esses problemas só poderiam ser resolvidos por meio do retorno a um passado no qual a educação era, supostamente, estável e de boa qualidade. Porém, no que consistem essas crises? O que o conservadorismo brasileiro entende como “qualidade”? De certo modo, cada fragmento de discurso que apresentaremos abaixo é um argumento que responde essas duas questões.

O retorno ao passado glorioso brasileiro é um elemento do discurso conservador que decai na defesa do militarismo. Comenta Löwy:

O elemento mais preocupante da extrema-direita conservadora no Brasil, que não tem um equivalente direto na Europa, é o apelo aos militares. O chamado a uma intervenção militar, o saudosismo da ditadura militar, é sem dúvida, o aspecto mais sinistro e perigoso da recente agitação de rua conservadora no Brasil, ativamente promovida pelo PIG, o Partido da Imprensa Golpista (LÖWY, 2015, p.663).

Portanto, o conservadorismo brasileiro cultua o poder militar em sua forma mais austera, baseado na ditadura que ocorrera no Brasil de 1964 até 1985. Esse saudosismo autoritário tem influência também na educação, em que o discurso de crise da moral encontra solução no militarismo. Até outubro de 2020, o Governo Federal havia implantado cinquenta e uma escolas cívico-militares em todo o país (GAZETA DO POVO, 2020). Além das ações federais, iniciativas descentralizadas como a do Governo do Estado do Paraná anunciaram a implementação do sistema cívico-militar em 216 colégios (G1, 2020). Essa crescente encontra tração no discurso de crise e sucateamento escolar:

Nesse sentido, a perspectiva da parceria entre o setor militar e as secretarias de educação é um eufemismo para o exercício do controle por meio da (re)introdução de dispositivos disciplinares. A gestão da ordem visa

a espalhar-se pelos diferentes campos de atuação das escolas, por meio de dinâmicas hierarquizantes e ortopédicas, desautorizando, assim, qualquer possibilidade de autonomia pedagógica dos docentes e/ ou da comunidade escolar (MARTINS, 2019, p. 697).

Esse modo de pensar a educação é sustentado, principalmente, pelo argumento de crise, pois a crise e a má qualidade escolar seriam tamanhas que a própria escola, ou a comunidade escolar, não daria conta de solucionar tais problemas. Dessa forma, somente uma instituição de prestígio, hierarquia, estrutura física e disciplina, como a instituição militar, poderia dar conta desses problemas. A questão central dessa lógica é a falta de autonomia pedagógica e o desprestígio pelos profissionais de educação. Nesse discurso, profissionais de segurança pública devem ocupar o espaço dos educadores, pois, supostamente, seus conhecimentos de guerra e armas são mais adequados para a educação do que os conhecimentos provenientes da própria educação.

O argumento da militarização é sustentado também pela condição de má inserção da democracia no Brasil, conforme comentam Silva e Reis discutindo sobre o trabalho de Schwarcz e Starling:

[...] embora se tenha conquistado um regime democrático, é possível afirmar que, no Brasil, a democracia convive de forma perversa com a injustiça social. A democracia não é vista pelas autoras como um regime pleno; mas sim, como um conceito em movimento constante, permitindo a ampliação, o desenvolvimento e a correção de sua rota, sendo que, a certeza do século XXI seria a consolidação da democracia como legado para as gerações futuras (SILVA; REIS, 2020, p. 64).

Portanto, a democracia não é um valor sólido no Brasil, permitindo que discursos autoritários e militarizados continuem ocupando espaço na sociedade e, conseqüentemente, na educação. Embora apareça com linguajar mais polido, ou com restrições metodológicas em muitos trabalhos acadêmicos, esse discurso é o mesmo que alimenta o fascismo.

Outro fragmento do discurso conservador na educação brasileira é a anti-intelectualidade. Este é um ponto extremamente sensível, porque nessa lógica encontram-se práticas nocivas às ciências. Nas palavras de Silva e Reis:

De forma geral, pode-se afirmar que o intelectual trabalha com a problematização de verdades inseridas em um “regime de verdade” que, por sua vez, é produzido no âmbito de um campo de relações de poder-saber. Além disso, o intelectual acredita que, ao longo deste processo, pensará

diferente do que pensava ao iniciá-lo, estando aberto à discussão com os demais. Em oposição à figura do intelectual, Foucault (2010a) permite pensar a existência de uma outra figura, a do polemista. Entendendo que discutir é diferente de polemizar, Foucault (2010a) coloca-se a favor do primeiro gesto e contra o segundo. Ao passo que a discussão leva à problematização e, por sua vez, à busca da verdade, o ato de polemizar mostra-se como um obstáculo ao trabalho intelectual (SILVA; REIS, 2020, p. 69-70).

No destaque acima, Silva e Reis diferenciam o papel do intelectual e do polemista. Há uma cratera entre um e outro: para Foucault, o intelectual é a figura clássica do pensador que superou o essencialismo, que não se encontra mais no discurso da verdade absoluta, que, portanto, se coloca à disposição para descobrir enquanto pesquisa, pouco importa suas implicações e predisposições pessoais enquanto investiga, procura melhorar suas indagações, descobrir novas questões e não se assusta com as novidades. O polemista, por sua vez, é conservador por excelência, não aceita o movimento, utiliza as próprias opiniões como verdades absolutas, deseja que todos se prostrem à sua visão de mundo e odeia o diferente.

Silva e Reis destacam o ódio à diferença entre três modelos de polêmica:

Concebendo que o polemista entende o outro como adversário, Foucault (2010a) traça três modelos de polêmica: religioso, jurídico e político. Em relação ao modelo religioso, a polêmica tende a se encarregar de determinar o “ponto de dogma intangível”, entendendo que o adversário transgrediu e precisa ser punido. No modelo jurídico, “[...] a polêmica não abre a possibilidade de uma discussão no mesmo plano, ela instrui um processo” (FOUCAULT, 2010a, p. 226), sendo o adversário um suspeito, um réu que precisa ser condenado. O modelo político é, segundo o autor, o mais comum, entendendo o adversário como um inimigo que deve desaparecer (apud SILVA; REIS, 2020, p. 70).

Portanto, Foucault compreende que há três modelos pelos quais o polemista atua. Porém, esse condicionamento de três modelos não é suficiente para tratar o conservadorismo brasileiro, pois, por mais que corresponda com louvor aos três modelos, este é marcado também por outro modelo, que mistura e esvazia esses três levantados pelo pensador. Talvez se Foucault presenciasse o Brasil das últimas décadas do século XXI, encontraria um melhor termo para designar um modelo que se estrutura por meio da mistura entre religião, direito e política. Em sua ausência, chamaríamos esse modelo de “tríade do vazio”. O nome é apropriado, pois os polemistas brasileiros dos últimos anos não se preocupam com sua expertise em uma ou outra área, misturam os três discursos e focam em destruir o adversário, independente se pela punição, condenação ou eliminação. Comentaristas de canais

conservadores em redes sociais, por exemplo, ilustram bem essa tríade. Ainda assim, também é comum que identifiquemos os polemistas no modelo proposto por Foucault, como é o caso do ex-magistrado Sergio Fernando Moro¹⁹, um polemista jurídico que utilizou sua atividade como juiz para condenar figuras que não correspondiam a seus interesses – entre elas a do ex-presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.²⁰

Esse elemento do discurso conservador também sustenta o descrédito da figura do educador. Mais que isso: decreta a falência dos professores e da escola e reage contra essas figuras. Nessa lógica, pouco importa o conhecimento acumulado, a pesquisa acadêmica, as pedagogias ou os valores científicos. Qualquer pessoa, munida de um dispositivo capaz de gravar áudio e vídeo é promovido a conhecedor de um assunto. Mas essa figura não é como a do intelectual, pois esse não está disposto a pensar diferente, tampouco a abrir mão de suas indagações. Sua busca é por questões rasas, pequenas e desprovidas de importância coletiva; por vezes, acusa os intelectuais de serem parciais, quando são eles próprios os imparciais e indiferentes.

A questão-chave do polemismo é que não é um discurso reativo, ao contrário, age contra a educação; recorre ao discurso pró-liberdade para argumentar que deve ser o agente executor da educação de sua família, por exemplo. Isso empele os professores de seu agir pedagógico, reduzindo o conhecimento aos interesses individuais e culturais da família.

É desse discurso anti-intelectual que provém outro fragmento do discurso conservador brasileiro: o contraditório e mentiroso discurso da doutrinação. Esse é um fragmento de discurso polemista e escora-se no discurso anti-intelectual. Oliveira, Lanza e Storto comentam sobre o projeto intitulado “Escola sem Partido”:

[...] de acordo com Nagib, as disciplinas escolares podem ser classificadas em diferentes graus de propensão à militância e à doutrinação ideológica. Fica claro em seu discurso que, para ele, as disciplinas da área de humanas são mais frequentemente associadas à ideia de doutrinação e que as disciplinas de Filosofia e de Sociologia seriam ainda mais propensas a isso. Ao dizer “[...] imagine o que vai acontecer [...]” (ESCOLA SEM PARTIDO, [200-b]) Nagib demonstra não estar atento à questão colocada pelo entrevistador, que se refere à Lei nº 11.684 de 2008 e, logo em seguida faz sua correção (apud OLIVEIRA; LANZA; STORTO, 2019, p. 473).

¹⁹ Sergio Fernando Moro é um político brasileiro, ex-magistrado e ex-ministro da Justiça e Segurança Pública do Governo Bolsonaro.

²⁰ Luiz Inácio Lula da Silva é um político brasileiro, fundador do PT e presidente do Brasil de 2003 a 2010.

Assim como Sérgio Moro ilustra o polemismo jurídico, o projeto de lei conhecido como “Escola sem Partido”, (PLS 193/2016), ilustra o modelo polemista da tríade do vazio, pois seus adversários – os professores – devem ser punidos pela religião, condenados pela lei e devem deixar de existir tal como Foucault compreende o polemismo político.

A ideia de uma “escola sem partido” – o que é, na verdade, um conceito ideal – surgiu como reação ao fenômeno da instrumentalização do ensino para fins político-ideológicos e partidários. É fato notório que, nos últimos 30 anos, um número cada vez maior de professores e autores de livros didáticos vem se utilizando de suas aulas e de suas obras para doutrinar ideologicamente os estudantes, visando à formação e propagação de uma mentalidade social favorável a partidos e organizações de esquerda (NAGIB, 2008 apud OLIVERIA, LANZA, STORTO, 2019, p. 468).

O discurso conservador que propõe o “Escola Sem Partido” tenta tornar verdadeiro o argumento de que a esquerda domina o discurso acadêmico e que isso chega até a educação básica por meio de professores comprometidos com as causas de esquerda. É contraditório, porém, que sua tentativa de invalidar a suposta “doutrina esquerdista” seja uma tentativa de conservar sua doutrina. Há três modelos de argumentos presentes no discurso do “Escola Sem Partido”: o argumento religioso é de que os professores prejudicam as crenças dos alunos; o argumento jurídico é principalmente o argumento de que isso contraria a liberdade de expressão e liberdade de culto; por último, o argumento político é que os alunos estariam sendo preparados para um “pensar à esquerda”. Dentro dessa lógica, destaca-se a chamada “ideologia de gênero”, outro inimigo elencado pelos conservadores. Sobre essa questão, Mattos (2018) escreve:

Ao analisarmos mais detidamente a ideia de “ideologia de gênero” que mobiliza tais movimentos, vemos como o pânico moral é construído ao redor da ideia de que, para os estudos de gênero e sexualidades, o gênero seria algo *individual*, tomado ora como objeto de uma escolha consciente e deliberada do indivíduo, ora como um resultado causal de impressões do ambiente, no qual o indivíduo seria uma mera tela em branco. Essa abordagem duplamente equivocada manipula resultados e conceitualizações dos estudos do campo, que justamente complexificam, desnaturalizam e põem sob análise as intrincadas relações de poder, as desigualdades e assimetrias produzidas e reiteradas pelo sistema sexo/gênero (MATTOS, 2018, p.557).

Assim, a sexualidade toma um sentido político e ideológico, como se fosse um ideal da esquerda. A alta conotação sexual é também uma característica do

conservadorismo brasileiro. Como destaca Mattos (2018), essa tração somente é possível devido ao seu discurso individualista, cujas bases são compartilhadas com o pensamento liberal.

Todos esses argumentos visam manter as relações de poder de grupos interessados na educação, seja por interesses ideológicos ou interesses econômicos – que não deixam de ser ideológicos. Ou seja, há quem defenda o projeto para defender suas crenças religiosas e há quem defenda para manter ou melhorar seus lucros. Existe também aquele que defende o projeto pelos dois motivos, simultaneamente, conforme fica evidente no plano de governo do PSL, analisado na primeira etapa de nosso trabalho.

Portanto, o discurso da doutrinação é a expressão máxima do vazio intelectual que preenche o conservadorismo brasileiro quando se trata de educação, porque não apenas busca condenar, penalizar e exterminar os professores, como também acredita que suas crenças são adequadas para ocuparem o espaço da educação. Isso também nos ajuda a compreender como esses sujeitos leem a realidade: os conservadores brasileiros acreditam que os professores são dotados de um “superpoder de persuasão”, e acreditam que esses profissionais utilizam esse suposto poder para coagir alunos a se posicionarem a favor de ideologias de esquerda. O argumento da doutrinação carrega consigo a personificação dos problemas, como se um indivíduo – o professor – ou uma classe – os professores – pudessem ser responsabilizados pelo suposto problema, assim, a solução consiste na substituição moral do professor por outros profissionais – ora o militar, outrora o religioso, em alguns casos o youtuber que compactua da opinião dos familiares.

Outro elemento do discurso conservador brasileiro na educação é a regulação da moral e dos costumes, na qual instituições como a família e a religião estariam sendo prejudicadas por uma ideologia nociva. Essa ótica tem como parâmetro os valores do cristianismo. Nas palavras de Corsetti (2019):

A essa onda neoconservadora se soma o que Apple nomeia como os populistas autoritários da nova direita, ou seja, a “direita cristã”, com seu apelo a determinadas visões de autoridade bíblica. Para eles a educação pública é uma ameaça, pois representa uma “decadência moral”. Reivindicam a centralidade das “questões de autoridade, moralidade, família, igreja e decência” (Apple, 2003 apud CORSETTI, 2019, p. 778).

Esse discurso, em alta no conservadorismo brasileiro, atinge a educação básica como discurso autoritário; o discurso defende a redução da autonomia dos

professores em detrimento da autoridade das instituições familiares e religiosas – especificamente a religião cristã. Portanto, a visão de escola dos conservadores é de uma instituição a serviço da família e da Igreja.

A tentativa do conservadorismo cristão em ocupar as práticas educacionais não é novidade no Brasil. Trata-se de uma pressão clássica que acompanha a disputa pela educação brasileira desde meados da década de 1930. O cristianismo enxergava uma profunda crise na sociedade brasileira:

Para o grupo católico o mundo, e em especial o mundo ocidental, *está em crise*. É uma crise generalizada que atinge os aspectos materiais, sociais, jurídicos e principalmente morais. Esta crise que se apresenta sob a forma de desmoronamento das instituições vigentes e da desorientação das consciências individuais titubeantes ante seus deveres, atinge também o Brasil [...]. De modo geral pode-se dizer que a crise é diretamente proporcional ao afastamento do homem em relação à sua própria natureza e ao seu Criador, com as inevitáveis consequências que advêm, de tal atitude, para a sociedade civil. Este afastamento ético-religioso, por sua vez, refluí em um antropocentrismo, que por eliminar Deus, assume bases naturalistas e materialistas (CURY, 1978, p. 27-28).

Cury demonstra que o argumento da crise moral apresentado pelo cristianismo tem sua origem no Brasil na primeira metade do século XIX. A causa dessa crise seria o empobrecimento do espírito humano, o afastamento de Deus. Essa é a verdade que o discurso tenta construir: uma profunda crise moral que atinge todos os níveis, inclusive a educação, que, por sua vez, deve atuar para superar essa crise. Para que isso ocorra, seria necessária a participação dos intelectuais no projeto de poder da Igreja. Assim, é nesse contexto que ascende pensadores do humanismo cristão. Esses pensadores devem, por meio da educação, principalmente, aparar as arestas das paixões do socialismo e do fascismo, conforme expõe Cury:

[...] Os germes passionais estão aqui presentes ameaçando dividir o país, levando a extremismos inaceitáveis como o comunismo e o fascismo. Contudo, por falta de orientação segura, os dirigentes são tentados pelos novos absolutismos. O Brasil vem sendo vítima de várias revoluções, transtornos políticos, reformas educacionais (CURY, 1978, p. 37-38).

Nesse trecho, Cury reproduz o discurso conservador católico da década de 1930, sendo possível perceber o antagonismo ao comunismo e ao fascismo.²¹ Segundo esses conservadores, o elemento que une uma e outra ideologia é o absolutismo. Porém, isso não requer necessariamente que o conservadorismo brasileiro desse período esteja buscando preservar a frágil república descontinuada pela revolução de 1930, ou seja, não quer dizer que esteja se colocando contra regimes absolutistas ou autoritários, apenas não compartilham desse tipo de autoritarismo. Portanto, o problema seria que esses dois tipos de autoritarismos não comportariam tão bem o cristianismo, principalmente o comunismo marxista, cujo pensamento se desenvolve a partir do materialismo – que é essencialmente antagônico ao cristianismo. Esse argumento apresenta o comunismo como uma ameaça real e propõe-se a reagir contra essa ideologia, portanto, o conservadorismo clássico – que ascende na década de 1930 – carrega o discurso antimaterialista e, portanto, anticomunista.

A proposta pedagógica do conservadorismo cristão desse período caminha para a superação dessa crise e das ameaças aos valores cristãos. Para Cury:

A educação é vista como sendo o veículo indispensável para que a cura do mal intelectual se dê. Sem ela não haverá restauração e os espíritos continuarão descrentes e agnósticos. A condição “sine qua” da restauração é a presença de Deus na escola. [...] *De modo geral*, podemos dizer que a fundamentação do papel da educação se liga a toda esta visão de homem, mundo e Deus (CURY, 1978, p. 54).

Assim, a educação conservadora desse contexto tem como objetivo impulsionar as crenças cristãs e protegê-las dos males de ideologias políticas, colocando-se como uma força neutra. O discurso da neutralidade, mais tarde, na segunda década do século XX, tornar-se-á um discurso antipolítico. Desse modo, a escola é inflada por uma função religiosa, atentando contra a laicidade do Estado. Cury demonstra também que para os cristãos desse período o esforço pedagógico deve ter as crianças como objeto central: “Consideração da *criança* como realidade pedagógica, ou seja, ela é o objeto central da educação” (CURY, 1978, p. 54, itálico do autor).

²¹ Nesse contexto, entende-se por fascismo um regime político autoritário, tipicamente representado pelo regime italiano de Mussolini, diferente do fascismo como conceito proposto por Foucault em suas obras.

Desse modo, há vários elementos do discurso conservador de 1930 que permanecem ativos nos discursos conservadores que assolam a educação dos últimos anos. O discurso da crise é o motor que permite que diferentes valores sejam impelidos: se nas primeiras décadas do século XIX o discurso conservador denunciava uma suposta crise, essa denúncia segue vigente no século XXI, mudando ligeiramente seu conteúdo. Em 1930, os conservadores apontavam para uma crise das instituições religiosas e familiares, agora, o discurso diz que essa crise é proveniente da baixa das instituições religiosas, familiares, mercadológicas e cívico-nacionalistas. Assim, se má qualidade para os conservadores cristãos consistia na dificuldade de se ensinar os valores religiosos, agora, o discurso se mantém, acrescentando a dificuldade de ensinar a importância do trabalho e dos valores nacionalistas. É comum que esse argumento carregue frases como “A educação pública fracassou”. Esse argumento endossa a defesa do ensino privado.

O discurso da má qualidade esconde ainda outro argumento dos conservadores, o ódio às diferenças – às classes mais pobres, aos povos nativos, negros e aos LGBTQIA+²². São considerados como “má qualidade” os avanços em prol de uma política mais inclusiva, seja do acesso – para o caso dos mais pobres – ou do combate ao preconceito – no caso dos negros e LGBTQIA+ – ou da valorização cultural – também no caso dos negros e dos povos nativos. A universalidade do acesso seria nociva à qualidade, pois não daria conta de proporcionar um nivelamento entre os alunos de distintas realidades e colocaria o projeto de inclusão à frente do projeto pedagógico. As políticas de combate ao preconceito e valorização de certas culturas que não compartilham dos valores brancos e cristãos seriam nocivas pela questão moral. Esses são elementos que sustentam um discurso de crise.

Assim, o argumento de crise moral é um componente do discurso da crise educacional composto por vários outros elementos, como o argumento da má qualidade de ensino, da ameaça comunista, da antidemocracia, os argumentos de defesa da privatização das escolas e do ódio às diferenças – especialmente aos mais pobres, negros e aos LGBTQIA+.

²² LGBTQIA+: sigla utilizada para se referir a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros, Queers, Intersexuais e as demais pessoas com orientações sexuais que não se identificam com a heterossexualidade e a cisgeneridade.

Contudo, o conservadorismo brasileiro visa uniformizar os pensamentos em prol das crenças religiosas, dos interesses econômicos e da manutenção e impulsão das relações de poder da elite financeira.

4.2 O discurso liberal na educação básica brasileira

Como apresentamos na seção, o liberalismo é um pensamento heterogêneo²³, mas suas raízes teóricas são mais sólidas que o conservadorismo, permitindo uma melhor identificação dos elementos que o caracterizam. Ao tratar do liberalismo no Brasil, não podemos simplesmente considerar os valores do liberalismo clássico ou do neoliberalismo e compará-los com o discurso conservador brasileiro. É necessário fazer isso, mas com o objetivo de dar um passo adiante, compreendendo como a união desses elementos confere uma posição particular ao liberalismo no Brasil e discutir esses itens a partir da educação básica. Portanto, nossa intenção nesta subseção não será apresentar o discurso liberal, pois entendemos que isso foi realizado na segunda parte de nosso trabalho. O objetivo aqui será discutir a trifurcação existente no Brasil entre os valores clássicos do liberalismo, suas transformações e suas implicações na educação básica brasileira.

Na base do discurso neoliberal brasileiro está o argumento da crise. O discurso de crise é seu fio condutor, é responsável pela propagação dos valores tradicionais do pensamento liberal e, também, por emplacar novos impasses, específicos do Brasil. Devemos considerar, no mínimo, duas bases de sustentação do argumento da crise: o argumento da crise ética e o argumento da crise de eficiência.

Primeiro, comentaremos sobre o argumento da crise ética. Como Orso (2003) nos apresenta já no título de sua publicação, Roque Spencer Maciel de Barros pode ser considerando “um ideólogo da burguesia brasileira”. Roque Spencer²⁴ expõe o que considera como “barbárie da sociedade industrial”:

²³ Seguindo a mesma lógica da subseção 2.1, desenvolveremos nossa discussão com a participação de autores que destoam do referencial foucaultiano, por entendermos que suas críticas não colidem com a perspectiva de nosso trabalho, pois, embora os utilizemos para dialogar com nossas discussões, sempre intercalaremos com as questões inerentes ao nosso tratamento conceitual.

²⁴ Em *Ensaio sobre Educação*, Barros (1971, p. 173) comenta sobre um “Brasil do sul” que supostamente já estaria passando pelas dores da industrialização. Sem entrar no mérito do seu

[...] Não cabe mais a apaixonada condenação da “máquina”, própria ainda das primeiras décadas de nosso século, quando se denunciava a “barbarização” da cultura moderna e se fazia um inútil convite aos homens para refugiarem-se num passado cumprido e encerrado. Não que o problema da barbarização tenha deixado de existir: acontece apenas que temos de enfrentá-lo sem renegar a nossa civilização e resolvê-lo no seu interior; qualquer outra atitude não passaria de um vão “escapismo” condenado à irrisão pela realidade. [...] A sociedade industrial, da qual nós, no Brasil do sul, já fazemos parte, tem os seus bárbaros. São bárbaros modernos que, embora vivendo num contorno *civilizado* (e sempre convém lembrar raiz comum de civilização e cidadania) têm muito dos bárbaros primitivos. Esse fenômeno da barbárie moderna pode ser estudado sob o título geral de “massificação” (BARROS, 1971a, p. 173-174).

Nesse fragmento, Barros apresenta que as sociedades industrializadas passariam por uma suposta crise do individualismo, como se estivessem em decadência por ação da massificação. A partir desse raciocínio, massificação “corresponde a uma perda da individualidade: os indivíduos deixam de ser verdadeiramente pessoas, capazes de um autêntico e verdadeiro convívio, para transformar-se em átomos indiferenciados e substituíveis” (BARROS, 1971, p. 174). Portanto, segundo o pensador liberal, a massificação é um processo de coletivização que ignora as individualidades: sua ressonância na sociedade industrial se dá na medida em que a mecanização se impõe como elemento mais relevante que a figura do indivíduo. Por isso, Barros critica a educação tecnicista:

Essas considerações devem levar-nos a compreender a fundamental importância de uma “filosofia da escola média”, pois é principalmente na escola média que se deve pôr em prática aquela *compreensão* elevadora de que nos fala Spranger. E, antes de nos aventurarmos a discutir essa filosofia, parece-nos caber aqui uma reflexão crítica sobre os rumos que vai tomando a escola média, mesmo a de melhor qualidade, em quase todo o mundo. Deixando de lado a falsa escola, mero simulacro que existe em toda parte (e que, em nosso país, tornou-se um caso de política educacional) notamos, cada vez mais que, dominada pela idéia do desenvolvimento, cuidando de aceitar o repto que lhe faz a civilização tecnológica, a escola média foge constantemente aos objetivos propriamente educativos que lhe cabe preencher. Cada vez mais ela se torna menos uma “escola da cidadania”, cada vez mais ela é dominada pelo impacto dos resultados obtidos no universo da técnica e da indústria e se esquece do espírito que os tornou possível. Voltando-se para a questão do rendimento do aprendizado – o que sem dúvida é fundamental, mas não exclusivo – esquece o aspecto humano da educação (BARROS, 1971b, p. 177-178).

contexto, hoje este discurso soa separatista e xenofóbico, visto que divide nominalmente o Brasil de uma e outra região.

Esse fragmento mostra um humanismo liberal que deposita na educação – em especial, na educação de nível médio – a responsabilidade de impedir a massificação. Dessa maneira, Barros entende que a educação deve atuar com a funcionalidade ética de construir um humano livre e individual. E esse é um dos pilares do discurso liberal brasileiro, que tem suas origens com os positivistas, destacando a supervalorização da educação como a principal ferramenta de mudança na sociedade. O liberalismo de Barros não compartilha da defesa do tecnicismo, porém, não o critica em prol de um passado supostamente melhor e mais livre. Entende-se que a defesa da liberdade individual deve se fazer a partir da industrialização e não se opondo a ela. A argumentação contra o saudíssimo pode soar como uma argumentação contra o conservadorismo – e, de fato, poderia ser nos anos de 1970 – mas já demonstramos que o conservadorismo não pode ser compreendido como a simples defesa do passado, por isso, criticar os que defendem o passado não habilita Barros a sair do espectro conservador.

Por algum motivo, na obra de Barros, o discurso desse humanismo liberal na educação não traz consigo a necessidade de um ensino gratuito. Sobre o autor liberal, Orso (2003, p. 335) escreve: “em relação à escola média, não defende nem sua obrigatoriedade, nem sua gratuidade”. Assim, a autodenominada utopia educacional de Barros – por mais que pareça um discurso progressista – consolidou-se como discurso da elite. A defesa de uma educação de nível média voltada para a formação de nível superior e seu objetivo de construir homens individualistas tornou-se privilégio das elites. Em certo nível, o discurso contrário à massificação tornou-se discurso de ódio de classe e o discurso individualista baseado na liberdade tornou-se discurso individualista baseado na manutenção dos privilégios. Por fim, a liberdade é privilégio das classes ricas e o individualismo é vivido pelos mais ricos, enquanto as classes mais pobres vivem valores mais coletivos. A defesa do foco no nível médio, ironicamente, tornou-se o principal argumento pelo qual se desempenha a educação tecnicista. A reforma do ensino médio (Lei nº 13.415/2017) ilustra esse movimento:

Antes da Lei do Ensino Médio (Lei nº 13.415/17) ser aprovada pelo Congresso e sancionada pelo governo de Michel Temer – é válido destacar –, o ensino médio brasileiro já era o nível de ensino da educação básica com maior grau de estrangulamento, evasão, reprovação, distorção entre a idade e a série etc. Dermeval Saviani (1999), ao explicitar o papel do ensino médio, a saber, o de recuperar a relação entre “o conhecimento e a prática

do trabalho”, distingue-o de projetos que deformam esse nível de ensino com uma orientação profissionalizante. Isso pode ser entendido como “[...] um adestramento em uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo [...]” (p. 40), o que parece ser a tônica da proposta do governo Temer (apud CORSETTI, 2019, p. 780).

Se na década de 1970 Barros se posicionava a partir de um contraste entre uma educação liberal tecnicista e uma educação liberal das liberdades individuais, fica claro qual foi o discurso vencedor e que se tornou política educacional: a educação tecnicista. Essa educação individualista e libertária – num sentido liberal – tonou-se realidade, mas apenas para as elites:

No Brasil, a mundialização da educação mantém características históricas fundamentais de exclusão social, mantendo o dualismo entre a educação para as massas e para as elites, organizando os sistemas educacionais para capacitação e geração de conhecimentos diferenciados. Para os que realizam ou realizarão o trabalho simples, direciona “(...) seus componentes curriculares e sua estrutura organizacional para aumentar o patamar mínimo de escolarização. Esse patamar se traduz na aquisição de conteúdos mínimos de natureza científico-tecnológica e de normas de conduta que capacitem essa parcela da força de trabalho a operar com produtividade as novas máquinas e adaptar-se aos novos requerimentos de sociabilidade da nova organização do trabalho e da produção inerentes ao paradigma da automação flexível, bem como acatar, como alternativa universalmente válida, a lógica neoliberal de organização societal” (Neves, 1999, p. 135). Por outro lado, quando voltado para os que realizarão o trabalho completo, o sistema “(...) redireciona suas atividades curriculares e a estrutura organizacional de nível superior para capacitar essa parcela da força de trabalho a adaptar produtivamente a ciência e a tecnologia transferidas ao país pelos grandes grupos transnacionais e, ao mesmo tempo, oferecer à sociedade homens capazes de organizar a nova cultura empresarial, seja na própria empresa, no cotidiano, na sociedade civil e, também, na aparelhagem governamental” (Neves, 1999 apud MELO, 2005, p. 404).

Contudo, a educação de nível médio prioriza a individualização das elites e a massificação dos mais pobres. E não podemos isentar o pensador brasileiro de sua responsabilidade frente à elitização de seu discurso, afinal, em seu ensaio sobre a educação, sequer considera alguma contradição entre classes, ou necessidade de rever certas relações de poder. Pelo contrário, a resposta a qualquer problema estaria na liberdade individual, o que consiste em permitir o tanto quanto fosse possível que os indivíduos se expressem – os ricos em sua exploração e os mais pobres em sua miséria. Em Barros, há um esforço para ampliar a liberdade do indivíduo para que este exerça seu individualismo, sem nenhum tipo de regulação. Trata-se de um resgate do liberalismo político clássico: o Estado não deve mediar o

acesso à educação, independente se seja individualista, como propõe Barros, ou tecnicista, como critica. Também não importa se a elite, por meio de seu poder financeiro e de influência, promova uma educação individualista e liberal aos seus filhos, enquanto promove uma educação tecnicista aos filhos dos mais pobres.

Ainda que haja esse contraste entre dois modelos de educação, ambos são sustentados pelo argumento meritocrático da suposta igualdade de oportunidades. Nascimento e Zanlorenzi (2015) destacam:

Para o liberalismo, a igualdade entre os indivíduos se concretiza na igualdade de oportunidades, quando os indivíduos têm sucesso, é graças a seu mérito individual. Assim, o trabalho desenvolvido pelo professor na escola será imprescindível na medida em que possibilita e oportuniza condições de acesso de conhecimento igual a todos os indivíduos, porém obter sucesso é competência de cada um, uma vez que a utilização das oportunidades seria consequência de suas escolhas e de seu mérito (NASCIMENTO; ZANLORENZI, 2015, p. 935-936).

Esse argumento se sustenta por meio de uma discussão de liberdade essencialista que ignora a realidade material. Alunos de uma mesma turma apresentariam desempenhos distintos de acordo com seus esforços individuais, pois, teoricamente, partem de um mesmo princípio. Porém, essa defesa ignora as complexidades que cada aluno enfrenta, sejam elas cognitivas, familiares, sociopolíticas ou socioeconômicas.

O discurso é permeável inclusive entre governos posicionados teoricamente à esquerda. A ex-presidente Dilma Rousseff defendeu a proposição inúmeras vezes:

“O que queremos é um País de oportunidades e igualdade de oportunidades”, disse. Ela destacou que é necessário garantir acesso às mesmas oportunidades, seja a origem social, gênero ou raça. “Não importa. Basta que seja brasileiro ou brasileira, a igualdade de oportunidade tem de ser garantida”, disse a presidente. Ela ressaltou que o Brasil precisa garantir condições de promover a mobilidade social, mas com capacidade de criar a ciência, tecnologia e inovação. “É um país que está vivo e dinâmico” (ESTADO DE MINAS, 2012).

No discurso acima, Dilma entende que a questão é mais complexa, pois se localiza em um estado anterior à igualdade de oportunidades, defendendo que ainda é necessário atingi-la. Essa é uma questão sensível para um chefe de executivo, pois a meritocracia é um dispositivo que busca reduzir o papel regulador do Estado, no qual as condições de ensino e aprendizado, por exemplo, dependem única e

exclusivamente das condições individuais, portanto, não faz sentido investir esforços em condições cuja incumbência não é do Estado.

A defesa da meritocracia, que aparece nas políticas públicas como “igualdade de oportunidade”, é um dos pilares do empreendedorismo. No discurso empreendedor, a meritocracia funciona como a balança que pesa a favor ou contra o sucesso individual. Ser bem-sucedido, nesse contexto, significa acumular riquezas, assim, qualquer um que se esforce o suficiente pode alcançar tal objetivo.

O discurso neoliberal coopta o discurso empreendedor que compreende o discurso meritocrático. O empreendedorismo precisa da meritocracia porque faz um discurso de apologia ao individualismo, levando todas as esferas da vida à lógica empreendedora, cujo funcionamento era restrito às empresas. Empreender é exercer o “eu” sobre a realidade, gerir a individualidade para projetar e alcançar a realidade desejada. Trata-se de um discurso baseado na livre iniciativa e em outros ideais clássicos do liberalismo. Sobre essa questão, Cláudia Calixto (2020), citando Fernando Dolabela (2008), escreve:

Em suma, o empreendedorismo é projetado como, além de uma forma de administrar uma carreira profissional, uma maneira de gerir a própria vida. Na pedagogia dita empreendedora, seria necessário “[...] preparar o profissional do futuro tanto para ser dono do próprio negócio como para atuar como empregado-empregador” (DOLABELA, 2008, p. 12, apud CALIXTO, 2020, p. 12).

Assim, o discurso empreendedor na educação compreende que os profissionais da área devem ser preparados nos moldes da livre iniciativa, podendo atuar como empregado-empregadores, ou seja, deixar de se compreender como profissional e se identificar como empreendedor. Dessa maneira, confunde-se a figura do empregador e do empregado.

A queda da perspectiva entre quem emprega e quem é empregado é um discurso adequado ao novo mercado de trabalho, que não oferece segurança aos trabalhadores. Em publicação de 2018, por exemplo, a *IstoÉ Dinheiro* demonstra que 29% dos professores da educação básica buscam outros meios de complementar a renda (ISTO É DINHEIRO, 2018).

Desse modo, o discurso empreendedor entende a educação como ferramenta de produção de indivíduos adequados para o novo mercado de trabalho. Defende Calixto (2020, p. 12):

Nesse tipo de argumentação, segundo a qual o mundo seria altamente competitivo e os atributos pessoais, se administrados com eficiência e competência, habilitariam os indivíduos a sobreviverem e a se sobressaírem no concorrencial mercado de trabalho.

Assim, a função da educação que se pretende empreendedora é promover a bem-aventurança daqueles homens e mulheres de sucesso, que atingiram seus objetivos ao lançarem mão do empreendimento de si mesmos. Empreender, nessa lógica, é necessariamente agir a partir da lógica meritocrática, ignorando qualquer tipo de condição material e acreditando no indivíduo como uma entidade metafísica que tudo pode – se investir corretamente seus esforços e aprender a empreender. Essa relação promove o sucesso dos mais ricos enquanto legitima a pobreza daqueles que, por ventura, ainda não “chegaram lá”. Trata-se da desarticulação de todo e qualquer discurso de classe.

As formulações do empreendedorismo o evidenciam o mote pastoral investido nas práticas de auto governo na atualidade: um poder benfazejo, porque produtivo, vocacionado à suposta boa vida, ao sucesso do um e progresso da sociedade como um todo – uma forma de poder ao mesmo tempo individualizante e totalizadora. Os indivíduos são instados a se investirem como e se dizerem portadores de certas características próprias de sujeitos tidos como vencedores. Tal discurso, em alguma medida, alcança a maior parte dos indivíduos e define uma experiência a ser evitada: o fracasso (CALIXTO, 2020, p. 31).

Nesse âmbito, o sucesso e o fracasso são baseados na livre iniciativa, e qualquer tentativa de compreender essas questões fora da lógica empreendedora é tida como uma análise negativa ou retrógrada. Ou seja, as análises dos problemas do mercado de trabalho da educação não podem acontecer sob os argumentos dos problemas socioeconômicos, mas do ponto de vista individual. Assim, se alguém não atingiu o sucesso é porque não empreendeu corretamente sua individualidade, e se isso acontece com parte significativa da sociedade é porque essa parte estaria sendo educada por um modelo fracassado de escola pública, que deveria ser superado pelas escolas empreendedoras.

Por fim, por mais que haja críticas ao tecnicismo e à defesa de uma educação humanística, individualista e livre, o pensamento de Barros não é mais que um discurso elitizado, na medida em que ignora a necessidade de regulação, permitindo

que uma educação tecnicista seja aplicada a uma classe, e a educação humanística, individualista e livre seja aplicada à outra.

Dessa forma, todos os compromissos da utopia educacional de Barros não se comprometem com funções sociais ou coletivas: não há preocupação alguma com o ensino público, nem com as relações de poder entre classes. Ao defender a liberdade individual, Barros coloca no próprio indivíduo a responsabilidade de exercer sua liberdade, ignorando o papel fundamental do Estado na potencialização dessas liberdades. Em outras palavras, deprecia-se a função social do Estado, e, dessa forma, esses argumentos alimentam a defesa da privatização e do discurso meritocrático. Esses três argumentos – depreciação do Estado, privatização e meritocracia – somados a alguns outros, ganham maior ressonância como argumentos da crise eficiência.

Gentili (1999) aponta para o discurso da crise da eficiência:

[...] na perspectiva neoliberal os sistemas educacionais enfrentam, hoje, uma profunda crise de eficiência, eficácia e produtividade, mais do que uma crise de quantidade, universalização e extensão. Para eles, o processo de expansão da escola, durante a segunda metade do século, ocorreu de forma acelerada sem que tal crescimento tenha garantido uma distribuição eficiente dos serviços oferecidos. A crise das instituições escolares é produto, segundo este enfoque, da expansão desordenada e "anárquica" que o sistema educacional vem sofrendo nos últimos anos. Trata-se fundamentalmente de uma crise de qualidade decorrente da improdutividade que caracteriza as práticas pedagógicas (GENTILI, 1999, p. 4).

Portanto, Gentili apresenta a crítica neoliberal à suposta crise de qualidade na educação. O argumento alimenta o discurso da privatização e do ódio de classe, ao sugerir que os processos de universalização do acesso à educação – provenientes de políticas sociais – estariam prejudicando a qualidade do ensino, pois essas políticas se baseariam no acesso e não na qualidade da educação básica. Esse discurso normalmente está atrelado a um conceito de qualidade objetivista e tem como parâmetro o desempenho de alunos em programas nacionais de avaliação, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). É por esse motivo que neoliberais brasileiros acreditam estar defendendo uma educação melhor ao defender escolas preparatórias para exames. Desse modo, a ferramenta de avaliação acaba tornando-se ferramenta de promoção de políticas educacionais, como apresenta Silva e Melo:

Segundo Santos (2011, p. 09), a perspectiva do MEC em utilizar o *novo ENEM* para orientar os currículos das escolas “[...] aproxima-se, e muito, da visão de transformar a educação em um grande cursinho. A diferença é que o cursinho anterior tinha o vestibular tradicional como alvo principal a atingir. Agora, o novo terá como objetivo os padrões do ENEM”. Ao instituir o ENEM como processo seletivo para o ingresso nas universidades federais, o caráter meritocrático do vestibular foi reafirmado, desconsiderando a seletividade que este mecanismo implica. Nesse sentido, Oliveira et al. (2008, p. 83) elucidam que “[...] as inovações de seleção não têm conseguido alterar o panorama de seletividade social, uma vez que elas não modificam o paradigma de escola elitista existente no país” (SILVA; MELO, 2018, p. 1392).

Assim, esse discurso de crise da eficiência promove um tipo de educação rasa e objetivista, ignora a profundidade pedagógica necessária para lidar com a realidade brasileira, traçando mais um valor elitista da educação básica. As escolas que não conquistam bons resultados em avaliações nacionais são taxadas como instituições de má qualidade. Esses resultados pontuais servem de sustento para o principal desdobramento do discurso da crise de eficiência: o discurso da ineficiência do Estado e da falência da educação pública. Nessa perspectiva, a solução trazida pelos neoliberais é introduzir uma visão mercadológica nas escolas e entregá-las aos que teriam mais capacidade de gerir. Gentili (1999) aponta esse caminho:

A educação funciona mal porque foi malcriadamente peneirada pela política, porque foi profundamente *estatizada*. A ausência de um verdadeiro mercado educacional permite compreender a crise de qualidade que invade as instituições escolares. Construir tal mercado, conforme veremos mais adiante, constitui um dos grandes desafios que as políticas neoliberais assumirão no campo educacional. [...] Não existe mercado sem concorrência, sendo ela o pré-requisito fundamental para garantir aquilo que os neoliberais chamam de *equidade* (GENTILI, 1999, p. 5).

Contudo, haveria um problema de qualidade na educação básica proveniente da grande participação do Estado. Esse argumento de ineficiência do Estado promove um discurso a favor da privatização das escolas de nível básico. A solução para a suposta crise é introduzir a visão mercadológica na educação, tal como discutimos na seção anterior, por meio da livre concorrência, da liberdade individual e econômica, inclusive reproduzindo a lógica do bom preço. A visão de mercado garantiria uma melhor qualidade superior à educação promovida pelo Estado.

Porém, essa tese é de profunda leviandade. O que ocorre é a hiperpreparação de escolas privadas para a obtenção de sucesso em objetivos específicos. Assim, o objetivo operacional da escola torna-se entregar bons índices de aprovação em vestibulares e médias altas em avaliações, com o ENEM. Feijó e

França (2021) destacam o desempenho superior de alunos de escolas privadas no exame:

Os resultados mostraram que, além de existirem grandes diferenças de performance entre as redes privada e pública, elas crescem consistentemente à medida que se passa dos quantis mais baixos para os quantis mais altos, com exceção de Redação, que apresentou uma leve queda do *gap* nos quantis 25 e 50. A maior discrepância de desempenho foi verificada em Redação, onde mesmo no quantil mais baixo (q10), os alunos da rede privada obtiveram 174,44 pontos a mais do que os alunos das escolas públicas. Os resultados mostram que os alunos das escolas privadas pontuam mais do que os alunos das escolas públicas (FEIJÓ; FRANÇA, 2021, p. 399).

Embora o ensino privado tenha tido melhor desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio de 2017, como apresentamos acima, por meio de Silva e Melo (2018), há uma tendência de se reduzir a educação ao desempenho em programas de avaliação, e isso faz com que escolas que tenham esse objetivo principal consigam atingir números maiores. Porém, o resultado em programas de avaliação é insuficiente para atestar a qualidade de uma instituição. Nas palavras de Voss e Garcia (2014):

[...] discurso da melhoria da qualidade da educação, centrado na elevação do IDEB, produz efeitos de autorresponsabilização no governo das condutas docentes, gerando sentimentos ambíguos e contraditórios que mesclam crítica e adesão, confiança e repúdio, culpa, vergonha e autodeterminação. O trabalho pedagógico é direcionado a uma política de resultados, na qual as circunstâncias econômicas, políticas, sociais e culturais que permeiam o exercício da profissão docente, o ensino e as escolas são ignoradas ou então subsumidas a problemas de desempenho e esforço pessoal e profissional. A qualidade na educação, neste sentido, perde o seu caráter de relação social e reduz-se a uma média estatística (VOSS; GARCIA, 2014, p. 393).

O objeto dos autores é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que funciona junto de outros dispositivos – como o próprio ENEM – para avaliar e metrificar a educação básica, mas o uso desses números e desse processo de avaliação acaba legitimando o discurso favorável à privatização, fortalecendo a ótica mercadológica. Gentili (1999) aponta:

O neoliberalismo formula um conceito específico de *qualidade*, decorrente das práticas empresariais é transferido, sem mediações, para o campo educacional. As instituições escolares devem ser pensadas e avaliadas (isto é, devem julgados seus resultados), como se fossem em presas Produtivas. Produz-se nelas um tipo específico de mercadoria (o conhecimento, o aluno escolarizado, o currículo) e, conseqüentemente, suas práticas devem estar

submetidas aos mesmos critérios de avaliação que se aplicam em toda empresa dinâmica, eficiente e flexível. Se os sistemas de *Total Quality Control* (TQC) têm demonstrado um êxito comprovado no mundo dos negócios, deverão produzir os mesmos efeitos produtivos no campo educacional (GENTILI, 1999, p. 8).

Portanto, a compreensão de qualidade na educação básica está a serviço do mercado, acabando-se, assim, a buscar atender as demandas do mercado de trabalho. Prossegue:

[...] é importante destacar que quando os neoliberais enfatizam que a educação deve estar subordinada às necessidades do mercado de trabalho, estão se referindo a uma questão muito específica: a urgência de que o sistema educacional se ajuste às demandas do mundo dos empregos. Isto não significa que a função social da educação seja garantir esse [sic] empregos e, menos ainda, criar fontes de trabalho. Pelo contrário, o sistema educacional deve promover o que os neoliberais chamam de empregabilidade. Isto é, a capacidade flexível de adaptação individual às demandas do mercado de trabalho. A função “social” da educação esgota-se neste ponto (GENTILI, 1999, p. 8).

Desse modo, além da leviandade da análise acerca da qualidade da educação, essa visão de mercado confunde os objetivos da escola e do Estado. Essa questão pode ser percebida na educação por meio do discurso empreendedor: o objetivo da escola não é pedagógico, mas financeiro. Ao invés de gerar ganhos educacionais, a escola adquire a missão de gerar lucro para seus proprietários e gerar oportunidades para o mercado de trabalho. O argumento liberal é de que a livre concorrência – entre escolas privadas e das privadas para as públicas – só permitirá que uma escola seja plenamente lucrativa quando conseguir entregar bons resultados pedagógicos. Portanto, a educação deixa de ser o fim para se tornar o meio pelo qual empresas geram lucro. O mesmo ocorre com o Estado: nessa lógica, ele deve ser minimizado, proporcionando maior liberdade para o empresariado.

Uma das ferramentas do discurso empreendedor – ou discurso empresarial – na escola é a responsabilização dos indivíduos. Os principais responsáveis por um insucesso nos resultados dos dispositivos de avaliação seriam os próprios agentes escolares. Os educadores estariam, supostamente, falhando na missão de promover uma educação de qualidade. Nesse sentido, o discurso gera o demérito dos profissionais da educação e, assim, surgem as novas figuras das políticas educacionais: o pedagogo dá lugar ao gestor, munido de um discurso que sugere que o problema da má qualidade educacional provém de uma má gestão. O mesmo

discurso atinge o Estado: defende-se que os gestores e empreendedores devem ocupar os poderes do Estado, tomados por políticos ineficientes e corrompidos; portanto, trata-se de um discurso antipolítico e que se disfarça em meio ao discurso do combate à corrupção.

O discurso da culpabilização dos indivíduos tem como finalidade evitar que um problema seja percebido em seu nível mais completo – considerando todas as questões políticas, econômicas, pedagógicas, institucionais e individuais – e, assim, evitar que surjam soluções grandiosas e complexas. Os neoliberais buscam pelo simplório, pois, quanto mais simples, menos custoso, e, conseqüentemente, mais lucrativo. Além disso, não mexer nas estruturas dos problemas consiste em manter o discurso de crise e, dessa maneira, manter a solução mercadológica para a educação. Os dispositivos de avaliação são propulsores dessa lógica, como aponta Voss e Garcia ao comentarem sobre o IDEB:

Ao julgarem suas ações docentes, em relação aos padrões do IDEB, as professoras julgaram-se a si mesmas, como profissionais que deveriam assumir a culpa pelos baixos resultados e a responsabilidade pelos avanços nos índices, constituindo regimes de verdade e relações de poder-saber nas quais a profissional e a pessoa da professora, unidas num único sujeito capturado pelo próprio discurso, deveria fazer algo consigo mesma, promovendo certas ações dirigidas ao alcance da norma e do padrão de qualidade legitimado. Assim, como expressaram as professoras, o discurso *melhorar o índice de aprovação com garantia de aprendizagem*, deveria orientar o trabalho pedagógico na busca da qualidade do ensino mensurada pelo IDEB. O discurso oficial tratou de fabricar o indivíduo ativamente responsável e passou a integrar os sujeitos pesquisados num regime ético de identificações e obediências que colocavam em evidência escolhas profissionais e pessoais (VOSS; GARCIA, 2014, p. 408-409).

Seguindo esse raciocínio, os sistemas de avaliação funcionam como reguladores da qualidade de mercado da educação e acabam por promover uma educação rasa e subserviente, na qual os interesses empresariais se sobrepõem às finalidades pedagógicas. Gentili (1999) destaca:

os indivíduos são também culpados pela crise. e é culpada na medida em que as pessoas ajeitaram como natural e inevitável o *status quo* estabelecido por aquele sistema improdutivo de intervenção estatal. Os pobres são culpados pela pobreza; os desempregados pelo desemprego; os corruptos pela corrupção; os faceados pela violência urbana; os sem-terra pela violência no campo; os pais pelo rendimento escolar de seus filhos; os professores pela péssima qualidade dos serviços educacionais. *O neoliberalismo privatiza tudo, inclusive também o êxito e o fracasso social* (GENTILI, 1999, p. 7).

O discurso simplificado de responsabilização dos indivíduos reduz o papel do Estado e isenta o mercado de suas responsabilidades frente às crises educacionais. Os erros são provenientes de problemas dos indivíduos, e o sucesso é proveniente do mérito individual. O neoliberalismo privatiza absolutamente tudo, inclusive a culpa.

Por fim, como mostramos na subseção 2.1, se por meio da educação básica o conservadorismo brasileiro busca legitimar e potencializar as relações de poder das elites financeiras, por meio da educação básica, no neoliberalismo brasileiro, busca-se legitimar e potencializar essas relações também num sentido econômico, fazendo com que as escolas tornem-se o principal centro de promoção dos valores neoliberais, das necessidades mercadológicas, funcionando, ao mesmo tempo, como fontes rentáveis de geração de lucros para os mais ricos.

4.3 Os argumentos do discurso conservador e do discurso neoliberal na educação básica brasileira

Nesta última e breve parte da seção 4, realizaremos a montagem de um agrupamento dos argumentos do discurso conservador e do discurso neoliberal na educação básica brasileira. Com isso, poderemos explorar mais rapidamente esses argumentos e seguir com a discussão da próxima seção. Na quarta seção, discutiremos a interseção entre conservadorismo e neoliberalismo nos planos de governos de alguns presidentes das eleições de 2018. Segue abaixo um quadro que centraliza as informações apresentadas no subcapítulo 2.1 e 2.2 em ordem aleatória.

Quadro 01 – Elementos do discurso conservador na educação básica brasileira

Argumentos	Descrição
Argumento da crise educacional (p. 24; 26; 27; 37; 95; 97)	Aponta para uma suposta crise moral na educação básica.
Defesa do militarismo (p. 14; 27; 28; 30; 55; 89; 90; 94)	Defesa, enaltecimento ou apologia das instituições militares.
Anti-intelectualismo (p. 26; 28; 90; 92)	Discurso crítico à produção científica e de qualquer conhecimento que não obedeça aos limites das crenças.
Defesa contra a doutrinação da esquerda (p. 20; 24; 25; 27; 30; 31; 37; 52; 92; 93; 94)	Crença de que os professores são dotados de autopoder de persuasão e o utilizam para transformar estudantes em militantes de esquerda.
Neutralidade (p. 29; 69; 96)	Defendem que não deve haver posicionamentos políticos em escolas.
Antipolítica (p.39)	Apresentam a política como algo negativo e corrompido – financeira e moralmente.
Religiosidade e aversão à laicidade (p. 14; 29; 96)	Defesa das crenças religiosas em detrimento do conhecimento científico.
Hipervalorização da instituição familiar (p. 14; 28; 29; 31)	Defesa dos valores familiares em detrimento ao conhecimento científico.
Foco na educação infantil e ensino fundamental (p. 30; 32; 35; 37)	Defesa do ensino com foco nas crianças.
Defesa do ensino privado (p. 32; 69; 97; 107)	Crença na iniciativa privada como remédio para as supostas crises.
Ódio às diferenças (p. 26; 88; 91; 97; 100; 105)	Discurso de exclusão direcionado aos LGBTQIA+, aos negros, aos pobres, às religiões de matriz africana e todos os valores que possam destoar do corpo moral cristão.
Antidemocracia (p. 27; 28; 71; 72; 74; 97)	Desprezo por valores basilares do Estado Democrático de Direito como, por exemplo, o respeito às instituições democráticas, às diferenças, inclusão social a partir de políticas de regulação e liberdade religiosa.
Resgate do passado glorioso (p. 34; 88; 89)	Crença de que havia um Estado melhor de coisas no passado – normalmente conectado ao período de ditadura militar.

Fonte: O Autor, 2022.

Quadro 02 – Elementos do discurso liberal na educação básica brasileira

Argumentos	Descrição
Crise educacional (p. 21; 32; 33; 38; 41; 97)	Separada por, no mínimo, duas lógicas: o argumento da crise ética e o argumento da crise de eficiência.
Empreendedorismo (p. 23; 24; 30; 31; 32; 33; 34; 35; 40; 42; 103; 104; 108; 109)	Discurso que incorpora a meritocracia, a imagem do gestor em detrimento do pedagogo, a antipolítica e a suposta “igualdade de oportunidades”. Defende-se o subemprego e o individualismo como expressões da livre iniciativa, mas isso serve para potencializar os lucros das corporações. Sendo assim, a escola também é analisada sobre a égide do lucro.
Foco na educação de nível médio (p. 100; 101)	Defesa da educação de nível médio como a etapa decisiva para a construção de uma sociedade de sucesso, pautada no tecnicismo.
Defesa da educação individualista e da liberdade (p. 21; 66; 70; 72; 73; 74; 99; 100; 103)	Defesa da educação individualista e da liberdade atrelada ao indivíduo.
Defesa do tecnicismo (p. 30; 33; 37; 41; 70; 99; 100; 101; 102; 104; 105)	Defesa da educação tecnicista e da preparação para o mercado de trabalho para as camadas mais pobres.
Depreciação do papel social do Estado (p. 22; 35; 41; 110)	Argumentos que apresentam o Estado como responsável pelas crises e pelo suposto fracasso da educação básica.
Meritocracia (p. 32; 36; 41; 70; 73; 102; 103; 104; 105; 106)	Baseado na livre iniciativa, defende um suposto poder individual de agir livremente por meio do trabalho para prover seus recursos e o bem próprio.
Defesa do ensino privado (p. 32; 69; 97; 107)	Defende que o ensino privado tem qualidade superior em relação a educação pública.
Falência da educação pública (p. 22; 33; 38; 39; 92; 106)	Argumento de que o Estado é ineficaz na tentativa de prover a educação pública.
Responsabilização dos indivíduos (p. 107; 108; 110)	Culpabilização dos indivíduos e ignorância em relação às macrorrelações, reduzindo as responsabilidades pedagógicas aos indivíduos envolvidos no processo.
Mercado (p. 30; 33; 35; 37; 38; 40; 41; 42; 47; 50; 63; 64; 65; 69; 70; 72; 73; 74; 97; 103; 104; 106; 107; 108; 109; 110)	Visão de mercado em detrimento da visão pedagógica. A lógica do lucro superando a lógica educacional.
Gestão (p. 24; 109)	Defesa dos gestores em detrimento dos educadores, professores, pedagogos, cientistas e demais profissionais da educação.
Antipolítica (p.39)	Argumentos que invalidam a política pública como solução para as questões pedagógicas.
Combate à corrupção (p. 22; 32; 34; 38; 109)	Defesa das soluções liberais para a possível “sujeira” do Estado. Reduz a política aos poderes do Estado e apresenta os gestores como soluções para os políticos – que seriam, majoritariamente, senão totalmente, corrompidos.
Demérito aos profissionais da educação (p. 108)	Desvalorização dos profissionais da educação.

Fonte: O Autor, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão proposta neste trabalho se debruçou sobre dois níveis de objeto: os discursos conservadores e neoliberais e os projetos de educação presentes nos planos de governos das eleições presidenciais de 2018 do PSL, PSDB, MDB, NOVO e do PODEMOS. Porém, por meio dessa escolha, nossa dissertação se deparou com documentos pobres de discurso, por esse motivo, é necessário traçar paralelos entre os discursos mais gerais e suas implicações na educação básica e superior para analisar com amplitude o problema destacado.

Assim, não é possível concluir que um partido ou candidato é mais ou menos liberal ou conservador utilizando como parâmetro apenas os documentos analisados, sendo importante que este trabalho seja lido em conexão com outras pesquisas e documentos. Porém, ainda que não seja suficiente para esgotar a discussão sobre os candidatos e partidos, esta pesquisa nos permite concluir categoricamente que um ou outro plano de governo é mais ou menos neoliberal e conservador. Dessa forma, considerando o contexto das eleições de 2018, é possível localizar e caracterizar os candidatos e seus partidos por meio da análise dos planos de governos.

Para extrair conclusões mais aprofundadas sobre os problemas desta dissertação, contudo, seria necessário um exercício de análise com a inclusão de outros documentos, tais como registros de vídeos, conversas, notícias e demais conteúdos publicizados por cada candidato durante suas campanhas eleitorais. Também seria possível equiparar essas análises com as ações – documentos, falas, nomeações, projetos e afins – de Jair Bolsonaro na área da educação durante sua gestão, pois seu plano de governo foi eleito, sendo este o presidente em exercício no Brasil desde janeiro de 2019.

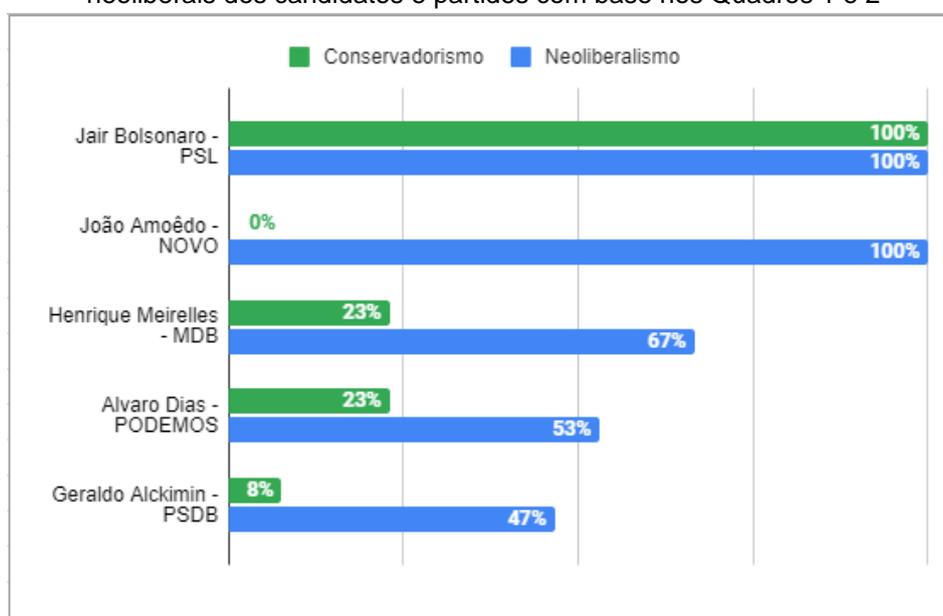
Ainda que os documentos analisados sejam demasiadamente rasos, é possível realizar ponderações sobre a investigação realizada. Para auxiliar nessas ponderações, seguem as figuras abaixo:

Figura 15: Relação de correspondência aos argumentos conservadores e neoliberais dos candidatos e partidos com base nos Quadros 1 e 2

CANDIDATO - PARTIDO	(QTD) Argumentos conservadores	(MARGEM) Argumentos conservadores	(QTD) Argumentos neoliberais	(MARGEM) Argumentos neoliberais
Jair Bolsonaro - PSL	13/13	100%	15/15	100%
João Amoêdo - NOVO	0/13	0%	15/15	100%
Henrique Meirelles - MDB	3/13	23%	10/15	66,60%
Alvaro Dias - PODEMOS	3/13	23%	8/15	53%
Geraldo Alckimin - PSDB	1/13	7,60%	7/15	46,60%

Fonte: O Autor, 2022.

Figura 16: Relação ilustrada da margem de correspondência aos argumentos conservadores e neoliberais dos candidatos e partidos com base nos Quadros 1 e 2



Fonte: O Autor, 2022.

O Quadro 1 e o Quadro 2 correspondem aos elementos do discurso conservador e neoliberal na educação básica brasileira. Portanto, utilizando esse parâmetro acerca da educação é possível aferir os apontamentos abaixo:

- O plano de governo do candidato Jair Bolsonaro do PSL é o mais extremista entre todos os analisados. É o único que corresponde a todos os argumentos do discurso conservador e do discurso neoliberal;
- O plano de governo de João Amoêdo (NOVO) é tão extremista quanto o de Jair Bolsonaro em relação ao neoliberalismo, porém, é o menos conservador entre os projetos analisados, sendo o único que não carrega em seu plano de governo nenhum fragmento do discurso conservador;

- O plano de governo de Henrique Meirelles (MDB) defende argumentos tão conservadores quanto os do PODEMOS, de Álvaro Dias, mas é mais radical em relação aos argumentos neoliberais;
- O plano de governo de Geraldo Alckmin (PSDB) se posiciona ligeiramente atrás do PODEMOS em relação aos argumentos neoliberais, porém, é isoladamente o segundo menos conservador;
- Todos os planos de governos analisados podem ser considerados projetos neoliberais – todos correspondem a pelo menos 47% dos argumentos apresentados no Quadro 2;
- Os planos de governo de Bolsonaro (PSL), Meirelles (MDB) e Álvaro Dias (PODEMOS) podem ser considerados conservadores – pois todos eles reproduzem pelo menos quase 1/4 dos argumentos conservadores (23%) apresentados no Quadro 1;
- Somente os planos de governo de Amoêdo e Alckmin não podem ser considerados conservadores, segundo os parâmetros apresentados no Quadro 1 – pois possuem uma correspondência insignificante aos argumentos conservadores, 0% e 8%, respectivamente.

Considerando que conservadorismo e liberalismo são discursos com ideais de direita, podemos concluir que os planos de governos de Jair Bolsonaro (PSL) e João Amoêdo (NOVO) correspondem a ideias extremistas da direita, enquanto que Meirelles (MDB) está posicionado menos ao extremo desse espectro, seguido por Álvaro Dias (PODEMOS), e tendo Alckmin (PSDB) mais ao centro dessa direita.

Levando em conta que esses documentos apresentam os argumentos disseminados nas campanhas eleitorais, mesmo que um projeto não seja o vencedor e que os argumentos não se tornem políticas de Estado, os impactos desses discursos sobre a educação são grandes. Com o apoio da mídia hegemônica e a alta aderência desses discursos entre influenciadores digitais, o discurso da crise educacional pode ser amplamente assimilado pela sociedade – tanto entre as gerações mais antigas como entre os mais jovens.

Uma vez que ocorre a vasta disseminação do discurso neoliberal ou conservador de crise educacional, as soluções conservadoras e neoliberais tomam o debate público. As soluções e o diagnóstico do problema da educação são

monopolizados pelos argumentos do conservadorismo e, principalmente, pelos argumentos do neoliberalismo.

Enquanto o conservadorismo tem como núcleo central as instituições familiares e religiosas, o neoliberalismo é disseminado por meio de personalidades de grande apelo entre os jovens, como apresentadores de programas *teens*, escritores e influenciadores digitais, normalmente apresentando grandes empresários, multimilionários e bilionários como ídolos cujo exemplo deve ser seguido.

Por fim, o conservadorismo e o liberalismo não são necessariamente entes correspondentes de uma mesma ideologia, porém, na contemporaneidade nada assegura que haja algum nível de repelência entre ambos. Mais do que coexistirem, no Brasil, ambos atuam em parceria para a manutenção do *status quo*, sendo possível conceituar uma categoria que poderia ser intitulada como neoconservadorismo neoliberal brasileiro, cujas amarrações lógicas existem exclusivamente a partir do contexto do nosso país.

A educação brasileira é um dos principais campos de batalha entre aqueles que desejam conservar e avançar o projeto neoliberal e os que visam resistir ou ao menos amenizar esse avanço. Uma vez vencedor, o neoconservadorismo neoliberal brasileiro, como razão de Estado, legisla em desfavor da educação pública, da livre docência e da profissionalização dos trabalhadores da educação. O desejo pela autossupressão que deseja menos Estado, conseqüentemente, também deseja menos educação pública. Dessa maneira, atua-se pela autossupressão da escola para a sociedade e incentiva a escola para os interesses privados, trabalhando contra os objetivos pedagógicos que não correspondem aos objetivos privados.

Contudo, os malefícios da educação neoconservadora neoliberal brasileira para a docência são profundos: enquanto os dispositivos do neoliberalismo trabalham pela precarização do trabalho docente e pela privatização do ensino, o conservadorismo atua pela poluição da imagem dos docentes. Ambos, cada um em sua forma, desacreditam a figura do docente enquanto educador e trabalhador, buscando substituir esses profissionais pelos pais, familiares, religiosos, gestores ou empreendedores.

Assim, por meio desta dissertação foi possível compreender o impacto de alguns discursos nocivos à educação. Ao antever um caminho que um discurso busca percorrer, é possível desarticulá-lo, porém, não se pode aguardar que um

discurso se torne razão de Estado para trabalhar para a sua desarticulação. Além da consciência e da crítica sobre os perigos das políticas provenientes desses discursos, é necessário compreender a importância de desarmar esses argumentos no seio da sociedade, em salas de aula, na atividade prática docente que exercemos. Mais do que eleger governantes dispostos a desarticular esses discursos, é necessário que esse exercício seja tomado como parte do trabalho docente. Nesse aspecto, torna-se urgente que professores tomem para si o protagonismo de discutir a educação.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA ESTADO. Dilma diz querer igualdade de oportunidades para todos. **Estado de Minas**, 2012. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/11/08/interna_politica,328498/dilma-diz-querer-igualdade-de-oportunidades-para-todos.shtml. Acesso em: 14 dez. 2021.
- ALENCAR, Gustavo de. Evangélicos e a Nova Direita no Brasil: os Discursos Conservadores do “neocalvinismo” e as interlocuções com a política. **Teoria e Cultura**, v.13, n. 2, p. 101-117, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12428>. Acesso em: 07 jul. 2022.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, ed. 1, p. 185-213, jan./abr. 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900010010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2021.
- BARONE, Isabelle. Governo federal implantou 51 escolas cívico-militares durante a pandemia. **Gazeta do Povo**. 15 jun. 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/governo-escolas-civico-militares-pandemia/>. Acesso em: 27 maio 2021.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. **Ensaio sobre educação**. São Paulo: Grijalbo Ltda, 1971a.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. **Introdução à filosofia liberal**. São Paulo: Grijalbo Ltda, 1971b.
- COCA-COLA tem queda brutal de 4 bilhões de dólares com gesto de Cristiano Ronaldo. **Lance**, [s. l.], 15 jun. 2021. Disponível em: <https://www.lance.com.br/fora-de-campo/coca-cola-tem-queda-brutal-bilhoes-com-gesto-cristiano-ronaldo.html>. Acesso em: 27 maio 2021.
- CORSETTI, Berenice. Neoconservadorismo e Políticas Educacionais no Brasil. **Educação Unisinos**, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), v. 22, n. 3, p. 774-784, out-dez 2019. DOI 10.4013/edu.2019.234.11. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.234.11>. Acesso em: 29 jul. 2020.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- CALIXTO, Cláudia Ribeiro. Empreendedorismo e educação: uma análise de modulações do poder pastoral no governo da conduta. *In*: AQUINO, Julio Groppa. **Foucault, arquivo, educação: dez pesquisas**. São Paulo: FEUSP, 2020, p. 7-39.

DANNER, Fernando. **Biopolítica e liberalismo**: a crítica da racionalidade política em Michel Foucault (Doutorado em Filosofia) - Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2011.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

ESPINOSA, Benedictus de. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FEIJÓ, Janaína Rodrigues; FRANÇA, João Mário Santos de. Diferencial de desempenho entre jovens das escolas públicas e privadas. **Estudos Econômicos (USP)**, São Paulo, v. 51, ed. 2, p. 373-408, abr-jun 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/nkypSfcjmwkJj8RbFP9cBkP/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

G1. Entenda como devem funcionar as escolas cívico-militares no Paraná. **G1**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2020/10/28/entenda-como-devem-funcionar-as-escolas-civico-militares-no-parana.ghtml>. Acesso em: 29 jun. 2022.

GENTILI, Pablo; Neoliberalismo e educação: manual do usuário. (Orgs.). SILVA, T. T. **Escola S.A.** Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. 2. ed. Brasília: CNTE, 1999, p. 9-49.

ISTOÉ DINHEIRO. **29% dos professores na educação básica fazem 'bico' para complementar a renda**. 2018. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/29-dos-professores-na-educacao-basica-fazem-bico-para-complementar-a-renda/>. Acesso em: 05 jul. 2022.

KUNTZ, Rolf. Locke, liberdade, igualdade e propriedade. **Clássicos do pensamento político**, São Paulo, v. 2, p. 91-119, 1998.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos**. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2001.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out-dez 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MFzdwXKBBcNqHyKkckfW6Qn/?lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2020.

MARTINS, André Antunes. Sobre os dias atuais: neoconservadorismo, escolas cívico-militares e o simulacro da gestão democrática. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, ed. 33, p. 689-699, setembro-dezembro 2019. DOI 10.21573/vol35n32019.94577. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/94577>. Acesso em: 19 out. 2020.

MATTOS, Amana Rocha. Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”: gênero e sexualidades em disputa na educação. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 573-586, set-dez 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a09.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

MELO, Adriana Almeida Sales de. A mundialização da educação: neoliberalismo e social-democracia no Brasil e na Venezuela. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, ed. 2, p. 397-408, out./dez. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4067/406757034007.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. *In*: WEFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política**. Rio de Janeiro: Ática, 2011. p. 80-110. (Série Fundamentos)

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB). **Pacto pela confiança!** Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais, Tribunal Superior Eleitoral, 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000622281/proposta_1534354939646.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.

NAGIB, Miguel. **Entrevista do coordenador do ESP ao site Portaberta**. 2008. Disponível em: <http://blogsem mascara.blogspot.com/2008/06/entrevista-com-miguel-nagib-coordenador.html>. Acesso em: 06 jul. 2022.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. Liberalismo e Educação no início do Século XX. **Cadernos de História da Educação**, v. 14, n. 3, 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/33145>. Acesso em: 06 jul. 2022.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

NEVES, Lúcia Maria W. Educação: um caminhar para o mesmo lugar. *In*: LES BAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação**: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.

NOVO. **Mais oportunidades, menos privilégios**. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais, Tribunal Superior Eleitoral, 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000607640/proposta_1534522080782.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.

OLIVEIRA, Ana Cláudia Rodrigues de; STORTO, Leticia Jovelina; LANZA, Fabio. A educação básica brasileira em disputa: doutrinação versus neutralidade. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 468-478, set-dez 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/45fXX7nsGXqn3L8fcXzbDdM/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ORSO, Paulino José. **Liberalismo, Neoliberalismo e Educação. Roque Spencer Maciel de Barros, um ideólogo da burguesia**. 2003. Tese (Doutorado em História, Filosofia e Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB). **Um futuro de prosperidade está aberto a todos os brasileiros**. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais, Tribunal Superior Eleitoral, 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000602477/proposta_1533849607885.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.

PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL). **O caminho da prosperidade: proposta de plano de governo**. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais, Tribunal Superior Eleitoral, 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 23 jun. 2022.

PODEMOS. **Plano de metas 19+1. Pela refundação da República**. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais, Tribunal Superior Eleitoral, 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000618462/proposta_1534304719669.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.

SEPULVEDA, José Antonio; SEPULVEDA, Denize. Conservadorismo e educação escolar: um exemplo de exclusão. **Movimento revista de Educação**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 5, p. 76-107, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32612>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SÈVE, Lucien. Prezar a liberdade, defender a escravidão. **Diplomatique**, 3 jun. 2013. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/prezar-a-liberdade-defender-a-escravidao/>. Acesso em: 25 maio 2021.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass da; REIS, Gabbiana Clamer Fonseca Falavigna dos. Avanço conservador na educação brasileira: uma proposta de governo pautada em polêmica (2018). **Cantareira**, São Paulo, ed. 33, p. 62-78, jul-dez 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/40563>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. O conceito de liberdade política em Montesquieu. **Revista de História - USP**, São Paulo, v.38, n.78, p. 415-423, 1969. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128793/0>. Acesso em: 22 jun. 2022.

SILVA, Rafaela Campos Duarte; MELO, Savana Diniz Gomes. ENEM: propulsão ao mercado educacional brasileiro no século XXI. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, ed. 4, p. 1385-1404, out./dez. 2018. Disponível em: https://www.ufrgs.br/edu_realidade/. Acesso em: 14 jul. 2021.

VEIGA-NETO, Alfredo. Teoria e método em Michel Foucault (im)possibilidades. **Cadernos de Educação**, Pelotas, RS, n. 34, p. 83,84, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1635>. Acesso em: 29 jun. 2022.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidade e educação. **Revista Colombiana de Educación**, Bogotá, ed. 65, p. 19-42, jul-dez 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcde/n65/n65a02.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2022.

VOSS, Dulce Mari Silva; GARCIA, Maria Manuela Alves. O Discurso da Qualidade da Educação e o Governo da Conduta Docente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, ed. 2, p. 391-41, abr-jun 2014. Disponível em: https://www.ufrgs.br/edu_realidade/. Acesso em: 6 jul. 2021.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development indices and indicators: 2018 statistical update**. New York: UNDP, 2018.



MEU
PROFESSOR
POR QUE
LUTAS?

PAULO SÉRGIO GUERREIRO * MARISA NODA

MEU
PROFESSOR
POR QUE
LUTAS?

PAULO SÉRGIO GUERREIRO * MARISA NODA

CARTA

AOS ALUNOS

Caros alunas e alunos, este e-book é um convite à autonomia estudantil. O objetivo deste material didático é auxiliá-los na compreensão e na identificação dos discursos que coordenam a educação brasileira.

Por meio deste material é possível entender por que presenciamos tantas greves, manifestações e reações de professores às decisões, discursos e projetos de políticos e personalidades.

A educação brasileira é diariamente atacada com discursos grosseiros, rasos e maldosos e isso compõe os pensamentos que ruminam e projetam a educação. Por vezes, profissionais de educação são atacados e desvalorizados, e neste material é possível entender o motivo dessa situação desfavorável para a educação permanecer por tanto tempo.

Este é um convite ao livre pensar e ao exercício analítico sobre a educação brasileira.

CARTA

AOS

PROFESSORES

Caros professores, por vezes nos pegamos discutindo nossas respectivas disciplinas, sem problematizar ou conectar esses conteúdos ao contexto de nossas vidas. Isso faz com que aprendamos a falar sobre as disciplinas, mas não conseguimos educar alunos sobre nossas lutas e dificuldades, tampouco sobre as lutas e dificuldades dos brasileiros em geral. Pensando nisso, o objetivo deste material é compreender os discursos que permeiam nosso cenário educacional.

Por meio deste e-book de conteúdo interdisciplinar, é possível auxiliar alunos e professores a se introduzirem nas discussões acerca do liberalismo e do conservadorismo na educação brasileira.

Em nossa perspectiva, este material deve ser um auxiliador de discussões e deve ser utilizado de maneira prática, entre leituras e discussões. Para o uso deste material, recomendamos que alunos, alunas e professores estejam equipados com aparelhos celulares ou computadores e com acesso à internet.

SUMÁRIO

<u>Filosofando por 5 minutos</u>	<u>6</u>
<u>A mão invisível do mercado</u>	<u>7</u>
<u>As mãos do conservadorismo</u>	<u>17</u>
<u>O aperto de mãos entre neoliberalismo e conservadorismo na educação básica brasileira</u>	<u>22</u>
<u>Análise dos discursos</u>	<u>30</u>
<u>Referências Bibliográficas</u>	<u>54</u>



FILOSOFANDO POR 5 MINUTOS

Os filósofos e filósofas – assim como você – têm impressões sobre diversos assuntos. Por exemplo, como você responde à pergunta: o que é liberdade?

É possível que você dê sua opinião sobre o assunto, considerando suas inclinações pessoais sobre a palavra “liberdade”. Mas a principal diferença é que um filósofo não apenas utiliza de doxa (opinião), mas sistematiza o que pensa, de modo a permitir que outras pessoas possam discutir o assunto e até mesmo fazer ciência sobre seus pensamentos. Esse exercício sistemático acerca de certas palavras as transforma em conceitos. Um conceito não é uma palavra, é um sistema de ideias cuja palavra é apenas a forma de nomear esses sistemas.

Pensando nisso, que tal discutir com os colegas a questão levantada acima, anotar suas considerações e tentar transformar a palavra “liberdade” em um conceito?

E aí, professor, quais foram os conceitos de “liberdade” levantados pelos alunos?



O filósofo Gilles Deleuze em seu livro *O que é Filosofia?* diferencia “conceitos” de “palavras”.



**A MÃO
INIVÍVEL
DO MERCADO**



FOUCAULT E A GOVERNAMENTALIDADE

O filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) compreende que existem diferentes expressões da arte de governar, para tanto, apresenta o conceito de **governamentalidade**. Esse conceito consiste na maneira pela qual um governo age, consiste em sua razão de ser. Por exemplo, partindo do pressuposto de que o Estado existe para garantir as liberdades individuais, essa é a razão de ser deste Estado e deve ser o caminho pelo qual se governa; a razão de Estado liberal é uma razão de Estado mínimo, a razão de Estado fascista é uma razão de Estado máximo. Portanto, ao analisar os elementos dos próximos textos, é importante observarmos com a lupa da governamentalidade de Foucault e nos perguntarmos: qual a razão de Estado desse tipo de discurso? Qual o tipo de governamentalidade sustenta esses argumentos?



O LIBERALISMO, O CONCEITO DE LIBERDADE E ESTADO

O liberalismo é uma corrente da filosofia que nasceu no período moderno em meados do século XVI. É composto por diferentes eixos e cada um entende o liberalismo à sua maneira, ainda assim, constituem este mesmo corpo que é o pensamento liberal. Existem vários liberalismos, mas todos estão conectados pelas mesmas raízes.

O pensador liberal brasileiro Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999) divide o liberalismo clássico em quatro eixos: religioso, político, econômico e ético. Destes, comentaremos sobre o segundo e o terceiro eixo. No século XIX o liberalismo passa por reformulações, inaugurando uma nova fase do pensamento, chamado de neoliberalismo.

O liberalismo político tem como um dos principais pensadores o filósofo inglês John Locke (1632-1704), que é conhecido como o “pai do liberalismo”, e o filósofo francês Charles-Louis de Secondat (1689-1755), conhecido como Montesquieu e muito reconhecido pela sua teoria da separação dos poderes, que inclusive rege

a Constituição brasileira.

Locke é um pensador [contratualista](#) e defende que na natureza existe uma espécie de lei da harmonia, na qual os indivíduos comungam de um pacto pela paz mútua. Assim, o inglês acredita que as leis da natureza são capazes de garantir a vida pacífica, restando ao Estado civil fortalecê-la. Para ele, a função do Estado é potencializar as leis naturais.

John Locke entende que a liberdade e a vontade são potências naturais do indivíduo. A vontade é um “poder querer”, enquanto a liberdade é um “poder fazer” aquilo que sente vontade. Portanto, livre é aquele indivíduo que pode agir guiado pela própria vontade – que é guiada pelas leis da natureza. Nessa lógica, a figura do indivíduo torna-se central: é ele quem deseja e quem age segundo as leis naturais, portanto, é a partir dele e de sua liberdade natural que as leis civis devem se orientar. Por esse motivo, o Estado não pode inibir essa liberdade individual natural, para tanto, deve-se legislar para institucionalizar aquilo, pois enfraquece a liberdade sempre que se criam leis que não são naturais. Assim, para Locke, quanto menos intervenções o Estado fizer, mais ele potencializará a liberdade, ou seja, quanto menos intervencionista e mais natural é o Estado, mais livres são os indivíduos.

Locke defende ainda que a propriedade é tudo aquilo que um indivíduo é capaz de produzir, alterando sua condição natural: uma bananeira é apenas uma árvore, mas uma plantação de bananas é produto da agricultura, portanto, aquele indivíduo que alterou a condição natural da bananeira, cultivando-a, torna-se proprietário individual da planta. Portanto, a propriedade é o resultado do trabalho individual.

No liberalismo político de Montesquieu, a liberdade é o “poder agir” seguindo os limites das leis civis – ser livre é agir pautado em tais leis. Portanto, para o filósofo, o Estado não deve potencializar as leis naturais, mas criar ferramentas de mediação para que se alcance a liberdade. O francês acredita que é necessário mediar o poder para que ele seja distribuído corretamente, de modo a instituir a liberdade. Para tanto, sugere que o Estado seja dividido em três esferas de poder – Legislativo, Executivo e Judiciário – cada uma dessas esferas seria responsável por cuidar de uma parte do poder, garantindo que as leis sejam criadas, cumpridas e executadas. Portanto, o Estado para Montesquieu tem a função de instituir a liberdade inexistente fora das leis do Estado.

A questão que une John Locke e Montesquieu é a função do Estado em proporcionar a liberdade, seja,

respectivamente, por meio da potencialização das leis da natureza ou por meio da mediação do poder.

Por fim, outro momento do pensamento liberal é o liberalismo econômico, cujo principal articulador é o pensador britânico Adam Smith (1723-1790). Smith também defende que as leis naturais devem reger a vida em sociedade, porém, trata-se da radicalização do discurso do liberalismo político. Se para Locke o Estado civil deve potencializar a liberdade, para Smith, o Estado civil não deve fazer nenhum tipo de intervenção, nem sequer para potencializar a liberdade. O pensador acredita que a liberdade se estrutura por meio da economia e é suficiente para promover a harmonia entre os interesses individuais e coletivos. Por isso, defende que ao garantir a liberdade da economia, garante-se a liberdade de todos.

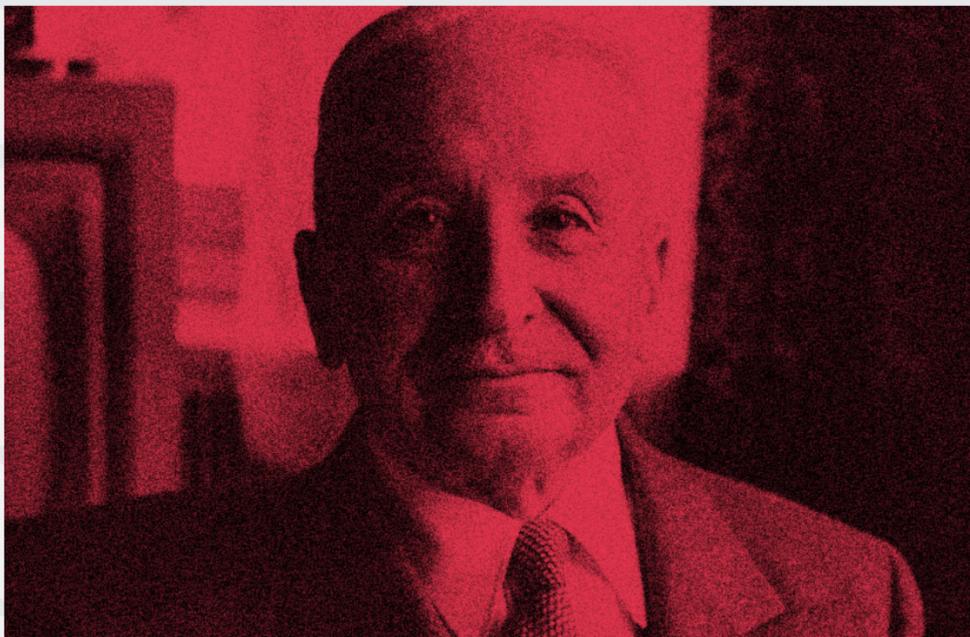
Para Smith, não é o Estado que deve promover as leis naturais, mas a economia. Assim nasce o conceito de “mão invisível”: é como se existisse uma “mão invisível” que regulasse naturalmente os interesses individuais e coletivos, gerando harmonia. A função do Estado seria garantir a plena liberdade dessa suposta mão que se autorregulamentaria. A autorregulação aconteceria por meio da livre concorrência, da oferta e da procura. Portanto, Smith

acredita que ser livre é agir segundo as leis naturais da economia.

Portanto, por meio da livre concorrência, da lei da oferta e da procura, a mão invisível promoveria o bem comum por meio da economia. Por exemplo, não seria preocupação do Estado se sua população está mais pobre, se a fome aumenta ou se o analfabetismo atinge grande parte de sua população, pois todas essas questões se alinham automaticamente conforme os interesses privados avançam. O Estado não deve controlar a desigualdade, nem produzir mais alimentos ou criar mais escolas, mas deve unicamente fortalecer a mão invisível que distribuirá as riquezas, produzirá alimentos e escolas conforme seus interesses. Assim, as questões sociais poderiam ser administradas a partir das demandas dos interesses privados: se for do interesse privado reduzir a desigualdade, matar a fome ou alfabetizar, se isso for economicamente relevante, tais demandas poderiam ser atendidas. Para o liberalismo econômico, questões como a escravidão, por exemplo, não devem ser tratadas a partir do Estado, mas dos interesses da economia, assim, se escravizar for inconveniente para os interesses privados da economia, a mão invisível autorregulará para que essa questão seja solucionada. Nessa perspectiva, a oferta

para a solução cresce conforme aumenta a demanda por tal solução.

Outro momento do pensamento liberal, mais atual, é o que se convencionou chamar de neoliberalismo. Esse momento tem como principais pensadores Matthew Lipman (1923-2010), Ludwig Heinrich Edler von Mises (1881-1973) e Friedrich Hayek (1899-1992). O neoliberalismo é marcado pela radicalização do individualismo, do discurso da liberdade e do livre-comércio. Para esses liberais, o Estado não deve simplesmente zelar pela liberdade econômica, mas pela liberdade da economia de mercado. A economia de mercado é aquela em que os interesses individuais superam os interesses coletivos.



Ludwig Heinrich Edler von Mises (1881-1973)

No exercício dos interesses privados da economia de livre mercado, o individualismo constrói alguns discursos, como o da meritocracia. É uma mistura

entre o liberalismo político de Locke e o liberalismo econômico de Smith. Primeiro, considera-se o pressuposto de que todos os indivíduos são naturalmente potentes, ou seja, possuem o mesmo poder de vontade; e avança compreendendo que a economia é igualmente livre. Dessas duas proposições conclui-se que se um indivíduo pode exercer sua vontade, se este poder de vontade for o de utilizar da liberdade econômica para ter sucesso financeiro, todos os indivíduos seriam dotados da possibilidade de obter este sucesso. Assim, bastaria o exercício pleno da liberdade individual para se alcançar sucesso – e os que não o alcançam seriam indivíduos que não utilizaram bem seu poder de vontade. Nessa lógica, cada indivíduo é empreendedor de si próprio. Porém, essa lógica ignora as desigualdades das quais cada indivíduo parte.

O individualismo radical trazido pelo neoliberalismo também influencia no mercado de trabalho. Os indivíduos são responsabilizados por problemas sistemáticos. Por exemplo, quando um aluno não aprende, fala-se que ou ele é inepto ou o professor não soube ensinar; quando, na verdade, várias outras questões podem influenciar nesse processo. Além disso, por meio do discurso meritocrático proveniente do individualismo, os indivíduos pobres são responsabilizados por sua condição de

pobreza, como se bastasse o autoesforço para que suas condições materiais fossem alteradas. Outra consequência desse processo é a desvalorização dos trabalhadores, pois cada vez mais essa classe é desvalorizada e precarizada.

O neoliberalismo acompanha as mudanças nos modos de produção capitalista. Na modernidade, os negócios de maior sucesso eram fábricas que produziam artigos úteis à sociedade, como, por exemplo, a Ford e sua produção de carros. Porém, isso mudou a partir da segunda metade do século XIX: não é mais necessário que se produza as peças para acumular dinheiro, mas apenas sustentar certas imagens. O mercado da produção está sendo substituído pelo mercado da especulação. Importa menos o que uma empresa faz e importa mais o que se diz sobre ela. Nessa nova etapa do capitalismo, a fábrica deu lugar à marca, e os trabalhadores deram lugar aos empreendedores. Por exemplo, em 2021, a Coca Cola perdeu aproximadamente US\$ 4 bilhões de valor de mercado quando o futebolista Cristiano Ronaldo afastou uma garrafa do refrigerante em sua mesa; mas a desvalorização não aconteceu por causa de um problema de qualidade no produto ou de erros no processo de fabricação; mesmo longe das fábricas, a ação do jogador

prejudicou a empresa porque, no capitalismo atual, valoriza-se a imagem mais do que o próprio produto.

Com a mudança nos modos de produção do modelo fabril para o modelo especulativo, as relações de trabalho também mudam. No modelo fabril existia a figura do magnata, aquele que utilizava seu poder sobre os modos de produção para gerar mais lucro, explorando os trabalhadores. Agora existe a figura do empreendedor. Porém por mais que no capitalismo atual haja donos de meios de produção e exploração do trabalho, o mercado da especulação possibilitou que o acúmulo de riquezas aconteça sem necessariamente envolver o trabalho. No mercado especulativo, basta que uma imagem seja positiva para que uma empresa gere lucro por meio da venda de suas ações. Assim, a importância do trabalhador diminuiu. Nesse cenário nasce a figura do empreendedor, aquele que supostamente empreende seu poder natural para conquistar suas vontades e, assim, mover a economia. Porém, diferente do magnata, esse discurso iguala pessoas em situações diferentes: exploradores e explorados são igualmente chamados de empreendedores, desarticulando o discurso de classe.

Assim nascem os trabalhos intermitentes. Um exemplo desse modelo de trabalho são os aplicativos de táxi ou delivery: assim como



os “taxistas” desses softwares, o entregador não é contratado pelo restaurante, nem pelo aplicativo, não tem salário fixo, nem horários definidos, e para gerar receita suficiente para sua subsistência, precisa atuar em jornadas maiores que as definidas em CLT (Consolidação das Leis de Trabalho). Esse tipo de trabalhador é chamado de empreendedor, pois supostamente trabalha a partir de sua livre iniciativa tanto quanto o dono do aplicativo, que nesse caso também é chamado de empreendedor.

Os professores de educação básica também passam por esse processo. Com a baixa de concursos públicos, a docência tornou-se uma espécie de “bico” no qual os profissionais atuam temporariamente e sem salários fixos, normalmente convocados por processos seletivos. Esse problema é gerado pela ausência de regulamentação do trabalho, e demonstra que a suposta mão invisível não funciona tão bem na prática, pois os interesses privados podem não ser interesses benéficos para a sociedade.

Contudo, o liberalismo defende o individualismo, a liberdade da economia de mercado e a propriedade privada. O neoliberalismo traz uma atualização radical desses pensamentos, alinhada ao mercado da especulação, gerando uma lógica ainda mais agressiva contra os trabalhadores e contra aqueles que sofrem com condições desfavoráveis. A mão invisível do mercado é a lógica que faz esse motor desigual e produtor de acúmulo funcionar.



**COMO É A MÃO
INVISÍVEL DO
MERCADO?**

**O QUE A MÃO
INVISÍVEL
QUER?**

INVISÍVEL: Ninguém vê, mas os liberais dizem que existe.

INDIVIDUALISTA: A mão invisível só pensa em si mesma.

LIVRE: Livre para exercer suas vontades individuais.

LUCRO: A mão invisível do mercado tem desejo por dinheiro.

ESTADO MÍNIMO: A mão invisível do mercado deseja que o Estado seja cada vez menos responsável pelas funções sociais da sociedade, afinal, por que oferecer gratuitamente o que pode ser vendido?

HORA DO DEBATE

A partir da leitura do texto acima, das discussões sobre o conceito de liberdade e pensando na função do Estado, responda:

Para você, um Estado deve oferecer educação pública de qualidade? Ou deve incentivar para que a iniciativa privada crie essas ofertas?

O Estado deve regular o trabalho ou deixar que a mão invisível faça isso?



AS MÃOS
DO CONSERVADORISMO



O QUE É O CONSERVADORISMO?

O conservadorismo não é uma teoria filosófica, portanto, a discussão conceitual deve ser realizada com apoio do contexto sociopolítico e socioeconômico. Em linhas gerais, o conservadorismo é o discurso que busca a manutenção de certas **relações de poder**, sendo necessário, então, compreender quais são essas relações de poder.

Os discursos conservadores se iniciam durante a Revolução Francesa, no final do século XVIII. Os conservadores da época lamentavam a ascensão da sociedade burguesa e defendiam o sistema feudal, ou seja, as relações de poder defendidas pelos conservadores da época era o feudalismo. Nesse sentido, o pensamento liberal que começava a surgir era rechaçado pelos conservadores: o interesse não era estabelecer um Estado **burguês** com novas relações de poder, baseado na livre iniciativa e no individualismo, mas sim manter o Estado absolutista. Portanto, em sua origem, o conservadorismo nasce em oposição ao liberalismo, porém, isso muda com o desenvolvimento da sociedade burguesa.

Quando a burguesia se consolida como Estado, no entanto, o conservadorismo deixa de fazer parte de um movimento revolucionário e passa a compor as relações de poder do Estado. Assim, seu desejo não é mais



romper, e sim manter as relações de poder em seu estado atual. Por meio desse movimento, a burguesia começa a compor um discurso contrarrevolucionário; a ela se soma os antigos defensores do sistema feudal, que, vencidos pela solidez da burguesia, passam a defender o novo sistema. Desse modo, os conservadores clássicos se alinham à burguesia e compõem um novo discurso conservador, não mais pautado na contrariedade à burguesia, mas pautado na defesa de todo e qualquer movimento revolucionário.

Portanto, desde a modernidade, o discurso conservador se apresenta como um discurso reacionário que visa defender a manutenção das relações de poder da burguesia.

No conservadorismo brasileiro, as relações de poder que se buscam manter são as mesmas da burguesia clássica, porém com algumas especificidades. No contexto brasileiro, a defesa dos privilégios dos mais ricos é sustentada pelo ódio de classes, em que os mais ricos rechaçam a possibilidade das camadas populares acessarem bens de consumo. Além disso, o contexto brasileiro faz apologia a um passado supostamente glorioso e autoritário – normalmente remonta ao período da ditadura militar (1964-1985). Por último, o conservadorismo brasileiro é extremamente religioso – teoricamente cristão. Com estes três pilares (ódio de classes, autoritarismo e religiosidade), os conservadores



brasileiros buscam se proteger contra supostos fantasmas que atacam instituições conservadoras, como a burguesia, os militares e as igrejas cristãs.

Porém, o conservadorismo não é uma posição somente defensiva. Além da manutenção, os conservadores buscam expandir suas mãos sobre a sociedade. Nesse exercício de manutenção e expansão de seus valores, o conservadorismo passa a legislar sobre a vida social, abarcando todas as esferas de poder do Estado, além de sua influência cultural. Desse modo, começa a projetar como devem ser as instituições públicas e privadas, entre elas, as escolas. A educação, nesse contexto, é um dos campos de batalha mais intensos entre conservadores e progressistas.



COMO SÃO AS MÃOS DO CONSERVADORISMO?

O QUE QUEREM AS MÃOS CONSERVADORAS

REACIONÁRIA: Se opõe às grandes mudanças e ao laicismo.

RELIGIOSA: Segue valores religiosos.

AUTORITÁRIA: Deseja concentrar o poder em si mesma.

PODER: As mãos conservadoras desejam poder - e dinheiro - para influenciar o Estado e a sociedade.



O APERTO DE MÃOS
ENTRE CONSERVADORISMO E NEOLIBERALISMO
NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA



A UNIÃO ENTRE CONSERVADORISMO E NEOLIBERALISMO

No Brasil do século XXI não se pode identificar o discurso liberal ou conservador por meio de suas origens clássicas ou de seu desenvolvimento na modernidade. Os dois discursos se aliam, no Brasil, instituindo um novo tipo de discurso: o discurso neoliberal neoconservador brasileiro. Esse discurso é constituído pela união parcial ou total dos elementos do neoliberalismo e do conservadorismo brasileiro.

Tanto o discurso conservador quanto o discurso neoliberal pregam a existência de uma crise na educação brasileira.

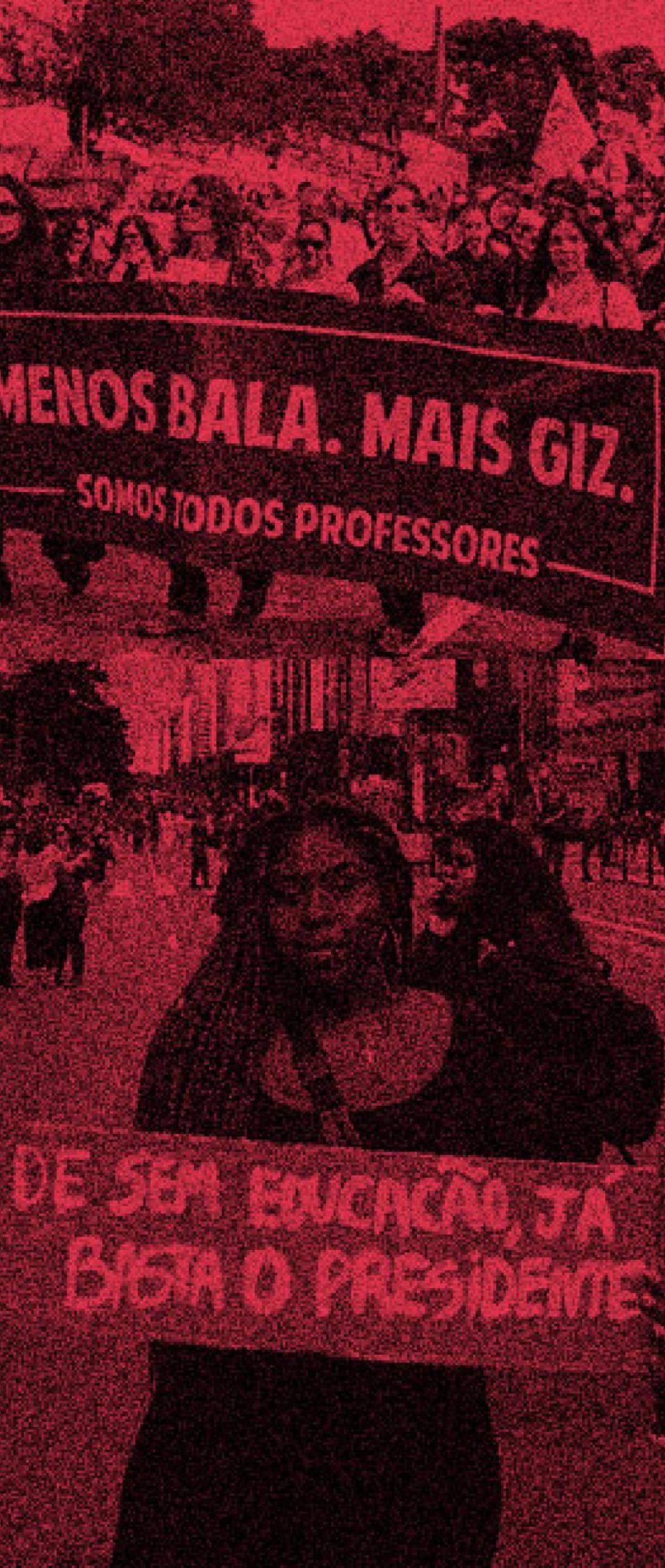
O discurso conservador acredita na existência de uma profunda crise moral na educação; demoniza a profissão docente e reivindica o papel educador para outras instituições, como a família, a igreja ou os militares. Para os conservadores, a educação básica e o ensino superior estão corrompidos por valores de esquerda, os professores – principalmente os de disciplinas de ciências humanas, como filosofia, sociologia e história – são taxados de doutrinadores. Assim, para conservar seus valores, o conservadorismo prega um discurso de neutralidade na educação, defendendo que professores



não se posicionem, nem ensinem os conteúdos pautados nas evidências científicas, para evitar discussões sobre os valores pessoais dos alunos.

Há projetos de lei que pautam a neutralidade, como o PL 7180/2014, intitulado “Escola sem Partido”. A ideia geral é silenciar as vozes da ciência na atividade docente. Também existe um projeto que confunde o papel da família e das escolas no processo de educação e visa substituir as instituições escolares pelas instituições familiares, é o caso do PL 7180/2014, conhecido como “Projeto de Homeschooling” ou “projeto de escola em casa”. Além desses dois projetos, o governo federal implantou cinquenta e uma escolas cívico-militares de 2019 até outubro de 2021, e o Estado do Paraná anunciou a implementação do sistema em 216 colégios em todo seu território. Esses projetos e ações políticas representam ataques à educação e aos educadores, pois afrontam a autonomia dos professores em sala de aula, bem como suprimem o papel da instituição escolar no processo educativo e desarticulam os métodos científicos em prol dos valores da família, da religião e dos militares.

Assim como o conservadorismo, o discurso neoliberal acredita na existência de uma crise na educação, porém, uma crise de eficiência. As escolas são avaliadas como empresas que precisam controlar seus custos e gerar lucro, estando o compromisso pedagógico em segundo plano. Nesse discurso, o empreendedorismo, o individualismo e a meritocracia culpabilizam os sujeitos envolvidos na educação pela suposta crise: segundo essa lógica, os professores falham na missão de ensinar, pedagogos



falham em sua missão que supostamente seria a de gerir a escola. Assim, professores, pedagogos, diretores e demais profissionais da educação são desprestigiados, pois seriam os responsáveis pelo fracasso da educação, e por meio desses argumentos enaltece-se a figura do gestor – aquele que pensa na eficiência da escola e no desempenho dos alunos.

Esse discurso alimenta a perspectiva de que ser professor não é uma profissão, mas sim uma aptidão natural que exige benevolência. Esse argumento faz com que os direitos profissionais dos educadores sejam ignorados. Além disso, o neoliberalismo brasileiro acredita que se gasta muito com o funcionalismo público e com as instituições públicas, portanto, critica a existência de concursos públicos, contribuindo para a precarização e a informalidade da atividade docente. Ao criticar o ensino público, esse discurso argumenta que se deve investir mais em instituições privadas, pois seria supostamente mais barato para o Estado, porém, a intenção desse argumento é atender aos interesses privados.

O objetivo do neoliberalismo é colocar as escolas nas mãos invisíveis do mercado.

Quadro 01

Elementos do discurso conservador na educação básica brasileira



Argumento da crise educacional	Aponta para uma suposta crise moral na educação básica.
Defesa do militarismo	Defesa, enaltecimento ou apologia das instituições militares.
Anti-intelectualismo	Discurso crítico à produção científica e de qualquer conhecimento que não obedeça aos limites das crenças.
Defesa contra a doutrinação da esquerda	Crença de que os professores são dotados de autopoder de persuasão e o utilizam para transformar estudantes em militantes de esquerda.
Neutralidade	Defendem que não deve haver posicionamentos políticos em escolas.
Antipolítica	Apresentam a política como algo negativo e corrompido – financeira e moralmente.
Religiosidade e aversão à laicidade	Defesa das crenças religiosas em detrimento do conhecimento científico.
Hipervalorização da instituição familiar	Defesa dos valores familiares em detrimento ao conhecimento científico.

Foco na educação infantil e ensino fundamental	Defesa do ensino com foco nas crianças.
Defesa do ensino privado	Crença na iniciativa privada como remédio para as supostas crises.
Ódio às diferenças	Discurso de exclusão direcionado aos LGBTQIA+, aos negros, aos pobres, às religiões de matriz africana e todos os valores que possam destoar do corpo moral cristão.
Antidemocracia	Desprezo por valores basilares do Estado Democrático de Direito como, por exemplo, o respeito às instituições democráticas, às diferenças, inclusão social a partir de políticas de regulação e liberdade religiosa.
Resgate do passado glorioso	Crença de que havia um Estado melhor de coisas no passado – normalmente conectado ao período de ditadura militar.

GUERREIRO, 2022, p. 111

Quadro 02

Elementos do discurso liberal na educação básica brasileira



Crise educacional	Separada por, no mínimo, duas lógicas: o argumento da crise ética e o argumento da crise de eficiência.
Empreendedorismo	Discurso que incorpora a meritocracia, a imagem do gestor em detrimento do pedagogo, a antipolítica e a suposta “igualdade de oportunidades”. Defende-se o subemprego e o individualismo como expressões da livre iniciativa, mas isso serve para potencializar os lucros das corporações. Sendo assim, a escola também é analisada sobre a égide do lucro.
Foco na educação de nível médio	Defesa da educação de nível médio como a etapa decisiva para a construção de uma sociedade de sucesso, pautada no tecnicismo.
Defesa da educação individualismo e da liberdade	Defesa da educação individualista e da liberdade atrelada ao indivíduo.
Defesa do tecnicismo	Defesa da educação tecnicista e da preparação para o mercado de trabalho para as camadas mais pobres.
Depreciação do papel social do Estado	Argumentos que apresentam o Estado como responsável pelas crises e pelo suposto fracasso da educação básica.
Meritocracia	Baseado na livre iniciativa, defende um suposto poder individual de agir livremente por meio do trabalho para prover seus recursos e o bem próprio.

Defesa do ensino privado	Defende que o ensino privado tem qualidade superior em relação a educação pública.
Falência da educação pública	Argumento de que o Estado é ineficaz na tentativa de prover a educação pública.
Responsabilização dos indivíduos	Culpabilização dos indivíduos e ignorância em relação às macrorrelações, reduzindo as responsabilidades pedagógicas aos indivíduos envolvidos no processo.
Mercado	Visão de mercado em detrimento da visão pedagógica. A lógica do lucro superando a lógica educacional.
Gestão	Defesa dos gestores em detrimento dos educadores, professores, pedagogos, cientistas e demais profissionais da educação.
Antipolítica	Argumentos que invalidam a política pública como solução para as questões pedagógicas.
Combate à corrupção	Defesa das soluções liberais para a possível “sujeira” do Estado. Reduz a política aos poderes do Estado e apresenta os gestores como soluções para os políticos – que seriam, majoritariamente, senão totalmente, corrompidos.
Demérito aos profissionais da educação	Desvalorização dos profissionais da educação.



**ANÁLISE DE
DISCURSOS**



ANALISANDO OS DISCURSOS

Nas próximas páginas separamos vídeos de políticos e personalidades com argumentos acerca da educação. Considere as discussões realizadas em sala e as leituras proporcionadas por este e-book para avaliá-los. Identifique os argumentos e discursos presentes em cada um dos vídeos, anote-os em seu caderno e debata com a turma.



ANALISANDO OS DISCURSOS

PRESIDENCIÁVEIS
2018



A gente investe mais ou menos
por aluno, cerca de três vezes



ANALISANDO OS DISCURSOS





ANALISANDO OS DISCURSOS



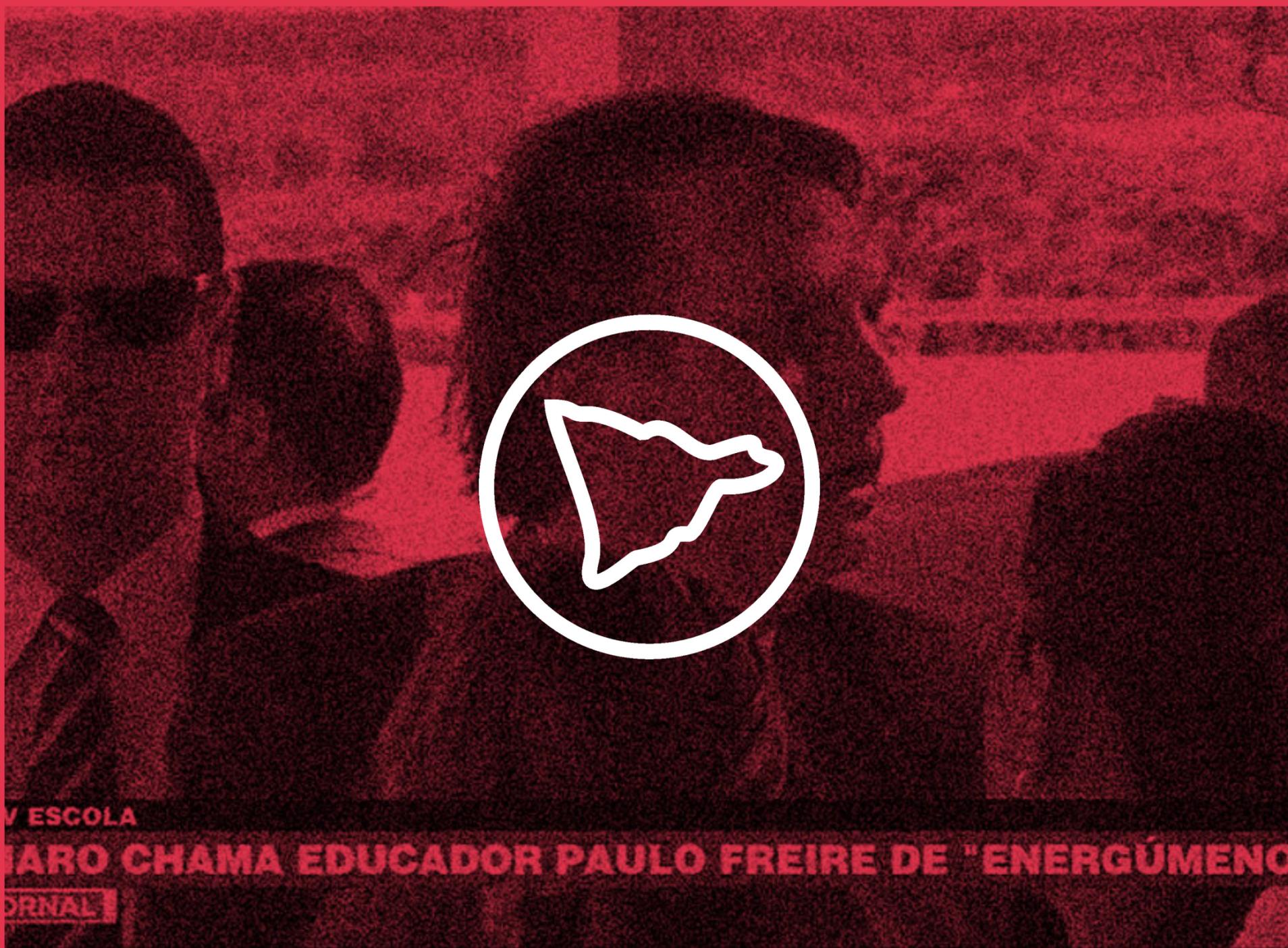


ANALISANDO OS DISCURSOS





ANALISANDO OS DISCURSOS



V ESCOLA

DIÁRIO CHAMA EDUCADOR PAULO FREIRE DE "ENERGÚMENO"

JORNAL



ANALISANDO OS DISCURSOS





ANALISANDO OS DISCURSOS



Imagens: Câmera Aberta



ANALISANDO OS DISCURSOS





ANALISANDO OS DISCURSOS





ANALISANDO OS DISCURSOS



LINGUAGEM NEUTRA GANHA ADEPTOS NAS REDES

ENTUSIASTAS DA CAUSA ACUSAM LÍNGUA PORTUGUESA DE SER IDIOMA MACHISTA

163 mil mortes por Covid-19 • CBF anuncia mudanças no formato da Copa do Brasil para 2023



ANALISANDO OS DISCURSOS





ANALISANDO OS DISCURSOS





ANALISANDO OS DISCURSOS





ANALISANDO OS DISCURSOS





ANALISANDO OS DISCURSOS





ANALISANDO OS DISCURSOS





ANALISANDO OS DISCURSOS





ANALISANDO OS DISCURSOS





ANALISANDO OS DISCURSOS





ANALISANDO OS DISCURSOS



HORA DO DEBATE

1 – O que vocês conseguiram identificar nos vídeos analisados?

2 – Na sua perspectiva, por que os professores e pesquisadores da educação têm se posicionado historicamente de maneira reativa em relação a tantos projetos, políticas e discursos presentes na sociedade brasileira?

PEGA O CONCEITO

O que são relações de poder?

Para Foucault, as relações de poder são disputas entre forças. Essa premissa é consequência de sua compreensão acerca do poder, sendo entendida pelo francês como um exercício de força; este poder é micro, pois ocorre não só nas grandes relações – como entre Estado e Sociedade – mas também nas microrrelações – como entre pessoas de uma vizinhança, um casal, um grupo de amigos ou da igreja.

O que são discursos?

Foucault compreende os discursos como um conjunto – ou apenas um – de enunciados, conectados por um valor capaz de regular e valorar o que é verdadeiro e o que é falso.

O que são modos de produção?

O modo de produção é um conceito econômico alinhado à maneira pela qual uma sociedade organiza sua produção. Para Marx, os modos de produção determinam como uma sociedade organiza os meios de produção e as forças produtivas – ou seja, a maneira pela qual se produz e as pessoas que produzem, respectivamente.

O que é burguesia?

Para Marx, a burguesia se refere aos burgueses. Estes são os proprietários dos meios de produção, ou seja, são as pessoas que controlam a produção de riqueza e, conseqüentemente, as pessoas que a produzem.

O que é governamentalidade?

A governamentalidade é um conceito foucaultiano que se refere à maneira pela qual um governo organiza a sua própria maneira de governar, ou seja, trata-se da organização da maneira pela qual um poder deve ser exercido.

O que é contratualismo?

Uma corrente da filosofia política moderna que pensa na constituição da sociedade civil a partir da ideia de um contrato social. É constituído por pensadores como Hobbes, Locke e Rousseau.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“Primavera secundarista”: estudantes reforçam ocupação de escolas. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u8haWLJ1CkQ>. Acesso em: 10 maio 2022.

003 - Aprenda a calar a boca do seu professor comunista. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vtoCXHKunHA>. Acesso em: 10 maio 2022.

30 de agosto – Uma história que não se apaga. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uMOCPqPcqG0&t=23s>. Acesso em: 10 maio 2022.

Bolsonaro critica TV Escola e chama Paulo Freire de “energúmeno”. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4o4YONa9byg>. Acesso em: 10 maio 2022.

Bolsonaro defende tortura para quem ficar em silêncio em CPI, em maio de 1999. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VRzVMcOdK1I>. Acesso em: 10 maio 2022.

Bolsonaro defende tortura para quem ficar em silêncio em CPI, em maio de 1999. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PGTtIGmOY24>. Acesso em: 10 maio 2022.

Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>. Acesso em: 10 maio 2022.

Bolsonaro pediu filmagem de crianças cantando o hino, admite ex-ministro do MEC Ricardo Vélez. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DxKi5PPwckK4>. Acesso em: 10 maio 2022.

Comentário de Alexandre Garcia falando sobre cotas. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LFfjBpYXrBg>. Acesso em: 10 maio 2022.

Cronologia de uma barbárie - Governo do Paraná massacra professores e a população - 29 de abril 2015. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LoUYtiOe304>. Acesso em: 10 maio 2022.

EMICIDA - Mandume ft. Drik Barbosa, Amiri, Rico Dalasam, Muzzike, Raphão Alaafin. Direção: Gabi Jacob. Produção: Victor Ferrari, Daniel Santi e Bruna Melo. Intérprete: Emicida, Drik Barbosa, Rico Dalasam, Amiri, Raphão, Alaafin, Muzzike. [S. l.]: Rotina, 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mC_vrzqYfQc. Acesso em: 10 jun. 2022.

ENTREVISTA WEINTRAUB: “Paulo Freire é um vodu” | #GazetaEntrevistas. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2Y2wrHSxs0k>. Acesso em: 10 maio 2022.

Geraldo Alckmin , Henrique Meirelles e João Amoêdo discutem o tema Educação. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VV5ZM6A7o48&t=433s>. Acesso em: 10 maio 2022.

GUERREIRO, Paulo Sérgio. CONSERVADORISMO E NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: DISCURSOS, VÍNCULOS E PLANOS DE GOVERNOS. Orientador: Marisa Noda. 2022. 122 p. Dissertação (Mestrado em Educação Básica)- Programa de

Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, 2022.

João Amoêdo fala sobre Educação. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=415Oih9wJbk&t=122s>. Acesso em: 10 maio 2022.

O triste dia em que a ideologia de gênero entrou nas escolas. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ISXhgXnxcRo>. Acesso em: 10 maio 2022.

Olavão da Pepsi. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6_Df8eOdUSI. Acesso em: 10 maio 2022.

Para Nunca Esquecer! 29 de Abril de 2015. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9s-wZCUAvL4>. Acesso em: 10 maio 2022.

Paraná - Estudante de 16 anos defende legitimidade de ocupações. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KAbfELJDYnM>. Acesso em: 10 maio 2022.

Paulo Guedes: 'Empregada doméstica indo para Disney, uma festa danada'. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bLGlc4cVP8Q>. Acesso em: 10 maio 2020.

Professor tem que ensinar e não doutrinar. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q7aiD9a0CdQ>. Acesso em: 10 maio 2022.

